



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM**

ROSANA APARECIDA ROGERI

**SUJEITOS CIRCUNSTANCIAIS: PISTAS PARA UMA
CONSIDERAÇÃO SOBRE ERGATIVIDADE CINDIDA EM
PORTUGUÊS BRASILEIRO**

**CAMPINAS,
2019**

ROSANA APARECIDA ROGERI

**SUJEITOS CIRCUNSTANCIAIS: PISTAS PARA UMA
CONSIDERAÇÃO SOBRE ERGATIVIDADE CINDIDA EM
PORTUGUÊS BRASILEIRO**

**Dissertação de mestrado apresentada
ao Instituto de Estudos da Linguagem
da Universidade Estadual de Campinas
para obtenção do título de Mestra em
Linguística.**

Orientador: Prof. Dr. Aquiles Tescari Neto.

**Este exemplar corresponde à versão
final da Dissertação defendida pela
aluna Rosana Aparecida Rogeri e
orientada pelo Prof. Dr. Aquiles Tescari Neto**

CAMPINAS,

2019

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Estudos da Linguagem
Leandro dos Santos Nascimento - CRB 8/8343

R63s Rogeri, Rosana Aparecida, 1979-
Sujeitos circunstanciais : pistas para uma consideração sobre ergatividade cindida em português brasileiro / Rosana Aparecida Rogeri. – Campinas, SP : [s.n.], 2019.

Orientador: Aquiles Tescari Neto.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Língua portuguesa no Brasil. 2. Gramática gerativa. 3. Gramática comparada e geral - Sintaxe. 4. Gramática comparada e geral - Construções ergativas. I. Tescari Neto, Aquiles, 1983--. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Circumstantial subject : clues for split ergativity in Brazilian Portuguese

Palavras-chave em inglês:

Portuguese language in Brazil

Generative grammar

Grammar, Comparative and general - Syntax

Grammar, Comparative and general - Ergative construction

Área de concentração: Linguística

Titulação: Mestra em Linguística

Banca examinadora:

Aquiles Tescari Neto [Orientador]

Carlos Felipe da Conceição Pinto

Juliana Barros Nespoli

Data de defesa: 24-07-2019

Programa de Pós-Graduação: Linguística

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0000-0001-8411-5072>

- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/5324927527920685>



BANCA EXAMINADORA

Aquiles Tescari Neto

Carlos Felipe da Conceição Pinto

Juliana Barros Nespoli

**IEL/UNICAMP
2019**

**Ata da defesa, assinada pelos membros da Comissão Examinadora,
consta no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertação/Tese e na Secretaria
de Pós Graduação do IEL.**

O que caracteriza a divisão do trabalho no interior da sociedade moderna é que ela engendra especialidades, e com elas, o idiotismo das especializações.

Karl Marx

Às segundas chances...

AGRADECIMENTOS

Uma das partes que sempre achei fundamental ler nas teses e dissertações, livros e artigos com os quais me deparei no meu percurso acadêmico é a seção de agradecimentos. Pode parecer piegas e romântico, mas quem não em seu íntimo não o é? Uma seção que alguns fazem com muito carinho e outros com receio de esquecer alguém, mas que os manuais invariavelmente tentam transformar em algo estéril, técnico: “agradeça apenas quem contribuiu diretamente para a produção do trabalho”. Eu provavelmente vou esquecer de agradecer alguém, e certamente não vou seguir o manual. Daí que meu agradecimento mais profundo e sincero não é a um alguém, mas às impermanências da vida. Muito obrigada vida, porque não é sempre igual, porque muda e se transforma, porque traz gente nova, leva gente velha e recria gente velha em nova.

Muito obrigada por ser sempre inesperada e ter me tornado mãe tão jovem. Isso me possibilitou agradecer aos dois principais incentivadores desse meu percurso. João e Luana, que seria dos meus caminhos sem o amor de vocês, a confiança de que tudo vai dar certo e a divisão dos nossos sonhos e angústias? Vocês nunca quiseram uma mãe convencional e eu pude encontrar nos meus dois filhos grandes amigos. Se a sociedade sabe ser cruel com uma mulher que não se adequa, o universo me garantiu paz de consciência por ter vocês comigo.

E, para ser mãe solo estudante, a gente precisa de uma rede de apoio. Como tudo na vida, essa rede foi impermanente. Agradeço à minha mãe por estar sempre presente, principalmente quando os meninos eram pequenos. À minha irmã Sandra por não ter me deixado só. Às minhas amigas de magistério Carla, Rejane, Elizângela e todos que fizeram do meu curso de magistério o primeiro celeiro de cuidado, incluindo aqui o Fábio que foi quem me deu a notícia da aprovação no vestibular há muitos anos e nunca deixou de ser família. Sem uma rede, sem ter para onde voltar, a gente não segue vida acadêmica. A todas as mulheres que, muitas vezes deixando seus filhos em casa, cuidaram dos meus, e a alguns homens.

Além de uma rede de apoio, precisamos de inspiração. Se somos mulheres, em geral, precisamos que alguém tivesse aberto caminho antes. A todas as mulheres que recusaram uma vida subalterna, a todas que correram riscos e arriscaram suas vidas para que

eu pudesse, muito mais tranquilamente que elas, exercer uma atividade remunerada e ter meu trabalho intelectual reconhecido, meu muito obrigada. Às mulheres que me inspiram: Dilma Rousseff, Manuela D'Ávila, Sabrina Fernandes, Monja Cohen, Isabela Ianelli, Rose, Elisa Lucinda, Taís Araújo, Charlotte Galves, Sonia Cyrino e tantas outras, muito obrigada.

Para realizar este estudo na Unicamp, tive de deixar minha cidade. Pude contar com o apoio de uma amiga muito querida, que me recebeu em sua casa e me suportou vivendo na sala por uns meses. Janaína, minha querida, eu não imaginava, no Ibilce, que um dia você me acolheria total sem teto, muito obrigada por isso. E muito obrigada por todos esses anos em que, passando o tempo que passasse sem muito contato, eu pude contar contigo. Você também sempre pode contar comigo, mas tenho plena consciência do quanto você é muito mais essencial para mim que eu para ti.

E por falar em essencial, agradeço ao Lúcio por ser o Lúcio. Eu sempre fui meio folgada. A gente se conheceu quando ele era um bebê, entrando na faculdade, e eu me oferecendo para ir comer na casa dele. Trabalhamos juntos, estudamos juntos, moramos juntos, planejamos ficar ricos juntos, daí deu meio errado isso. O Lúcio é dos amores eternos que a vida traz para a gente ter certeza de que ela é bonita. Quem mais aguentaria minhas neuras de não produtividade e discutiria comigo como contabilizar as horas líquidas trabalhadas no dia? Quem seria maior incentivador para destruição total de minha síndrome do impostor que ele?

As impermanências fazem ir pessoas especiais. Afinal, cada um tem direito a seguir por caminhos distintos dos nossos. Sempre me senti muito amada, mas pude partilhar muitos anos, e na construção dos primeiros passos em direção ao mestrado em especial, com um amigo que me fez sempre me sentir a pessoa mais amada do mundo. Nossos caminhos vão em sentidos diferentes e isso não é ruim, nem é bom, simplesmente é. Mas o profundo carinho e a profunda gratidão pelos anos de amizade estarão sempre aqui. Muito obrigada, meu amigo Aquiles.

Uma hora eu chego no essencial dos manuais, mas por ora, vou continuar agradecendo ao suporte. A vida acadêmica é estressante, pós-graduandos se matam, têm depressão, tomam Rivotril. Não é possível sem suporte. Minha família estava longe e eu pude dividir casas com pessoas maravilhosas. Sem qualquer resquício de vergonha, me enfiei em repúblicas (e até um pensionato, vejam só) e pude apreciar a vida universitária em sua

essência, como uma juvenzinha de vinte anos. Só a impermanência total pode proporcionar isso. Encontrei pessoas maravilhosas no caminho. Júlia, Cafú, Dani, Bruno, Gustavo, Thiago, João, muito obrigada!

Nessas andanças por casas, encontrei uma gêmea muito especial. A rainha dos rolês errados, a física mais linguista que existe, e como é bom saber que ela existe. Temos um encontro em Liechtenstein, mas por enquanto ela estuda física no Canadá. Poder assistir filme de porco total sem contexto, decidir visitar o IFGW (e descobrir coisas fascinantes sobre a constituição do universo), resolver aprender pular corda, só foi possível porque ela dividia a casa comigo. Agora a gente divide a vida. Longe dos olhos, mas perto do coração. Obrigada Melissa.

Dos suportes que o IEL me proporcionou, cito os amigos queridos do Grupo de Pesquisa em Cartografia: Gilcelia, Bruno, Mathew, Francisco e Andrés. E todos os amigos do ForMA: Thuany, Aline, Josie, João, Antonio, Willi, Giovana e todos os demais participantes. Alguns são muito especiais porque fazem a gente querer ser muito melhor como pessoa, como a Letícia. Letícia é vegana, feminista e tem uma doçura que eu queria muito aprender, talvez, por osmose. Muito obrigada por estar presente e por me garantir fama nos laboratórios de fonologia da França. Também tem aqueles que nos ajudam a ser mais produtivos, dividem conosco nossas preocupações de performance, além de cozinhar maravilhosamente e nos dar pouso em São Paulo. Muito obrigada Paulo, você é um exemplo. E, tem quem divide bandeirão, cervejas e vai encontrar a gente quando estamos surtando. Maurício, meu querido, que bom que pude contar contigo. Muito obrigada.

Sobre a estrutura do IEL, meu muito obrigada à professora Isabela Tardin por ter me visto como pessoa e ter me atendido no desespero. Soube entender quando questões particulares afetaram resultados, atuar em resolução de conflitos com inteligência e perspicácia. Ao Cláudio e a Rose e todo pessoal da secretaria de pós-graduação pela presteza e cuidado. Aos funcionários da biblioteca pelo suporte. Aos funcionários da limpeza que garantiram um lugar limpo no dia a dia. A todos os professores que me ensinaram tanto e que estão presentes em cada palavra aqui redigida. Aos professores membros das bancas de qualificação e defesa pelos comentários e pela disponibilidade em ler o trabalho. Ao professor Aquiles Tescari Neto pela orientação do trabalho.

Além do IEL, tive o privilégio de poder fazer um estágio de quatro meses na UBA (Universidade de Buenos Aires). Lá, conheci um ser humano fantástico, um homem de esquerda que por acaso é linguista (ele queria mesmo era ser músico), um dos maiores linguistas da sua geração. E vejam só, fui orientada por ele nesse estágio. Muito obrigada ao Andrés Saab por todos os “não, não, não é assim Rosana” (leiam com sotaque espanhol), que direcionaram meus estudos sobre teoria de Caso. Também agradeço à Universidade e à cidade de Buenos Aires que tão bem recebem os alunos estrangeiros.

E obrigada mais uma vez a tudo que não permanece, como este texto. Que ele possa de alguma maneira contribuir com a linguística e depois possa ir, possa ser superado. Agradeço ao FAEPEX pelo financiamento da pesquisa (Processo: 2320/17), e à Rede de Macro Universidades da América Latina e Caribe pela bolsa de estágio no exterior (financiada pelo Santander).

RESUMO

Sintagmas preposicionados circunstanciais (PPs circunstanciais) são constituintes que geralmente seguem o verbo e podem ser tanto adjuntos quanto complementos verbais nas línguas do mundo (CINQUE, 2006). Do conjunto desses *PPs circunstanciais*, os locativos são bem estudados como constituintes que, além de adjunto e complemento, também podem ser *Sujeito* das sentenças. Este fenômeno é comumente denominado *inversão locativa* (BRESNAN, 1994; SALZMANN, 2004; AVELAR & CYRINO, 2008; AVELAR, 2009; AVELAR & GALVES, 2011; AVELAR & GALVES, 2016; QUAREZEMIN & CARDINALETTI, 2017; ALEXIADOU & CARVALHO, 2018 entre outros). As implicações teóricas acerca da possibilidade de construções com *Sujeitos* não prototípicos de outras línguas românicas são diversas para o Português Brasileiro (PB). São exemplos dessas implicações a relação com parâmetro pro-drop (ALEXIADOU & CARVALHO, 2018), a possibilidade de mais de uma posição para *Sujeito* no *Middlefield* (QUAREZEMIN & CARDINALETTI, 2017), o parâmetro phi-independente do Português Brasileiro (AVELAR e GALVES, 2011 e 2016) entre outras. Esta dissertação dialoga com os trabalhos sobre inversão locativa em PB e argumenta no sentido de expandir as possibilidades de construções com *Sujeitos* não prototípicos para, pelo menos, dois outros *PPs circunstanciais* (tempo e modo), a partir da hierarquia proposta, para esses constituintes, por Schweikert (2004) e Cinque (2006). Nesse sentido, propomos que exista um alargamento das possibilidades argumentais do verbo e, com isso, um maior preenchimento da primeira posição da sentença. Esse preenchimento está relacionado a um processo que vem sendo denominado “ergativização do PB” (NEGRÃO & VIOTTI, 2011). Baseados na metodologia da Gramática Gerativa (CHOMSKY, 1994, 1999; CINQUE, 1999), utilizamos testes sintáticos para identificar outros *PPs circunstanciais* como *Sujeito* e argumentamos em favor da possibilidade de, além da citada anteriormente, uma outra implicação teórica: a possibilidade de esse tipo de construção implicar numa mudança, ou *Split*, no alinhamento de Caso do PB. Para argumentar em favor dessa última implicação teórica, demonstramos que é necessário levar em consideração a transitividade do verbo ao se postular uma posição para o *Sujeito circunstancial* nessas construções. Para tal postulação, é necessário também que a preposição do sintagma seja considerada um marcador semântico de Caso. Assim, com verbos transitivos (numa concepção de transitividade como a apresentada em HOPPER & THOMPSON, 1980), o *circunstancial* seria *Sujeito* sem a marca de Caso e, com verbos intransitivos, com a marca de Caso.

Palavras-chave: Língua portuguesa no Brasil; Gramática gerativa; Gramática comparada e geral – Sintaxe; Gramática comparada e geral – Construções ergativas.

ABSTRACT

Circumstantial Prepositional Phrases (circumstantial PPs) are constituents that generally follow the verb. They can either be adjuncts or complements of verbs in the languages of the world (CINQUE, 2006). From the set of these circumstantial PPs, locatives are described as constituents that, besides being adjuncts and complements, can also be the Subject of the sentence. This phenomenon is commonly referred to as locative inversion in the literature (BRESNAN, 1994; SALZMANN, 2004; AVELAR & CYRINO, 2008; AVELAR & GALVES, 2011; AVELAR & GALVES, 2016; QUAREZEMIN & CARDINALETTI, 2017; ALEXIADOU & CARVALHO, 2018 among others). Given that Brazilian Portuguese (BP) exhibits non-prototypical subject constructions, there are several theoretical implications. This dissertation dialogues with the literature on locative inversion in BP. It argues in favor of expanding the constructions with non-prototypical Subjects to at least two others circumstantial PPs (namely, tense and manner circumstantials), based on the hierarchies proposed by Schweikert (2004) and Cinque (2006). We propose an extension of the argumental area of the verb. As a consequence of this extension, the first position of the sentence has been more filled in BP. This filling is related to a process that has been called “ergativization of BP” (NEGRÃO & VIOTTI, 2011). Based on the methodology of Generative Grammar (CHOMSKY, 1994, 1999; CINQUE, 1999), we take some syntactic tests to identify other circumstantial PPs as Subjects and to argue in favor of another theoretical implication, namely, a change, or split, in Case alignment in this language. To argue in favor of this last theoretical implication, we show that it is necessary to take into account the verbal transitivity when postulating a position for the circumstantial subject in these constructions. To demonstrate this alignment, it was necessary to consider the verbal transitivity (in Hopper & Thompson’s (1980) sense) to postulate the position of PPs in sentences with circumstantial PPs in the first position. For such postulation, it is also necessary that the preposition of the circumstantial be considered a semantic marker of Case. With transitive verbs, the circumstantial is a Subject without Case marker; with intransitive verbs, the circumstantial is a Subject with Case marker.

Key- words: Portuguese language in Brazil; Generative grammar; Grammar, Comparative and general – Syntax; Grammar, Comparative and general - Ergative construction

Lista de ilustrações

Figura 1: Relação assumida entre hierarquia cartográfica e minimalismo.....	29
Figura 2: Hierarquia das zonas da arquitetura da sentença.....	31
Figura 3: Alargamento das possibilidades argumentais.....	55
Figura 4: Derivação da sentença "Nessa sala telefona os diretores".....	70
Figura 5: Derivação da sentença "Aquela loja vende sapatos".....	72
Figura 6: Derivação da sentença "Naquela loja vende sapatos".....	73
Figura 7: Propriedades da ergatividade.....	79

Lista de tabelas

Tabela 1: Quadro comparativo dos testes aplicados.....	60
--	----

Abreviaturas e siglas

ABS – Caso absolutivo

ACC – Caso acusativo

ADVP – Adverbial phrase

AUX - Auxiliar

ERG – Caso ergativo

DP – Determinant phrase

NOM – Caso nominativo

NP – Noun phrase

NPST – nonpast tense

P.ASP – P. aspecto

PB – Português brasileiro

PE – Português Europeu

PP – Prepositional frase

REM.PAST – passado remoto

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	17
2. FUNDAMENTOS PARA ANÁLISE.....	27
2.1.1. Os PPs circunstanciais.....	29
2.1.2. A categoria <i>Sujeito</i>	33
2.2. Metodologia.....	35
2.2.1. O método negativo.....	35
2.2.2. Os testes de <i>subjecthood</i>	36
2.2.3. Os testes de argumentos nulos.....	39
2.3. Conclusão.....	40
3. CIRCUNSTANCIAIS PODEM SER <i>SUJEITO</i>	42
3.1. Testes de <i>subjecthood</i>	46
3.1.1. Verbos intransitivos.....	47
3.1.2. Verbos transitivos.....	52
3.1.3. Adverbial frequentativo.....	55
3.1.4. Quadro comparativo.....	59
3.2. PPs circunstanciais <i>Sujeito</i> e a hierarquia dos circunstanciais.....	61
3.3. Conclusão.....	63
4. TEORIA DE CASO E PROPOSTAS DE DERIVAÇÃO.....	65
4.1. Alinhamento de Caso.....	66
4.1.1. Derivação de sentenças com verbos intransitivos.....	69
4.1.2. Derivação de sentenças com verbos transitivos.....	71
4.1.3. Um direcionamento.....	74
4.2. Ergatividade cindida.....	75
4.3 Conclusão.....	79
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	81
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	84
7. APÊNDICE.....	91

1. INTRODUÇÃO

*Qualquer um pode ser falsificado; eu não posso. Não posso e não quero.
Tenho orgulho da minha origem, da minha história.*
Luís Inácio Lula da Silva

As inquietações sobre a temática mais geral que motiva este trabalho surgiram no início da jornada com o magistério. Era na sala de aula que o funcionamento peculiar do português brasileiro (doravante PB) impunha derrotas diárias ao ensino da língua materna. Sempre foi perceptível a dificuldade dos alunos em lidar com uma língua materna e uma outra que a escola trazia. A natureza da distinção entre esses “portugueses¹”, no entanto, não era, e ainda não é, óbvia. Nas classes de alfabetização, na tarefa hercúlea de ensinar norma culta a alunos oriundos de distintas realidades linguísticas – que em comum têm o estranhamento com a língua da escola – o tema mais geral foi, pela primeira vez, objeto de reflexão por parte da pesquisadora. Nesse sentido, a proposta reconstruída nesta dissertação – numa relação direta com a já proposta por Negrão & Viotti (2011) –, *a de que existe uma distinção tipológica entre o português brasileiro e o português europeu*, dialoga com as angústias diárias do professor de língua materna na escola, uma vez que essa distinção também se estende ao português que foi modelo para o processo de normatização.

O estudo da variação linguística, relegado a um ou outro capítulo do livro didático (CORBARI, 2017), não parece interessar ao melhor domínio da escrita, nem se relacionar

¹ Como generosamente nos lembrou um dos membros da banca de qualificação, a gramática normativa que temos na escola atualmente, e que gera/gerou angústias nos professores, não se relaciona necessariamente com o português falado em Portugal hoje, mas com um português mais antigo, provavelmente do séc. XIX. Foi nesse século que o processo de normatização da língua se consolidou, no Brasil. Optamos por deixar a discussão em bases sincrônicas. No entanto, entendemos que, para um trabalho calcado no uso das construções deste texto na escola, sejam necessárias maiores especificidades sobre o processo de normatização do português. Para mais detalhes sobre a constituição da norma do português brasileiro, cf. Pagotto (2013) e outros textos desse autor sobre o tema.

com a possibilidade de melhorar o ensino de língua materna. A compreensão das diferenças entre os vários “portugueses” como algumas particularidades regionais ou sociais – que preserva a essência de uma língua única que une todo um país – também não auxilia muito o entendimento da dimensão das distinções entre o português que falamos e o que a escola ensina. Não possibilita, tampouco, a ligação direta destas diferenças com o que se fazia/se faz em sala de aula. No entanto, o livro em que primeiro se observa o uso da palavra letramento em português (KATO, 2002a)² traz uma possível resposta às dificuldades de ensinar português e à necessidade de investigar as distinções entre os vários “portugueses”. Segundo a autora, as diferenças entre a língua falada pelo professor e a língua falada pelo aluno estabelece, em sala de aula, uma verdadeira diglossia. Tem-se assim a inequívoca necessidade de se investigar a natureza das diferenças entre essas línguas que impossibilita, em alguns casos, a comunicação entre professores e alunos.

É interessante notar como, do ponto de vista do professor em sala de aula e sua formação inicial e continuada, a busca pela melhor técnica de ensino não questiona as diferenças entre o Português do Brasil e o Português Europeu³. Como esperar que se reconheça na língua do aluno um ainda outro português? A ideia romântica da lusofonia como uma virtude em si mesma (GONÇALVES, 2012), além das possíveis críticas à própria concepção do termo, não auxilia a caracterização do PB como uma língua autônoma e pode, na verdade, atrapalhar o trabalho docente. A busca de afirmação lusófona pode fomentar o destaque das semelhanças e a ignorância das diferenças entre as línguas.

O trabalho com o ensino de gramática e as dificuldades dos alunos no uso da pontuação do texto escrito (ROGERI & TENANI, 2005) e na expressão oral em norma culta (FREITAS; TEIXEIRA; MACHADO, 2016), além da persistência de analfabetismo funcional em séries mais avançadas, fazem crer que o grande desafio no ensino de português pode não ser exatamente a relação fala/escrita, ou o método de alfabetização. Esse desafio, para ser enfrentado, precisa de um outro olhar, uma outra abordagem para o objeto de ensino/pesquisa, uma forma diferente, das já presentes nos atuais materiais didáticos, de se conceber linguagem. Dessa maneira, estudos mais discursivos, voltados à compreensão da constituição heterogênea da linguagem, ainda que necessários, precisam dar lugar a uma busca pela

² A primeira edição deste livro foi publicada em 1986.

³ Ou do português brasileiro atual e do que serviu de modelo para normatização.

compreensão desse objeto em si. Que língua é essa que falamos no Brasil, e denominamos português, que parece tão diferente, quando ensinada na escola, e tão mais distinta daquela falada na Europa ou ensinada pela escola? Seria estrangeira essa língua para o aluno? Seria estrangeira para o professor? Teríamos, em nosso cérebro, algum dispositivo que poderia auxiliar no ensino, ou na compreensão, de línguas em geral, e do português brasileiro, em particular? Assim, a busca por uma abordagem formal, que dotasse o professor não apenas de instrumentos confiáveis para o ensino, mas também a compreensão do próprio objeto sobre o qual se dá o trabalho docente, no ensino de língua materna no Brasil, nos pareceu o melhor caminho a ser trilhado.

No seio dos estudos formais, na caracterização sobre as línguas do mundo, as distinções entre o português falado no Brasil e o falado na Europa é constante objeto de estudo. Não há dúvidas de que estamos diante de duas línguas distintas, afinal o conceito de língua-I (CHOMSKY, 1994), para os estudos formais da linguagem, já tem isso como dado. Esse conhecimento parece estar longe das salas de aula, e cursos de formação de professores, principalmente porque os documentos oficiais privilegiam uma única concepção de língua e essa não é a formal. O fato de sermos geneticamente dotados de um sistema, que nos faz proficientes em nossa língua e nos capacita a entender o que é gramatical ou não nela, propicia interessantes possibilidades de abordagens didáticas. Mesmo que essas duas contribuições das concepções formais de linguagem para o ensino de língua materna estejam distantes de serem discutidas em reuniões pedagógicas, estamos convencidos da sua importância. Essas são as bases ontológicas deste trabalho.

As questões originárias que impulsionam uma pesquisa científica podem estar ligadas à curiosidade própria do pesquisador. O que é muito legítimo em termos de constituição do pensamento humano, uma vez que grandes descobertas derivaram de pesquisas cuja única utilidade primária seria satisfazer a curiosidade do pesquisador. O utilitarismo da ciência mais prejudica que auxilia o desenvolvimento do conhecimento humano e não gostaríamos, mesmo sendo motivados por questões práticas, de nos filiar a sua defesa. Também pode acontecer de as pesquisas estarem relacionadas a questões do cotidiano e a que sua utilidade imediata seja enriquecer determinado campo, fornecer respostas imediatas a uma demanda social. Como exemplo de uma pesquisa que busca responder a uma demanda social, podemos citar a busca da cura para a AIDS ou câncer, ou mesmo a recente busca pela causa da epidemia de anencefalia no nordeste brasileiro. O que se busca esclarecer

é que nem sempre existe a necessidade de aplicação imediata das conclusões de um estudo científico.

Essa introdução voltada à aplicação prática deste estudo tem mais relação com o percurso científico da pesquisadora, do que com a defesa de uma ciência voltada apenas à aplicação ou, ao uso, de seus resultados. Muitas vezes, estudos em linguística formal são acusados de não terem utilidade e, apesar de este estudo estar calcado em questões que respondem a não apenas uma, mas várias, demandas sociais e essa “utilidade” estar presente no texto, fizemos uma escolha consciente por uma abordagem formal. Acreditamos, que por essa abordagem, conseguimos explicar de forma mais satisfatória a possibilidade de distinguir tipologicamente o português brasileiro do europeu. Essa reflexão acerca da natureza da ciência nos parece necessária principalmente atualmente em que a ciência, e sobretudo a ciência de base, sofre sérios ataques do governo brasileiro.

O caminho percorrido na construção desta narrativa científica envolve, primeiramente, a retomada dos objetivos propostos no projeto inicial de pesquisa. A pesquisa foi desenhada a partir de um questionamento que se transformou. No entanto, as questões apresentadas no projeto de pesquisa foram respondidas e a elas foram acrescentados novos rumos, por isso apresentamos os questionamentos do projeto inicial de pesquisa a seguir. Olhar o percurso e responder às questões norteadoras nos parece uma interessante forma de introdução ao nosso texto e análises mais específicas. Assim, passamos, a seguir, a analisar o percurso inicial do projeto de pesquisa para, em seguida, delinear como organizamos o texto para demonstrar a pertinência do que propomos.

Inicialmente, a pesquisa buscava aprofundar discussões sobre a possibilidade de AdvPs (Sintagma adverbial, do inglês Adverbial Phrase) circunstanciais ocuparem a posição associada ao *Sujeito* ([Spec,TP] no Programa Minimalista; [Spec,SubjP]⁴ na abordagem Cartográfica de Rizzi (2004b; RIZZI & SHLONSKY, 2005), em PB, com vistas a responder às questões que discutiremos abaixo. Inicialmente, buscávamos explicações para as razões de alguns circunstanciais (Tempo, Modo e Locativo) e não outros (Instrumento, etc) poderem

⁴ Essa foi a posição inicial do projeto de pesquisa. Não levamos em conta, naquele momento, as distintas posições para *Sujeito* no sistema cartográfico. No decorrer do trabalho, vamos especificar que para o programa Cartográfico pode haver mais de uma posição para *Sujeito* na arquitetura da sentença.

acessar posição de *Sujeito* em PB. Em outras palavras, o projeto buscava entender o motivo de sentenças como i, ii e iii serem gramaticais e iv não ser.

i) a. *Neste dia* chega as contas

ii) a. *Deste jeito* chega as crianças

iii) a. *Nesta loja* chega os cds.

iv) **Com martelo* chega os pregos.

Essa questão estava ancorada numa perspectiva da vertente Cartográfica da teoria de princípios e parâmetros que coloca, como demonstraremos em seguida, esses três circunstanciais mais perto da zona argumental que os demais (SCHWEIKERT, 2004; CINQUE, 2006, 2010). Essa questão, apesar de muito instigante e de merecer um olhar atento no futuro, foi tomada como assunção teórica. Assumimos que, como propõem os autores, essas três categorias de circunstanciais estão mais próximas da zona argumental, compartilhando características com as categorias dessa zona – alguns circunstanciais podem ser complementos verbais, como *em Roma*, na sentença “João mora *em Roma* – e, por esse motivo, podem ser *Sujeito* em PB. Buscamos, então, descrever o que reconhecemos, neste texto, como evidências para uma distinção tipológica entre o português brasileiro e o português europeu: a possibilidade de um padrão ERG-ABS em PB, a expectativa de um *Split*⁵ ergativo nessa língua. Dessa forma, a possibilidade de circunstanciais ocuparem posição de *Sujeito* em PB foi por este trabalho denominada alargamento das possibilidades argumentais⁶. Dito de outro modo, a possibilidade de constituintes que estão entre a zona

⁵ Na tradição da tipologia linguística, ocorre um *Split* de ergatividade, ou seja, uma língua apresenta uma ergatividade cindida, quando apresenta, para uma dada generalização linguística, um padrão de alinhamento de Caso ERG-ABS e para outras generalizações um padrão NOM-ACC. Dessa maneira, não se propõe que a língua seja ergativa, mas que apresenta ergatividade em algumas construções (BAKER, 2015). Os estudos sobre o PB reconhecem essa língua, assim como outras línguas românicas, com padrão NOM-ACC. Não nos parece que a língua esteja se tornando ergativa, mas que estamos diante de um *Split*, uma vez que a língua parece seguir, para a maior parte das generalizações linguísticas, um padrão NOM-ACC. Não podemos, no entanto, descartar a possibilidade de que, à semelhança – e em relação direta com elas – de algumas propostas para mudança no parâmetro do *Sujeito* nulo, a língua toda esteja em processo de mudança nessa direção.

⁶ Inicialmente, construímos a ideia de um alargamento da zona argumental. Porém, como nos pontuou o Prof. Carlos Felipe Pinto, na ocasião de qualificação deste texto, não parece fazer sentido pensar em alargamento da zona argumental, pois os circunstanciais atuam já como argumentos dos verbos (CINQUE, 2006; 2010). A

argumental e o *Middlefield*⁷ serem *Sujeito* nos diz que o PB está aceitando, como argumentos externos do verbo, constituintes outros que não os canônicos de línguas românicas, mesmo com verbos de grande agentividade. Isso ocorre mesmo que a língua disponha da passivização para casos em que se queira evidenciar um constituinte “paciente”. Essa inovação já foi apontada por Negrão & Viotti (2011) como evidências para o que elas denominam de – e nós ratificamos – ergativização do PB.

No início, também não distinguimos PPs (*prepositional phrase* em inglês, doravante PP) de outros AdvPs circunstanciais. Desse modo, as formas *hoje* e *neste dia*, – em sentenças como: “*Neste dia* telefona os diretores” e “*Hoje* telefona os diretores” – seriam igualmente analisadas. Essa proposta sofreu um recorte, no sentido de que apenas os PPs⁸ circunstanciais foram objeto de análise na versão final. Isso se deveu ao fato de os dados mostrarem certa inconsistência numa análise conjunta de AdvPs (*hoje*) e PPs (*Neste dia*) e, principalmente, de a análise a partir de PPs nos possibilitar postular uma distinção no alinhamento de Caso no PB para sentenças com *Sujeito* circunstancial, questão que se tornou central no trabalho. Assim, acrescentando a possibilidade de dois outros PPs circunstanciais (tempo e modo) – além dos locativos⁹ – serem *Sujeito* em PB, esta dissertação propõe um alinhamento de Caso distinto de *NOM-ACC*. Esse foi um encaminhamento diferente do proposto nas questões iniciais, incluído na pesquisa principalmente pela oportunidade que a pesquisadora teve de fazer um estágio na Universidade de Buenos Aires¹⁰ (ago a dez de 2018) onde concluiu o Seminário de Doutorado “*Teoría del caso: interacciones en la sintaxis y después*”, oferecido pelos professores Andrés Saab e Karlos Arregi. Essa proposta vai ao encontro do reconhecimento de alguns padrões do PB que o distanciam tipologicamente de

possibilidade de esses constituintes ocuparem posição destinada a argumento externo é a novidade. Assim, entendemos haver um alargamento das possibilidades argumentais dos circunstanciais. Essa mudança da nomenclatura reforça a ideia que vamos construir sobre ergatividade como, além de um padrão de alinhamento de Caso, a possibilidade de colocar em evidência constituintes relacionados com papel temático “paciente”.

⁷ Para maiores esclarecimentos e definição do termo *Middlefield*, cf. seção 3.1.3 pág. 43 desta dissertação.

⁸ Ideia de PP também vai sofrer uma modificação, pois vamos entender a preposição como marcador semântico de Caso para os *Sujeitos* circunstanciais em PB.

⁹ O estatuto de *Sujeito* dos locativos já foi bem descrito por outros trabalhos (AVELAR & CYRINO, 2008; AVELAR, 2009; AVELAR & GALVES 2011; AVELAR & GALVES, 2016; QUAREZEMIN & CARDINALETTI, 2017; ALEXIADOU & CARVALHO, 2018) e neles nos baseamos para postular outros circunstanciais como *Sujeito* em PB.

¹⁰ Agradecemos mais uma vez a Rede de Macro Universidades da América Latina e Caribe pelo programas bolsas de mobilidade entre países da América Latina, financiadas pelo Santander, para o qual a pesquisadora foi selecionada pelo Edital 01/2017 da PRPG da Unicamp.

línguas românicas. Esse fenômeno vem, como dissemos anteriormente, sendo descrito como ergativização do PB (NEGRÃO & VIOTTI, 2011).

A partir do reconhecimento de que nosso interesse se centrou apenas nos PPs circunstanciais locativos, de tempo e de modo, seguimos buscando as respostas, que serão trazidas no decorrer da dissertação, para as perguntas de pesquisa. A primeira questão foi “do conjunto de advérbios circunstanciais (locativos, de tempo, de modo, de instrumento, etc. – cf. Cinque (2006)) quais deles podem ocupar a posição de *Sujeito* das sentenças em PB?”. Demonstramos, a partir das considerações do segundo capítulo, mas principal e detalhadamente no apêndice desta dissertação, que PP_{loc}, PP_{temp} e PP_{manner} podem ser *Sujeito* em PB e que os *AdvPs* do *Middlefield* não podem. Não contrastamos o comportamento de outros circunstanciais com os desses três; portanto, não respondemos exatamente a pergunta de quais outros circunstanciais podem ser *Sujeito*. Assumimos que esses podem em função do que a teoria nos fornece como dado. Entendemos que ainda existe um terreno fértil para mais investigações e optamos pela descrição apenas desses circunstanciais por estarmos buscando uma generalização para fatos da língua.

A segunda questão do projeto de pesquisa era “qual a estrutura argumental dos verbos que permitem que adverbiais circunstanciais (os locativos, pelo menos, a julgar pela literatura sobre o PB) ocupem a posição de *Sujeito* em PB? Existe algum contexto sintático específico que licencie a ocorrência de PPs circunstanciais não locativos na posição de *Sujeito* em PB?”. Essas duas questões nos direcionaram no sentpropido de buscar explicações para o licenciamento desses constituintes como *Sujeito* da sentença. Pudemos então demonstrar, também no segundo capítulo deste texto, que a zona argumental do PB parece passar (ou ter passado durante o processo de fixação do que se convencionou denominar PB) por um processo de alargamento no sentido de acomodar constituintes com papéis temáticos não prototípicos de argumentos externos (alguns PPs circunstanciais). Assim, esse alargamento argumental – a capacidade de um circunstancial ser argumento externo do verbo – parece ir, pelo menos até o PP_{temp}, se se considera a hierarquia proposta por Cinque (2006). O fato de haver constituintes (não agentivos) e que seriam complementos ou adjuntos verbais evidenciados como *Sujeito* é um dos argumentos levados em consideração para que se proponha a ergativização do português como possível explicação para o fenômeno.

Outro aspecto interessante relacionado a características dos verbos com os quais essas construções são possíveis não diz respeito à estrutura argumental, mas à transitividade.

Demonstramos que, a depender da transitividade do verbo, o PP circunstancial pode ocupar a posição de *Sujeito* ou uma posição na periferia esquerda da sentença. Finalmente, o contexto sintático que parece licenciar PPs circunstanciais como *Sujeito* em PB está relacionado à transitividade do verbo. Dito de outro modo, os circunstanciais que estão em posição de *Sujeito* sintático em construções com verbos intransitivos precisam de um marcador semântico de Caso, a preposição. Com verbos transitivos, DPs com papel temático circunstancial são licenciados como *Sujeito*, sem o marcador semântico de Caso.

Como terceiro questionamento, temos “o licenciamento de adverbiais circunstanciais em [Spec,TP], isto é, a possibilidade de adverbiais circunstanciais atuarem como *Sujeito* da sentença, em PB, poderia estar relacionado com a posição dessas categorias na hierarquia (CINQUE, 2006)? Noutras palavras, a posição específica de cada circunstancial é condição necessária para que (ele) venha a ocupar a posição do *Sujeito*?”. Em relação à posição, demonstramos que o fato de a zona de circunstanciais estar logo acima dos argumentos parece ser fator determinante para que eles possam ocupar posições argumentais, uma vez que os adverbiais do *Middlefield* – i.e., os advérbios da hierarquia universal de Cinque (1999) –, como demonstramos no segundo capítulo, não podem ser *Sujeito*. Também demonstramos, no mesmo capítulo, que, quando em concorrência com outro circunstancial, o mais alto na hierarquia é alçado à posição de *Sujeito*. As características próprias dos circunstanciais, sua posição na hierarquia, certamente são necessárias para que esses constituintes, e não outros (como os AdvPs do *Middlefield*, por exemplo), sejam *Sujeito*. Entendemos que apenas a consideração de maior necessidade de preenchimento da primeira posição, por força de algum traço EPP¹¹, por exemplo, não é suficiente para explicar o porquê de esses constituintes serem *Sujeito*. Fosse esse o caso, outros AdvPs em primeira posição seriam licenciados como *Sujeito* e isso se provou falso, a partir dos testes que aplicamos com o Adverbial_{FrequentativeII} *com frequência*, no segundo capítulo deste texto. O fato de esses PPs serem *Sujeito* e não outros, revelam que a posição hierárquica do constituinte precisa ser levada em consideração ao se postular o uso de constituintes não-prototípicos como *Sujeito* em PB. Essa questão, no entanto, como adiantamos, não será objeto de maiores detalhamentos neste texto e apenas a ideia de que há um alargamento das possibilidades argumentais do verbo será mantida.

¹¹ Definições e considerações sobre o EPP serão trazidas na seção 2.1.2 deste texto.

A quarta questão que direcionou esta pesquisa foi “A compreensão desse fenômeno, a partir de uma concepção cartográfica da arquitetura da oração, teria algo a oferecer sobre a posição desses AdvPs na hierarquia?”. Os testes aplicados neste trabalho identificaram que a hierarquia $PP_{manner} > PP_{loc} > PP_{temp}$ se confirma, principalmente a partir da análise de construções em que dois dos circunstanciais estão presentes na sentença. Nesses casos, respeitando a minimalidade relativizada (RIZZI, 2005), sempre o circunstancial mais alto será alçado à posição de *Sujeito*. Dito de outro modo, o PP_{manner} só será *Sujeito* quando ocorrer sem o PP_{Loc} ou o PP_{Manner} numa sentença.

O quinto questionamento diz respeito a posições para o *Sujeito* a partir de uma estrutura cartográfica enriquecida. Nosso estudo demonstrou que, pelo menos para os casos em que os três circunstanciais analisados são *Sujeito*, não são necessárias mais de uma posição para esse constituinte, uma vez que o que parece estar em jogo é o alinhamento de Caso – ou a maneira como se dá a checagem de Caso, que, para nós, passa a ser um alinhamento do tipo ERG-ABS – e não a necessidade de uma posição A’ para acomodar esses constituintes. A necessidade de uma posição não argumental para acomodar constituintes que não podem checar Caso nominativo em função de serem preposicionados aparece em trabalhos distintos sobre *Sujeitos* locativos, uns propondo mais de uma posição de *Sujeito* (QUAREZEMIN & CARDINALETTI, 2017) – uma argumental outra não – outros propondo um padrão phi-independente para o PB (AVELAR & GALVES, 2016) – em que T seria uma posição A’.

O texto foi construído da seguinte maneira: num primeiro capítulo, trazem-se considerações gerais sobre os circunstanciais e sobre a categoria *Sujeito* e, também, a proposta metodológica deste trabalho. Na sequência, apresentamos um capítulo com discussões acerca da pertinência de se considerar, além dos locativos, os circunstanciais de Modo e de Tempo como *Sujeito*. Essa é uma das contribuições originais deste trabalho. Embora os circunstanciais de Tempo tenham sido reconhecidos como argumentos de verbo (NEGRÃO & VIOTTI, 2011) e o AdvP *Hoje* tenha sido reconhecido como *Sujeito* em texto com abordagem teórica distinta da nossa (ILARI et al., 1990), não temos conhecimento de pesquisa sistemática que relacione a possibilidade de os dois circunstanciais serem *Sujeito*. Além disso, o PP_{manner} parece não ter sido aventado como *Sujeito* em trabalhos anteriores e, no entanto, não encontramos distinção relevante para a consideração desses PPs da mesma maneira que os anteriores. Um quarto capítulo é acrescentado para tratar do alinhamento de Caso desses

constituintes, a partir da distinção apresentada no capítulo anterior entre a posição desses constituintes em sentenças com verbos transitivos e intransitivos. Neste capítulo também, desenvolvemos argumentos para fundamentar a postulação dessas análises como lugares de observação da ergativização do PB. Logo após, tecemos nossas considerações finais, retomando os principais tópicos, indicando caminhos a serem percorridos em futuras pesquisas. Apresentamos, então, as referências e, finalmente, um apêndice com todas as sentenças e testes considerados para elaboração deste trabalho.

2. FUNDAMENTOS PARA ANÁLISE

I was never aware of any other option but to question everything.
Noam Chomsky

As bases epistemológicas do trabalho ancoram-se na concepção de linguagem da Gramática Gerativa. Assim, concebe-se a linguagem humana como uma capacidade inata de produzir sentenças infinitas a partir de um conjunto finito de elementos; a essa capacidade denominamos *faculdade da linguagem* (PIRES DE OLIVEIRA, 2010). Produzir conhecimento dentro deste campo teórico pressupõe alguns compromissos de ordem metodológica. O empreendimento gerativo (BORGES NETO, 2004) em seu estágio atual de desenvolvimento, a saber, a abordagem de princípios e parâmetros da gramática gerativa (CHOMSKY, 1994) tem no programa minimalista (CHOMSKY, 1999) as mais recentes propostas para derivação das sentenças. Este trabalho utiliza o programa minimalista para propor as derivações e filia-se também à vertente cartográfica (CINQUE, 1999 e seguintes). A proposta central – *a evidência da existência de uma ergatividade cindida para o PB, a partir da análise dos Sujeitos circunstanciais* – teve sua origem em um questionamento que só faz sentido a partir de um questionamento no âmbito dessa vertente. Questionar quais adverbiais circunstanciais podem ocupar a posição de *Sujeito* em PB e ancorar esse questionamento na constatação de que locativos podem ser *Sujeito* só adquire sentido a partir do programa que adotamos como base para os questionamentos: a cartografia sintática (CINQUE, 1999).

Assim, este trabalho adota os princípios fundamentais do empreendimento gerativo

1. os comportamentos linguísticos efetivos (enunciados) são, ao menos parcialmente, determinados por estados da mente cérebro;
2. a natureza dos estados da mente/cérebro, parcialmente responsáveis pelo comportamento linguístico, pode ser captada por sistemas computacionais que formam e modificam representações (BORGES NETO, 2004: 97)

A partir desses princípios e concepções de linguagem, busca-se descrever como o sistema computacional gera sentenças em que, linearizados, constituintes circunstanciais ocupam a primeira posição na sentença. Nesse sentido, explicamos tanto as sentenças em que os circunstanciais são *Sujeito* quanto os casos em que os circunstanciais são tópicos e estão deslocados. Um PP_{circunstancial} linearizado em primeira posição de uma sentença com verbo transitivo não é o *Sujeito* da sentença – testes que comprovam a posição deslocada desses constituintes são apresentados no capítulo três. Para descrever esse sistema tendo como origem a hierarquia cartográfica (CINQUE, 1999 e seguintes) e como ferramental para a derivação das sentenças o programa minimalista (CHOMSKY, 1999 e seguintes), toma-se a zona argumental do verbo, sendo o espaço da sentença delimitado, numa abordagem larsoniana, ao vP (LARSON, 1988); os demais constituintes da hierarquia cartográfica estão projetados acima de vP¹². Assim, numa direção ascendente (*bottom-up*), acima dos argumentos do verbo e antes do *Middlefield* – isto é, da “zona correspondente ao IP/TP” –, projetamos um espaço para os circunstanciais que se comportam como adjuntos do verbo (cf. figura 1 abaixo). Embora esse arranjo não seja sempre sincrético, nos serviu para os propósitos deste trabalho, uma vez que estamos checando traços a partir de ferramentas minimalistas, mas não perdemos de vista a hierarquia universal proposta pela cartografia. Pode-se denominar essa abordagem de “Cartografia leve” (VAN-CRAENENBROECK, 2009).

¹² Embora se parta da hierarquia universal (CINQUE, 1999, 2006) para a consideração da posição de merge dos circunstanciais aqui estudados, optou-se por recorrer à duplicação de vP para integrá-los à estrutura, mesmo entendendo que a cartografia sintática não admite adjunções múltiplas e especificadores múltiplos a um único núcleo.

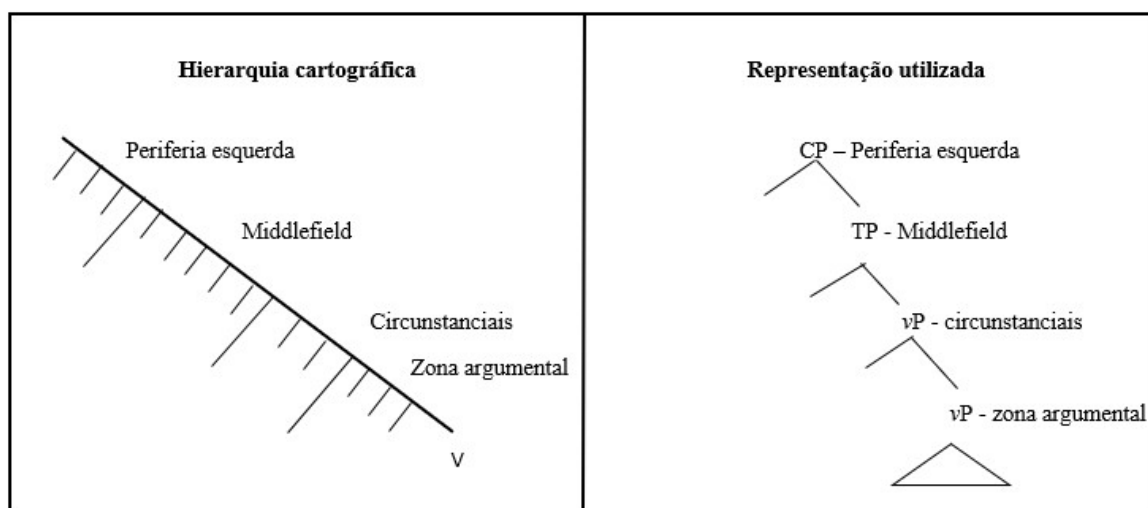


Figura 1: Relação assumida entre hierarquia cartográfica e minimalismo

Na figura acima, identificamos como estamos relacionando a arquitetura da sentença sob uma perspectiva da cartografia, que esmiúça as distintas posições para merge de constituintes, e o minimalismo, que busca restringir as posições necessárias na arquitetura da sentença àquelas presentes na numeração. A zona argumental, será, em nossa derivação no capítulo quatro, vP. A zona dos circunstanciais, em que faremos inserção de constituinte circunstancial adjunto, será o vP duplicado, notação utilizada em abordagens não cartográficas para adjuntos. O *Middlefield*, zona em que há merge do *Sujeito*, no programa cartográfico, será TP. E a periferia esquerda, será CP, constituinte para o qual o circunstancial adjunto se moverá, quando for tópico da sentença.

2.1.1. Os PPs circunstanciais

O conjunto dos advérbios circunstanciais (lugar, tempo, modo, instrumento, etc) é bastante heterogêneo e possui características que os distingue de outras classes adverbiais. Alguns, os que são objeto de análise neste texto, seguem (ou são) o complemento do verbo e são realizados com preposição. Isto é, são classificados em geral como sintagmas preposicionados, o conjunto de PPs circunstanciais. Para Cinque, (2006) a ordem dos PPs em línguas VO é a imagem especular da ordem desses itens em línguas OV. No entanto, como o

escopo relativo desses PPs é o mesmo – independentemente da tipologia da língua (VO, OV, etc.) –, pode-se inferir uma mesma ordem de *merge* para os diferentes tipos de PPs. Para Cinque (2006, cap. 6), a partir da análise das conclusões de Schweirkert (2004), essas três classes de circunstanciais ocupam uma posição rígida e fixa entre si, na estrutura, e em relação aos outros modificadores da projeção estendida do verbo.

A literatura linguística geral (MIRA MATEUS, 2003; PERINI, 1995) sobre o português nos chama atenção para esses adverbiais, postulando que possam ocupar posição argumentais, como complemento de algum tipos específicos de verbos como *morar*, em sentenças como “João mora em Roma” (PERINI, 1995) e “que há diferentes tipos de ligação estrutural e lexical dos SPs [PPs] e dos SADVS [AdvPs] relativamente ao verbo” (MIRA MATEUS, 2003:428). O papel dos adverbiais circunstanciais na estrutura da oração é, então, intrinsecamente fluído, já numa busca de adequação descritiva para os fenômenos. A ligação com a estrutura argumental e com a transitividade dos verbos não parece devidamente explicada. Buscar explicar teoricamente a partir de uma abordagem que permite a categorização dessa fluidez, como se a possibilidade de esses constituintes ocuparem posições argumentais fosse sendo dissipada à medida que se sobe na hierarquia, nos parece bastante adequada. As investigações sobre o fenômeno da inversão locativa¹³ nos mostram que os PPs locativos podem ocupar posição de *Sujeito* em PB. Estudos sobre a natureza das categorias que podem figurar na posição de *Sujeito* sintático em PB, principalmente aquelas relacionadas ao parâmetro do *Sujeito* nulo (KATO e NEGRÃO, 2000 e AVELAR, 2009), têm, com frequência, apontado, para o caso de *Sujeitos* lexicais, a possibilidade de PPs locativos poderem apresentar propriedades prototipicamente associadas ao *Sujeito* sintático. Na proposta de Cinque (1999, 2006), em virtude do que o autor chama de *left-right asymmetry* (assimetria direita-esquerda), segundo a qual nada é inserido (‘Merged’) à direita do núcleo lexical (no caso da oração, o V), acima do VP estão os DPs argumentos, seguindo uma hierarquia temática. Todos são candidatos potenciais para serem *Sujeitos*. Acima deles, em Cinque (2006), estão os PPs Circunstanciais, também rigidamente ordenados.

¹³ Inversão locativa, para Avelar (2009: 233), estaria relacionada a casos em que “análises desenvolvidas dentro de diferentes quadros teóricos tendem a argumentar que as sentenças resultantes de inversão locativa devem ser tratadas como construções em que um constituinte locativo (geralmente não-argumental) ocorre na posição gramaticalmente destinada (pelo menos, na situação mais comum) a um *Sujeito* argumental”. Essa dissertação deixa claro que diferentes quadros teóricos atestam a possibilidade de locativos ocuparem posição de *Sujeito* em distintas línguas do mundo e o autor defende que essas construções estão presentes também no PB.

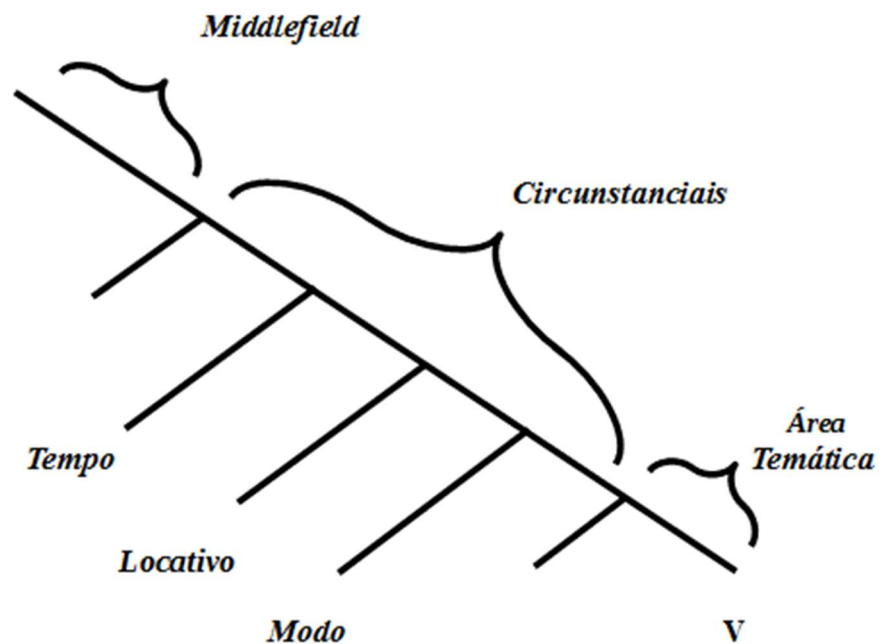


Figura 2: Hierarquia das zonas da arquitetura da sentença

Curiosamente, os locativos não são os mais baixos (cf. figura 2). Podemos naturalmente nos colocar a pergunta: se os DPs argumentais podem ser *Sujeito* e os locativos também podem, as categorias que se posicionam entre essas outras duas poderiam também figurar na posição de *Sujeito*? O que licencia um locativo em Spec,TP? O que licencia um DP argumento nessa posição? O mesmo princípio deveria valer para as categorias que estão no intermeio. Nesta dissertação, nos ocuparemos em apontar, em relação a três circunstanciais mais baixos da hierarquia, aqueles que podem ser licenciados como *Sujeito* das sentenças em PB.

No exemplo abaixo (1), o circunstancial de tempo, “hoje”, ocupa, segundo a descrição de Ilari et al. (1990), a posição de *Sujeito* da oração.

(1) Hoje tem o sistema financeiro de habitação. (ILARI et al., 1990: 59)

Sentenças como (1) indicam que não existe ineditismo na proposta de alguns circunstanciais ocuparem, na estrutura da oração, a posição de argumentos dessa oração. A partir da assunção teórica deste trabalho – de que existe uma posição fixa de *merge* para o circunstancial de tempo que, como outros circunstanciais, seguem o verbo ou seu complemento, na ordem *default* –, devemos esperar que todos os circunstanciais abaixo na hierarquia, ou seja, todos os circunstanciais c-comandados pelo circunstancial de tempo (a categoria de *hoje*, conforme dito) possam ser *Sujeitos* da oração. Como podemos observar na hierarquia apresentada na figura 2, esperamos que os circunstanciais locativos e os circunstanciais de modo possam ser *Sujeito* das sentenças em PB, pois trabalhos sobre o PB reconhecem *hoje* como *Sujeito*. Investigações de outras orientações teóricas (LOPES-DAMÁSIO, 2011) vêm apontando para a possibilidade de circunstanciais de modo serem *Sujeito* em PB e, no âmbito dos estudos gerativos, tem sido produtivos os trabalhos que analisam os locativos como *Sujeito*. Utilizamos, para os circunstanciais de tempo e de modo, os mesmos testes propostos para a posição do adverbial locativo em casos denominados de inversão locativa.

Os adverbiais circunstanciais que podem ocupar posição de *Sujeito* em PB, segundo os estudos apresentados pelo enfoque da gramática gerativa, salvo possível desconhecimento nosso,¹⁴ são os locativos. Dito de outro modo, uma vez que os locativos ocupam uma posição intermediária entre os circunstanciais de tempo e modo na hierarquia de Cinque (2006), há que se esperar que pelo menos os circunstanciais de modo possam ser alçados à posição de *Sujeito*. É interessante notar, no entanto, que a literatura nos dá exemplos de temporais como *Sujeito* (cf. (2), acima). Isso vale por dizer que, caso os circunstanciais de modo – os mais baixos dentre todos os circunstanciais (e, por isso mesmo, os mais próximos dos DPs-argumentais) – não possam ser alçados à posição de *Sujeito*, será necessário buscar uma explicação convincente que possa dar conta do fato de os locativos poderem ser *Sujeitos* mas os circunstanciais de modo, c-comandados pelos locativos, não poderem, o que seria inesperado do ponto de vista das hierarquias cartográficas¹⁵. Estendemos às duas outras

¹⁴ Para uma proposta distinta de análise para os adverbiais locativos em posição inicial em PB ver Alexiadou & Carvalho (2018).

¹⁵ Como último expediente, pode ser necessária a postulação de uma projeção para locativo e de outra para tempo ainda mais baixas do que as propostas por Cinque (2006).

categorias de circunstancias acima mencionadas (a saber, os circunstanciais de tempo e modo) os testes apontados pela literatura como bons diagnósticos para detectar se determinado sintagma exerce a função sintática de *Sujeito*, principalmente em contraste com a possibilidade de tal constituinte estar deslocado à esquerda, constituindo tópico da oração. Não postulamos, contudo, uma posição ou (posições) de *Sujeito*, como fazem Quarezemin & Cardinaletti (2017)¹⁶. Assumimos que a posição associada às propriedades do *Sujeito* sintático em PB – valoração do caso nominativo, valoração dos traços-*phis* de T, etc. – seja, como em Chomsky (1999), a posição de “[Spec,TP]” e buscamos uma explicação alternativa para as apresentadas até o momento para constituintes locativos com *Sujeito*.

2.1.2. A categoria *Sujeito*

No interior da abordagem teórica à qual nos filiamos – a Gramática Gerativa –, desde a sua constituição como teoria da linguagem, a questão do *Sujeito* se apresenta, chegando a constituir uma questão paramétrica – questão epistemológica crucial no modelo gerativo atual. A exigência de preenchimento da posição de *Sujeito* na abordagem gerativa refere-se à hipótese do traço EPP (CHOMSKY, 1994, 1999), que prediz, em sua formulação mais clássica, que toda sentença deve ter *Sujeito*¹⁷. A categoria *Sujeito* seria, então, estritamente sintática, estrutural. A hipótese de um traço EPP colocou uma série de novos questionamentos à teoria, uma vez que as línguas diferem muito no tipo de elemento que ocuparia essa posição de *Sujeito*, não mais relacionada apenas ao que se denomina *Sujeito* lógico ou semântico. Esse conceito está mais relacionado ao desenvolvimento de gramáticas no modelo greco latino e, em alguma medida, perdura até a atualidade em várias abordagens e estudos sobre a linguagem. A formulação de hipóteses para o preenchimento da posição de *Sujeito* não poderia se esquivar do reconhecimento de uma certa “instabilidade” das propriedades dessa categoria no âmbito dos estudos da linguagem e nas diferenças entre as

¹⁶ É interessante notar que as autoras advogam em favor de duas posições distintas de *Sujeito* no PB sem chegarem a propor uma posição fixa, no *Middlefield*, para cada uma delas. A necessidade de se postular um lugar (ou mais de um) fixo para que o candidato a *Sujeito* possa se mover é anterior às postulações destes trabalhos e, certamente, os desdobramentos deles poderão contribuir para, senão elucidar, colocar foco sobre essas questões.

¹⁷ Assumimos os desdobramentos atuais do traço EPP que parece ter se tornado, na literatura gerativa, um traço geral não interpretável (CHOMSKY, 2000; 2001).

várias tipologias de línguas existentes. Iremos nos referir à posição de *Sujeito* neste trabalho como [Spec,TP] apenas, uma vez que nossa investigação não busca, neste momento, discutir o lugar específico que o *Sujeito* ocuparia no *Middlefield*. Essa escolha se deve ao fato de a posição de *merge interno* desses constituintes circunstanciais (i.e., o lugar no *Middlefield* onde valorarão os traços associados ao *Sujeito*) não ser relevante para as questões aqui propostas. Nosso trabalho se ocupa apenas da posição de *merge externo* dos constituintes; nesse sentido, podemos também abandonar a ideia de inversão, presente na literatura nas discussões sobre inversão locativa e tratarmos apenas do momento em que o circunstancial (lugar, tempo, modo) entra na estrutura, que será na posição de especificador da zona argumental (vP), quando *Sujeito* da sentença, pelas razões descritas por Fernandez-Soriano (1999). Nesse texto, a autora traz evidências que corroboram o entendimento de circunstanciais locativos como argumento externos do verbo. Nesse momento, vamos entender que esse circunstancial é alçado à posição de *Sujeito* sem, no entanto, postular um lugar específico para essa posição.

Keenan (1976) fornece uma visão geral do que declara serem propriedades gerais dos *Sujeitos*. Esse trabalho é constantemente retomado para discutir essa “noção” que, apesar de parecer tão comum a quase todo estudante que tenha concluído o Ensino Fundamental, desafia ainda teorias gramaticais. O autor deixa claro, desde o início, que nenhuma dessas propriedades é necessária ou suficiente para definir o que seja *Sujeito* em uma dada língua. Keenan divide essas propriedades em quatro categorias: i) princípios de autonomia; ii) propriedades de marcação de caso; iii) papel temático; e iv) dominância imediata. A partir dessas propriedades gerais, foram criados distintos testes sintáticos para verificar se um constituinte estaria ou não ocupando a posição de *Sujeito*. Neste trabalho (a partir do proposto em Avelar (2009) e Saab (2014)), utilizam-se os seguintes testes para diagnosticar a posição de *Sujeito* dos adverbiais: obrigatoriedade do adverbial para gramaticalidade da sentença, alçamento, co-indexação de *Sujeitos* de orações coordenadas, licenciamento de argumento secundário e impessoalização por meio do *se*.

Chomsky (1965) defende que a função gramatical de *Sujeito* é definida em termos de estrutura da frase, não sendo, portanto, um primitivo da gramática. Mais especificamente, funções gramaticais e categorias gramaticais são definidas para serem distintas uma da outra: categorias são primitivas, funções não. No programa minimalista, a posição prototípica para *Sujeito* é [Spec,TP] e essa será a nomenclatura utilizada neste trabalho, como já foi dito, uma

vez que as reflexões sobre o lugar de *merge* de [Spec,TP] não serão discutidas. Cardinaletti (2017) propõe duas distintas posições para o pouso do candidato a *Sujeito* da oração, uma relacionada à checagem de *Caso* e *Traços-phi* e outra a um traço categorial. Temos por certo que uma dessas duas projeções de *Sujeito* em Cardinaletti (2004), a saber, Spec,SubjP, esteja contida no *Middlefield* que corresponderia, grosso modo, ao TP minimalista. Para os propósitos deste trabalho, conforme também já dito, entendemos que apenas uma posição de *Sujeito* dá conta de explicar as derivações de *Sujeitos circunstanciais* em PB, uma vez que, em nossa análise, os constituintes ocupam posição argumental e checam *traços-phi*. A necessidade de outras posições, para acomodar todas as outras possibilidades de *Sujeito* em PB, precisa ser discutida em outros contextos.

2.2 Metodologia

A metodologia que utilizamos neste trabalho envolve dados introspectivos da própria pesquisadora, com algumas checagens com terceiros – nos casos de maiores dúvidas. Os julgamentos “finais” são da pesquisadora. Nesta seção sobre metodologia, teceremos primeiramente comentários sobre o método negativo e como o utilizamos neste estudo. Na sequência, faremos uma descrição do conjunto de testes aplicados aos dados. Estes testes nos permitem apenas atestar se um circunstancial figura como *Sujeito* da sentença e também se há algum argumento nulo ocupando essa posição. O PB tem um funcionamento peculiar que permite, em muitos casos, concordância com tópico e alçamento do *Sujeito* à posição de tópico, fato que caracteriza a língua como orientada ao discurso (NEGRÃO, 1999). Dessa forma, mesmo que em alguns testes os constituintes pareçam ser *Sujeito*, apenas com a detecção da presença ou não de argumentos nulos é que se pode dizer a posição do constituinte, uma vez que ele estaria em distribuição complementar com um outro argumento não lexicalizado na sentença.

2.2.1. O método negativo

A importância do recorte temático é inegável em qualquer empreendimento científico. Da mesma maneira, entendemos que o rigor metodológico e principalmente a

busca constante e insistente por esse rigor não deve ser abandonada. Mesmo que utópico, em alguma medida, o rigor constitui-se como uma assíntota e qualquer empreendimento científico precisa filiar-se ativamente a essa busca. Este trabalho filia-se ao programa de pesquisa em gramática gerativa chomskyana e, portanto, tem, no método negativo, a sua base primordial. Para nós, a discussão sobre a validade dessa metodologia e a maneira como ela é aplicada enriquece o trabalho do ponto de vista epistemológico, além de promover o próprio questionamento dos dados e conclusões apresentados.

O rigor metodológico a que nos filiamos é atualizado neste trabalho sob os pressupostos do método que afastou a gramática gerativa dos estudos puramente computacionais e não dispersou a linguística entre os campos das ciências sociais: trata-se do “método negativo” (PIRES DE OLIVEIRA, 2010). Esse método, que tem por fundamento o julgamento de agramaticalidade do falante, será utilizado a partir do julgamento de dados introspectivos da própria pesquisadora, que é falante nativa de português brasileiro do interior do estado de São Paulo.

2.2.2 Os testes de *subjecthood*

A ordem de palavras preferencial em PB é SVO (*Sujeito* – Verbo – Objeto). Sempre que essa ordem é alterada¹⁸, pressupõe-se que os constituintes estejam sofrendo algum tipo de topicalização ou focalização. No caso dos constituintes circunstanciais, o verbo em PB sempre sobe sobre eles, o que faz com que sua posição seja, na ordem *default*, pós-verbal. Nesse sentido, é esperado que, quando em posição inicial, esses constituintes estejam topicalizados, ou seja, não estejam no domínio de T, mas no domínio C. Os testes aplicados aqui têm por objetivo atestar que esses adverbiais estejam ocupando uma posição no domínio de T – a saber, [Spec,TP] – e não topicalizados à esquerda, ou seja, não estejam no domínio de C, não sejam tópicos oracionais. Assim, compararemos, em cada teste, o comportamento dos circunstanciais com o de um DP-agente, indubitavelmente *Sujeito* e com o de um AdvP-frequentativo, cujo comportamento, quando em posição inicial de oração, é indiscutivelmente comportamento de constituinte tópico.

¹⁸ Cf. nota 19 sobre questões relativas à ordem VS em PB.

A saturação do predicado verbal é a primeira condição necessária para que uma derivação possa convergir. No entanto, definir exatamente quantos constituintes um verbo *s-seleciona* não é tarefa tão simples, nem algo definido apenas observando-se a raiz verbal. Nesse sentido, o juízo sobre a necessidade ou não de um constituinte como necessário para a gramaticalidade de uma sentença vai determinar se houve ou não a saturação do predicado verbal. Assim, o primeiro teste que lançamos mão para verificar a posição ocupada pelos circunstanciais é sua obrigatoriedade para que uma sentença seja gramatical. O primeiro teste consiste, portanto, em verificar se, dada a sua posição como primeiro constituinte da sentença, a presença do circunstancial é obrigatória para a sua gramaticalidade. Sendo obrigatório o constituinte, conclui-se que ele ocupa alguma posição argumental (ou comporta-se como argumental) e, portanto, se não sofrer um processo de topicalização, sua posição de *merge* interno está no domínio de T.

A obrigatoriedade de constituinte pode ser atestada a partir de comparação entre as orações com relação à gramaticalidade (cf. (2), a seguir); por esse critério, avalia-se a gramaticalidade da sentença com a presença e sem a presença do constituinte que se avalia (no caso deste trabalho, a proposta é avaliar se ocorre o mesmo com outros *circunstanciais* – tempo e modo). Nos exemplos abaixo, com um agente como *Sujeito* pré-verbal, o constituinte é obrigatório, pois, como constatamos com (c), num contexto *out-of-the-blue*, a oração é agramatical com a ausência desse constituinte e, como demonstrado por (b), com a posposição do constituinte a agramaticalidade da sentença se mantém. Dito de outro modo, a má formação de (2b) se deve ao fato de o *Sujeito* da oração precisar, em PB, ocupar a primeira posição da oração.

- (2) a. *João* telefonou.
 b. *telefonou João.¹⁹
 c. *telefonou.

Outro teste que utilizamos neste trabalho é o alçamento de constituinte da oração encaixada para o *Sujeito* da oração matriz. Esse tipo de teste, geralmente, utiliza verbos de

¹⁹ Como aponta Pilati (2002 e 2006) não há consenso sobre a ocorrência de ordem VS em PB com todos os tipos de verbos, ficando, para muitos autores, essa ordem restrita a alguns verbos inacusativos. A autora defende que construções com ordem VS em PB são licenciadas tanto com inacusativos quanto com inergativos e transitivos em determinados contextos. Em nossa gramática, num contexto *out-of-the-blue*, essa configuração é agramatical e aceita apenas por padrões aprendidos com a escolarização.

alçamento, como o *parecer*. O alçamento pode ser atestado em construções com o verbo *parecer*, uma vez que um constituinte em posição de *Sujeito* da sentença encaixada precisa ser alçado à posição de [Spec,TP] da oração matriz para que a construção seja gramatical – por questões relacionadas, digamos, à valoração dos traços-phi da flexão da sentença matriz –, não sendo possível que figure imediatamente à esquerda do verbo da oração encaixada infinitiva. Em (3a) a sentença não é gramatical, pois o constituinte *Sujeito* não foi alçado à [Spec,TP] da oração matriz, como acontece em (3c). A sentença (3b), com o *Sujeito* no final da sentença, ela é agramatical.

- (3) a. *Parece *João* telefonar.
 b. * Parece telefonar *João*.
 c. *João* parece telefonar.

O terceiro dos testes que denominamos de *testes de subjecthood* neste trabalho é o teste de coindexação de *Sujeitos* de orações coordenadas. Na relação entre duas orações coordenadas, o *Sujeito* nulo da segunda oração em PB precisa ser coindexado ao *Sujeito* da primeira oração do par coordenado (AVELAR, 2009). Para atestar, então, que um elemento é *Sujeito* de uma oração, é preciso que ele possa ser recuperado quando a oração em que se encontra seja coordenada com uma segunda oração com *Sujeito* nulo. Nos exemplos abaixo, em 4 (a), a gramaticalidade da sentença se explica pelo fato de o *Sujeito* da categoria vazia *cv* (i.e., o *Sujeito* do verbo *deixar*) ser correlacionado ao do verbo *telefonar* (no primeiro membro coordenado), i.e., tanto a primeira sentença quando a segunda têm o constituinte “*João*” como *Sujeito*, mas na segunda ele é retomado por um pronome não pronunciado; já em (b), a sentença é agramatical, pois a categoria *cv* não é correferente com o constituinte marcado pelo índice. Dessa maneira, este teste revela que o *Sujeito* da sentença exerce controle sobre o *Sujeito* da segunda oração num par de sentenças coordenadas. Isso não acontece com o circunstancial que indica o meio pelo qual o *Sujeito* realiza o evento descrito pelo verbo.

- (4) a. [*João*]_i telefonou pelo celular e *cv*_i deixou recado para Maria.
 b. **João* telefonou [pelo celular]_i e *cv*_i deixou recado para Maria.

No presente contexto, é importante nos perguntarmos se os outros advérbios circunstanciais (tempo e modo, neste trabalho) se comportariam da mesma maneira que os constituintes indubitavelmente *Sujeitos* e se, mesmo passando por esses testes, estaria em jogo algum argumento nulo nas estruturas. Assim, a seção seguinte apresenta dois testes de argumentos nulos para que possamos ter um desenho o mais correto possível da posição do circunstancial na arquitetura da sentença.

2.2.3. Os testes de argumentos nulos

Saab (2014) apresenta testes que podem ser utilizados para detecção de argumentos verbais que não estão lexicalizados nas sentenças. Dito de outro modo, os testes de Saab podem indicar se existe uma posição a ser preenchida por um constituinte ou se essa posição já se encontra preenchida por um argumento nulo do verbo. Os testes aplicados neste trabalho são o de licenciamento de predicado secundário e o da impessoalização por meio do *se*.

Para atestar que um constituinte está licenciando predicado secundário, é interessante buscar uma concordância que não possa ser retomada pelo constituinte mais próximo do predicado. Por exemplo em (5), é evidente que o predicado *eufórico* se refere ao constituinte *João* e não a *Maria*, uma vez que o predicado está flexionado no feminino. Para efeitos de comparação, oferecemos (6) em que o predicado *costureira* não pode ser licenciado pelo primeiro constituinte da sentença, *João*, uma vez que está flexionado no feminino. Assim, ao aplicarmos os testes de licenciamento de predicado secundário, buscaremos propor predicados que não ofereçam leitura ambígua para que se ateste a gramaticalidade da construção.

(5) João_i telefonou para Maria eupórico_i.

(6) *João_i telefonou para Maria costureira_i.

O teste de impessoalização por meio do *se* refere-se a atestar a gramaticalidade de construções em que se utiliza de forma gramatical o *se* impessoal. Em (7), abaixo, verificamos

que, com o verbo *plantar*, podemos conseguir uma leitura impessoal com uso do *se*. Em (8), temos um exemplo em que a construção com *se* é agramatical. Isso ocorre geralmente com verbos intransitivos que, por sua natureza, quando acompanhados de um constituinte, em geral não podem ser impessoalizados.

(7) *Se planta de tudo nessa chácara.*

(8) **Se chega as encomendas.*

Apresentamos os cinco testes que utilizaremos no capítulo três, com vistas a demonstrar que circunstanciais linearizados na primeira posição da sentença podem ocupar posições distintas na sentença, a depender da transitividade do verbo.

2.3. Conclusão

Primeiramente, situamos nosso trabalho no âmbito da teoria gerativa, que tem por marco a teoria de princípios e parâmetros (CHOMSKY, 1994), segundo a qual a linguagem humana é constituída de princípios universais parametrizáveis nas distintas línguas do mundo. A parametrização desses princípios seria responsável pelas diferenças entre as línguas. Inicialmente, a cada princípio era associado um parâmetro que poderia ser ativado ou não em uma dada língua. Com a evolução da noção de parâmetro, aos princípios cada vez mais gerais, são associados não apenas parâmetros, mas também microparâmetros.

A partir das concepções dessa teoria mais geral, absorvemos elementos de duas de suas vertentes mais conhecidas. A pergunta originária e a discussão sobre os circunstanciais – as zonas temáticas – e o *Middlefield* são da vertente cartográfica, que tem em Cinque (1999 e seguintes) seu maior expoente. As ferramentas de análise e descrição seguem os pressupostos da vertente minimalista (CHOMSKY, 1999 e seguintes). Essas duas vertentes, neste trabalho se complementam e, em diversos outros, convivem harmoniosamente na construção de explicações para o funcionamento da linguagem humana.

A seguir, trazemos uma explanação sobre os PPs circunstanciais e a noção de *Sujeito* no âmbito da teoria. Essas noções foram importantes para trazer uma introdução aos

elementos que serão analisados nos capítulos seguintes. Oferecemos uma descrição da metodologia utilizada, que tem nos dados introspectivos e no método negativo sua gênese para então descrever os testes utilizados nesta dissertação. Assim apresentamos os testes de *subjecthood* e os testes de detecção de argumentos nulos que nos permitiram postular as distintas análises para os casos em que constituintes circunstanciais são linearizados em primeira posição da sentença. O próximo capítulo traz uma descrição da posição dos circunstanciais na estrutura das sentenças a partir da consideração da transitividade verbal, com o objetivo de possibilitar a proposta explicativa e preditiva do quarto capítulo desta dissertação, que busca caracterizar como evidência de ergatividade cindida os fatos aqui analisados.

3. CIRCUNSTANCIAIS PODEM SER *SUJEITO*

*Só, na verdade, quem pensa certo, mesmo que, às vezes, pense errado,
é quem pode ensinar a pensar certo.*
Paulo Freire

Os capítulos anteriores apresentaram e desenvolveram os pressupostos e conceitos com os quais trabalhamos nas análises propostas neste capítulo. A relação entre argumentos e adjuntos com a possibilidade de PPs circunstanciais serem, assim como os locativos, *Sujeito* em PB, bem como a organização hierárquica desses circunstanciais – e também a metodologia aplicada – método negativo e testes sintáticos, foram discutidos. Apresentamos aqui os resultados que nos permitem demonstrar a pertinência de considerar PPs circunstanciais de modo, tempo e lugar como *Sujeito* sintático em PB. Os testes foram aplicados em sentenças “prototípicas” de cada um dos tipos de verbos considerados, cuja distinção levou em conta apenas a sua transitividade²⁰²¹. A lista completa de sentenças e dos testes encontra-se no final deste texto como Apêndice.

²⁰ Segundo Hopper & Thompson (1980: 251), “transitividade envolve vários componentes, somente um dos quais é a presença de um objeto junto ao verbo. Esses componentes todos dizem respeito a como a afetividade de uma ação ocorre (p. ex. pontualidade e telicidade do verbo), a atividade consciente do agente e a referencialidade e grau de afetividade do agente e a referencialidade e grau de afetividade do objeto. Esses componentes co-variam uns com os outros nas diferentes línguas, o que sugere que a transitividade é uma propriedade geral do uso da linguagem”.

²¹ As classificações dos verbos em PB excedem à caracterização acerca de sua transitividade, ou seja, nem todos os verbos transitivos e intransitivos comportam-se de uma mesma maneira em todos os contextos. Outros aspectos de naturezas linguísticas distintas precisam, em alguma medida, serem levados em consideração se se pretende uma caracterização precisa. Optamos, no entanto, neste trabalho, por uma taxionomia menos refinada pela necessidade de uma caracterização mais ampla do fenômeno aqui descrito, num primeiro momento. Refinar

Discutimos neste capítulo, além da pertinência de três tipos de circunstanciais (os temporais, os locativos e os de modo) serem *Sujeito* em PB, a posição ocupada pelo circunstancial na arquitetura da sentença. Não existe consenso sobre para qual seria a posição de pouso para o *Sujeito* circunstancial, caso ele se mova para a primeira posição da sentença. Consideramos trabalhos sobre *Sujeito Circunstancial* aqueles desenvolvidos sobre o *Sujeito Locativo* em PB, uma vez que os três circunstanciais aqui considerados apresentam comportamento similar ao circunstancial locativo. A dúvida sobre o lugar de merge interno seria se esse pouso se daria em Spec,TP ou Spec,CP, numa abordagem minimalista, ou algum especificador no *Middlefield* ou na *Periferia esquerda* para uma abordagem Cartográfica²². Essa distinção é importante para definir em termos paramétricos, qual a orientação do PB, se orientada ao discurso (como propõe NEGRÃO, 1999 e outros) ou orientada ao *Sujeito* (como defende QUAREZEMIN & CARDINALETTI, 2017, QUAREZEMIN, 2017 e outros). Baseados nos testes aplicados, argumentaremos que o PP circunstancial será *Sujeito* com verbos intransitivos (que denominamos para questões didáticas, KP cf. nota 28, desta dissertação) e ocupará um especificador no *Middlefield*, ou Spec,TP, enquanto com verbos transitivos, ocuparia uma posição deslocada à esquerda, como outros adjuntos, não sendo, portanto, *Sujeito*. Os dados aqui apresentados nos possibilitam investigar, também, a natureza do parâmetro pro-drop dessa língua, uma vez que, por ser considerada uma língua de pro-drop parcial (ROBERTS & HOLMBERG, 2010), pode-se especular, como propõe Kato (2000) e Barbosa, Duarte e Kato (2005) que estaria em curso algum tipo de mudança linguística na direção de um maior preenchimento da posição de *Sujeito* nessa língua, relacionada, em alguma medida, a questões de contato linguístico (AVELAR & GALVES, 2011; AVELAR & GALVES, 2016; NEGRÃO & VIOTTI, 2014). O PB estaria deixando de ser uma língua de *Sujeito Nulo* para ser uma língua de *Sujeito* preenchido, como inglês ou francês e estaria usando mecanismo distinto do das línguas que já passaram por esse tipo de mudança e que elegeram como mecanismo um expletivo (KATO, 2000; BARBOSA; DUARTE; KATO, 2005).

essa taxionomia para uma melhor caracterização dos tipos de verbos com os quais esses PPs podem ser *Sujeito* sintático em PB pode ser uma instigante questão para investigações futuras.

²² Utilizaremos apenas Spec,TP para a posição de *Sujeito* e Spec,CP para posição de tópico. Em geral, optamos por nomenclatura mais relacionada ao minimalismo, uma vez que a teoria de Caso que adotamos usa esse framework e o principal objetivo desta dissertação é discutir uma distinção em alinhamento de Caso que aproximaria o PB de um padrão ERG-ABS, nesse contexto linguístico.

A necessidade de maior preenchimento da primeira posição da sentença estaria ligada ao traço EPP e o PP_{circunstancial} seria alçado à posição de *Sujeito* para checar esse traço. Dito de outro modo, como a primeira posição em PB deve, pela perda do *Sujeito Nulo*, ser preenchida, constituintes não-canônicos são alçados para satisfazer essa necessidade. Portanto, o que explicaria a incomum possibilidade (em comparação a outras línguas românicas e até mesmo ao PE) de o PB licenciar PPs circunstanciais em posição de *Sujeito* seria a necessidade de preenchimento da primeira posição da sentença (AVELAR & GALVES, 2011; AVELAR & GALVES, 2016; NEGRÃO & VIOTTI, 2014). Advogaremos, neste capítulo, em favor de uma outra proposta explicativa: o que estaria em jogo não seria uma questão de preenchimento da primeira posição, mas um “alargamento” das possibilidades argumentais do PB²³ que deveria ser estendida até o circunstancial de tempo (seguindo uma proposta cartográfica). Dito de outro modo, o PB estaria aceitando como argumento externo constituintes com papéis temáticos de locativo, tempo e modo, e não estaria alçando adjuntos à primeira posição da sentença para satisfazer a necessidade de preenchimento dessa posição, como propõe as análises sobre o pro-drop citadas acima. A mudança no parâmetro do *Sujeito* nulo do PB estaria relacionada a uma mudança tipológica dessa língua, relacionada à ergativização. Nesse sentido, ao evidenciar como *Sujeito* constituintes outros que não os prototípicos *Sujeitos* de línguas românicas, o PB se aproxima de línguas do tipo ergativo. Numa abordagem minimalista, de maneira similar ao que propõe Fernandez-Soriano (1999) para *Sujeitos Locativos* em espanhol, esses constituintes seriam inseridos na derivação na posição de Spec,vP, posição esperada para constituintes que serão alçados a *Sujeito* das sentenças. Esses constituintes não seriam, portanto, adjuntos, mas argumentos externos do verbo. Ressaltamos que, em espanhol, não existe toda liberdade de circunstanciais serem *Sujeito*. Esse fenômeno ocorre naquela língua apenas com um número bem restrito de verbos inacusativos. Assim, não se pretende advogar similaridades do processo que buscamos descrever aqui com o que ocorre em espanhol, que talvez remonte mais precisamente aos estudos sobre inversão locativa em diversas línguas do mundo.

Outra questão levantada neste capítulo – e que norteia a construção desta dissertação – também relacionada à natureza paramétrica do PB, diz respeito ao alinhamento de Caso para sentenças com *Sujeitos* circunstanciais. Esse alinhamento tem relação com a

²³ Cf. nota de rodapé no. 6 para uma breve discussão sobre o alargamento das possibilidades argumentais e os verbos com complementos circunstanciais.

posição que o circunstancial ocupa na sentença, uma vez que algumas posições específicas na arquitetura da oração checam Caso com especificadores (Caso de *T* e *v*). Como consideramos a existência um filtro de Caso (CHOMSKY & LASNIK, 1977; LASNIK, 2008; BAKER, 2015), é necessário que todos os NPs da sentença tenham seus traços não interpretáveis de Caso checados para que a derivação convirja. Quando se considera que PPs circunstanciais ocupam posição de Spec,TP, que checa Caso estrutural nominativo, parece haver um conflito, uma vez que a preposição também é um atribuidor de Caso. Para resolver esse potencial conflito, Quarezemin & Cardinaletti (2017) propõem a existência de duas posições distintas para *Sujeito*, em PB, no *Middlefield*: uma que atribuiria Caso nominativo (posição A) e uma que não atribuiria (posição A'); já Avelar & Galves (2016) propõem que a capacidade de o PB ter um PP como *Sujeito* se deve ao padrão phi-independente desta língua. Para esses dois últimos autores, a posição de *Sujeito* (Spec,TP) seria uma posição A', que não checa Caso nominativo em PB. Para esses autores, os *traços-phi* do PB estariam em *C* e seriam herdados por *T*, que apenas após a concatenação de *C* à estrutura teria seu especificador projetado. Esse padrão seria distinto do Português Europeu e outras línguas românicas. As duas propostas levam em consideração a necessidade de se considerar a posição de *Sujeito* (ou uma das posições de *Sujeito*) como categoria A'. Para nós, a atribuição de Caso nas situações envolvendo *Sujeitos Circunstanciais*, além de prever a natureza argumental ou não da posição de pouso do constituinte alçado a *Sujeito*, precisa levar em conta a transitividade do predicado, uma vez que o constituinte não se encontra na mesma posição da sentença com os dois tipos de predicados. Portanto, neste capítulo, nos restringiremos apenas a demonstrar a necessidade de se elaborar distintas maneiras para atribuição de Caso para sentenças com *Sujeitos Circunstanciais* em predicados transitivos e em predicados intransitivos.

O capítulo divide-se em três seções. A primeira traz os testes de *subjecthood*, descritos no capítulo anterior, que demonstram a pertinência de considerar PPs circunstanciais como *Sujeito* em PB, comparando o funcionamento dos PPs com um argumento Agente e um adverbial adjunto, em construções com verbos transitivos e intransitivos. A segunda seção traz testes que corroboram a hierarquia propostas por Cinque (2010) para os PPs circunstanciais e a última seção conclui as propostas deste capítulo e antecipa o que será tratado no capítulo seguinte.

3.1 Testes de “subjecthood”

Os testes de *subjecthood* aplicados nesta seção foram descritos no capítulo anterior. Para cada uma das categorias verbais consideradas – intransitivos (inergativos e inacusativos) e transitivos –, trazemos generalizações a partir do que observamos nos testes aplicados, como consta nos Apêndices. Esses testes demonstraram que, em sentenças com predicados intransitivos (inergativos e inacusativos), a posição ocupada pelo PP_{circunstancial} nas sentenças é a que estamos denominando de Spec,TP (CHOMSKY, 1999), numa análise como a de Avelar (2009); Avelar & Cyrino (2008); Avelar & Galves (2011 e 2016) e (bastante) próxima à proposta por Quarezemin & Cardinalleti (2017). Essas últimas autoras defendem distintas posições de *Sujeito no Middlefield*, o que não corresponde necessariamente à posição de Spec,TP do programa minimalista, mas, para o que nos interessa em nossa análise, rejeitam considerar a posição dos circunstanciais na periferia esquerda, como tópico. As duas propostas consideradas neste parágrafo defendem a necessidade de uma posição A' para alojar o *Sujeito Circunstancial Preposicionado*, por questões de conflito de Caso com o PP, como explanado acima.

Em sentenças com predicados transitivos, os PPs parecem ocupar uma posição deslocada à esquerda (Spec,CP), tornando-se muito difícil sustentar a hipótese de que se encontrem no *Middlefield*, uma vez que existe uma categoria vazia ocupando posição de *Sujeito* nessas construções (cf. (1a), adiante). Conforme demonstraremos com testes, nas subseções 3.1.2 e 3.1.3 a seguir, o comportamento dos PPs circunstanciais *Sujeito*, em sentenças com verbos transitivos, é a mesma que a do adverbial frequentativo (exemplo 1c), indubitavelmente adjunto e que, em virtude disso, se desloca à esquerda, análise que guarda semelhança com a proposta por Alexiadou & Carvalho (2018). Algo digno de nota é o fato de que ao se retirar a preposição do PP_{circunstancial}, o DP, que parece continuar com papel temático circunstancial, passa a ocupar a posição de Spec,TP (exemplo (1b)). A possibilidade de construções com e sem preposição é considerada em todas as propostas de análises citadas para *Sujeitos Locativos* em PB. Essa particularidade nos aproxima da proposta de Gonçalves & Chimbutane (2004) que entende a preposição, nos casos de *Sujeitos* locativos no Português de Moçambique, como marcador semântico de Caso. Embora os autores não tenham desenvolvido o conceito e não deixem completamente explícito o que consideram “marcador semântico de Caso”, aproximamos esse conceito à caracterização de Ergatividade feita por

Deal (2015) que descreve adposições como marcas de Caso Ergativo em algumas línguas, como grego e nez perce.

- (1) a. *Naquele dia* *cv* consertou várias besteiras que tinha dito.
 b. *Aquele dia* consertou várias besteiras que tinha dito.
 c. *Com frequência* *cv* conserta os pontos centrais da discussão.

Os exemplos apresentados neste capítulo não correspondem à totalidade das sentenças analisadas, uma vez que seria improdutivo, do nosso ponto de vista, listar todas as sentenças, apenas trocando o circunstancial. Os resultados podem ser generalizados para os três circunstanciais analisados, pois seu comportamento se mostra similar. São disponibilizadas, para verificação como apêndice nesta dissertação, todas as sentenças – com os três circunstanciais, predicados inergativos, inacusativos e transitivos.

3.1.1 Verbos intransitivos

Como descrito no capítulo anterior, para afirmar que um constituinte ocupa ou não a posição de *Spec,TP*, é necessário que a presença do constituinte circunstancial seja requerida para atestar a gramaticalidade da sentença. A sentença (1a) é gramatical, num contexto *out-of-the-blue*, enquanto a sentença (1b) é agramatical. O circunstancial parece ser requerido para saturar a grade temática do verbo.

- (1) a. *Daquele jeito* estuda os calouros.
 b. *Estuda os calouros.
 c. Estuda os calouros *daquele jeito*.

É importante notar que o constituinte circunstancial pode “salvar” a sentença, mesmo não ocupando a primeira posição da sentença (exemplos (1c), (2) e (3)), como apontam Avelar & Cyrino (2008: 62). São comuns sentenças como (2) abaixo, que parecem

expandir o funcionamento das orações existenciais para outros verbos e cuja ausência do circunstancial confere agramaticalidade às sentenças, como demonstramos em (3). Segundo Negrão & Viotti (2011) essas são sentenças absolutas e vêm acompanhadas de um locativo ou temporal pela natureza do predicado, ou seja, mesmo não ocupando a primeira posição da sentença, os PPs (nesse caso, locativos e temporais) são necessários para a gramaticalidade das sentenças. Ao analisar sentenças como essas em que a primeira posição é preenchida por locativos ou temporais, as autoras consideram que esses constituintes são argumentos externos dos verbos. Embora não se refiram especificamente à posição de *Sujeito*, esses circunstanciais são tidos pelas autoras como argumentos do verbo. Fernandez-Soriano (1999) também identifica, a partir de diversos testes, locativos como argumento externo do verbo em espanhol. Assim, a partir de nossa proposta de ergativização do PB que prevê a possibilidade de um alargamento das possibilidades argumentais do verbo, consideramos que esses constituintes são argumentos e podem ocupar posições argumentais.

- (2) a. Dá umas nanicas enormes *na minha chácara*.
 b. Tá gravando direito *nesse gravador*?
 c. Tá fazendo aquele barulhinho esquisito *no motor*.
 (NEGRÃO & VIOTTI, 2011:1, *grifos nossos*)
- (3) a. *?Dá umas nanicas enormes.
 b. *?Tá gravando direito?
 c. *?Tá fazendo aquele barulhinho esquisito.

A ausência da obrigatoriedade de o circunstancial estar na primeira posição para sua presença ser exigida para a gramaticalidade da sentença pode sugerir, mas não comprovar, que a presença do PP_{loc}, do PP_{temp} (AVELAR & CYRINO, 2008; AVELAR, 2009; AVELAR & GALVES, 2016; NEGRÃO & VIOTTI, 2011) e do PP_{manner}²⁴ não esteja relacionada diretamente com questões de satisfação EPP, mas com o que chamamos aqui de “alargamento” das possibilidades argumentais do verbo para o PB. Parece estar em jogo uma forma de conceituação de eventos²⁵ distinta das demais línguas românicas – uma vez que as

²⁴ Atestada por nós neste trabalho. Cf. Apêndice para os testes detalhados com PP_{manner}.

²⁵ Negrão & Viotti (2011), baseadas em Langacker (1987 e outros), consideram as mudanças ocorridas no PB em relação ao PE, propostas para sentenças com estruturas semelhantes às que analisamos, de processo de ergativização do PB, em razão do tipo de conceituação de eventos que essas construções evocam. As autoras

posições argumentais são preenchidas por elementos não-canônicos nas línguas românicas, não apenas uma mudança em direção ao maior preenchimento da primeira posição da sentença. Em línguas bantu, por exemplo, locativos como *Sujeito* são muito produtivos e essas línguas têm sido apontadas como influentes na constituição do PB (AVELAR & CYRINO, 2008; AVELAR & GALVES, 2016; NEGRÃO & VIOTTI, 2014).

Nos testes de alçamento com verbo parecer (4), a sentença se torna gramatical quando o constituinte circunstancial é alçado à posição de *Sujeito* da oração matriz, como em (4b); sua gramaticalidade fica comprometida caso o constituinte apareça à esquerda do verbo infinitivo da oração encaixada como em (4a, c). Esse comportamento é típico de constituintes nominais que estão ocupando posição de *Sujeito* das orações. Em (5) apresentamos o mesmo teste com um constituinte de papel temático agente, papel prototípico para candidatos a *Sujeito*, para efeitos de comparação. Dito de outro modo, o PP circunstancial ocupa a mesma posição que o argumento agente em construções com verbos de alçamento, sendo, portanto, *Sujeito* da sentença.

- (4) a. * Parece daquele jeito aparecer as pirâmides.
 b. Daquela jeito parece aparecer as pirâmides.
 c. * Parece as pirâmides aparecer daquele jeito.

- (5) a. *Parece João trabalhar.
 b. João parece trabalhar.

Com o teste de coindexação de *Sujeitos* de orações coordenadas nas sentenças utilizadas, verifica-se que, em (6a), o *Sujeito* nulo referencial corresponde ao primeiro

analisam seus dados a partir de dois modelos de conceitualização de eventos: o que chamam de “bola de bilhar” – canônico de línguas nominativo-acusativo – e o que chamam de “autonomia e dependência” – canônico de línguas ergativo-absolutivo. Essas sentenças, para elas, atendem às exigências de um modelo de conceitualização de eventos de autonomia e dependência, uma vez que não se baseiam na transmissão de energia do primeiro participante até ao último (cauda), como um modelo de bola de bilhar requereria, mas na relação entre um evento e seus participantes mais ou menos dependentes. A questão da transmissão de energia pode ser comparada, mas não confundida, ao efeito que a ação do verbo empreendida por um agente (*Sujeito*) tem sobre o objeto. Não vamos aqui propor análises a partir de modelos de conceitualização de eventos, mas consideramos interessante perceber que há outras maneiras de pensar distintos alinhamentos para atribuição de Caso para o PB. Esses alinhamentos se relacionam com a forma de conceituar eventos nesta língua, feito de forma distinta do PE, o que nos remete a uma possível distinção tipológica entre as duas gramáticas dessas línguas.

elemento da primeira sentença. Isso significa dizer que o elemento retomado pelo *Sujeito* nulo na segunda oração é o *Sujeito* da primeira. Em (6b), no entanto, buscamos testar se o *Sujeito* semântico²⁶ da sentença poderia ser retomado como *Sujeito* da segunda oração coordenada; verificamos que essa correferencialidade não existe e que, portanto, o *Sujeito* semântico não está em posição de *Sujeito* na primeira oração. Para efeitos de comparação, apresentamos (7a), em que os *Sujeitos* (prototípicos) são correferentes, e (7b), em que não são. Esses testes apontam para o fato de que o primeiro elemento da sentença ocupa a posição de *Sujeito*, o que fortalece a hipótese de que a possibilidade de os circunstanciais ocuparem posição de *Sujeito* em PB está relacionada à perda do *Sujeito* nulo e à satisfação de EPP. Mesmo com esse apontamento, para nossa construção, a proposta de alargamento das possibilidades argumentais é mais produtiva por se relacionar diretamente com a ideia de um padrão ergativo para o PB nessas construções.

- (6) a. [Naquele dia]_i apareceu os meninos e *cv_i* chegou os grandalhões do colégio.
 b. *Naquele dia apareceu [os meninos]_i e *cv_i* chegou os grandalhões do colégio.
- (7) a. [João]_i trabalha naquela fábrica e *cv_i* mora do outro lado da cidade.
 b. *Naquela fábrica trabalha [João]_i e *cv_i* mora do outro lado da cidade.

Os testes apresentados nesta seção demonstram que, com verbos intransitivos, os PPs circunstanciais parecem ocupar posição de *Sujeito* em PB, mas para ter certeza de que eles estão em posição argumental, precederemos a testes para constatar a presença ou não de um argumento nulo nessas sentenças. Caso seja comprovada a presença de argumento nulo, o circunstancial em primeira posição não pode ser *Sujeito* porque estaria em distribuição complementar com esse argumento nulo. Pode-se, nessas construções, em que exista a presença de um argumento nulo, advogar que o *Circunstancial* seja um adjunto deslocado à esquerda e que o *Sujeito* da oração seja um pronome nulo. Para atestar a ausência de um pronome na posição de *Sujeito* cuja existência poderia indicar que o PP_{circunstancial} estaria em posição deslocada, tópico da sentença, aplicamos dois testes de detecção de argumentos nulos (SAAB, 2014): o teste do licenciamento de predicado secundário e o teste de impessoalização

²⁶ Entendemos como *Sujeito* semântico aquele que mais se aproxima do papel temático agentivo ou aquele que seria o *Sujeito* lógico da sentença. Todas as vezes que nos referirmos a *Sujeito*, estamos tratando de *Sujeito* estrutural ou sintático.

por meio do *se*. Também verificamos a impossibilidade de uma leitura genérica que poderia ser empreendida, caso existisse um pronome que pudesse ser retomado como *Sujeito* da sentença. Em (8a), observamos que não é possível que o adjetivo *bêbado* seja atribuído a uma categoria vazia que estaria em posição de *Sujeito*, que seria “*Naquela sala *alguém_i* telefona os diretores *bebado_i*”. Em (8b), quando o verbo é transitivo, verifica-se a possibilidade de a categoria vazia licenciar um predicado secundário, que seria “Naquela chácara *alguém_i* planta verdura *bêbado_i*”. (9a) demonstra a impossibilidade de impessoalização por meio do *se*, que é perfeitamente possível com verbos transitivos, como demonstrado por (9b). (8c) e (8d) demonstram a impossibilidade de construções em que o PP_{circunstancial} “perde” preposição serem gramaticais. É interessante notar que, com verbos transitivos, quando o PP “perde” preposição, a posição do DP_{loc} passa a ser a de *Sujeito* (cf. subseção 3.1.2 abaixo).

- (8) a. **Naquela sala cv_i* telefona os diretores *bêbado_i*.
 b. *Naquela chácara cv_i* planta verdura *bêbado_i*.
 c. **Aquela sala cv_i* estuda os calouros *bêbado_i*.
 d. **Aquela chácara cv_i* planta verdura *bêbado_i*
- (9) a. **Naquele dia se* estudou os calouros.
 b. *Naquela chácara se* planta verdura.

Além dos testes que demonstram que não existe uma categoria vazia na primeira posição, observamos também que é impossível uma leitura genérica do tipo “*Naquele dia [alguém] chegou as contas feliz²⁷”. Dado que não existe uma categoria vazia na posição de *Sujeito* da oração e que os PPs circunstanciais “passam” nos testes de *subjecthood*, parece-nos explícita a posição ocupada por esses constituintes nas orações com verbos intransitivos: Spec,TP.

²⁷ Foi-nos apontada a possibilidade de uma leitura causativa em sentenças como essa, alguma coisa como “Naquele dia [*alguém fez*] chegar as contas feliz”. Em nossa gramática, essa leitura só aparece com bastante esforço, não sendo, portanto, natural. Reconhecemos a necessidade de uma explicação para leituras causativas, assim como uma melhor taxionomia dos verbos com os quais esse processo ocorre. Contudo, não nos ateremos a esses dados no momento.

3.1.2 Verbos transitivos

Como adiantamos na introdução deste capítulo, os testes nos levam a considerar que constituintes de sentenças com verbos transitivos não estão na mesma posição que o das sentenças com verbos intransitivos, porque o PP_{circunstancial} estaria numa posição topicalizada à esquerda da sentença, nesses casos. Como podemos observar em (10), (11) e (12), os testes de *subjecthood* parecem se aplicar perfeitamente aos verbos transitivos. Em (10) observamos que o circunstancial é requerido para a gramaticalidade da sentença; em (11) verificamos a obrigatoriedade do alçamento do constituinte circunstancial à posição de *Sujeito* da oração matriz em construções com verbo *parecer*; e, em (12), verificamos a correferencialidade entre o primeiro elemento da primeira sentença e o *Sujeito* nulo da segunda sentença. Dito de outro modo, os PPs circunstanciais parecem ser *Sujeito* da oração também em construções com verbo transitivo.

- (10) a. *Daquele jeito* consertou os pontos centrais da discussão.
 b. *Consertou os pontos centrais da discussão.

- (11) a. *Daquele jeito* parece consertar os pontos centrais da discussão.
 b. *Parece *daquele jeito* consertar os pontos centrais da discussão.

- (12) a. [*Daquele jeito*]_i consertou os pontos centrais da discussão e *cv_i* resolveu todas as questões.
 b. **Daquele jeito* consertou [os pontos centrais da discussão] e *cv_i* resolveu todas as questões.

O PP_{circunstancial}, em sentenças como “*Naquela loja* consertou os sapatos”, pode, num primeiro momento, assim como nas sentenças (9a), (10a) e (11a) parecer ocupar a mesma posição do PP_{circunstancial} de “*Naquele dia* chegou as contas”. Porém, na primeira sentença existe a possibilidade de uma leitura genérica, algo como “*Naquela loja*, [alguém] consertou os sapatos” o que não ocorre na segunda, “**Naquele quarto*, [alguém] chegou as contas”, como já adiantamos na subseção anterior. Dito de outro modo, na primeira sentença, parece haver um pronome nulo do tipo *pro* na posição de *Sujeito*, o que impossibilita o PP de ser *Sujeito*, uma vez que não há a possibilidade de dois constituintes ocuparem a mesma posição na estrutura da sentença. Por outro lado, ao se retirar a preposição, o papel temático

locativo permanece, o constituinte deixa de ser um PP para ser um DP e pode então ocupar posição de *Sujeito*, eliminando a leitura genérica – compare “*Aquela loja* consertou os sapatos” com “**Aquela loja* [alguém] consertou os sapatos”. Na primeira sentença é “*Aquela loja*” não outra que consertou o sapato, na segunda, verificamos a impossibilidade de uma leitura genérica, pela falta da preposição. Na sentença com verbo intransitivo, não existe a possibilidade de retirada da preposição e a sentença continuar gramatical, como podemos observar em “**Aquele dia* chegou as cartas”.

Conforme procedemos com os intransitivos, aplicamos também aos transitivos dois dos testes propostos por Saab (2014) para identificação de argumentos nulos em espanhol: i) licenciamento de predicados secundário e ii) possibilidade de “*se*” impessoal. Em (13a), verificamos que existe a possibilidade de licenciamento de predicado secundário em sentenças com verbos transitivos em que o PP ocupa a primeira posição. Em (13b), verificamos que, caso o PP passa a ser DP, “perdendo” a preposição, o licenciamento de predicado secundário não ocorre e em (13c) verificamos que não é possível licenciamento de predicado secundário em construções com verbos intransitivos; (13d) mostra tanto a impossibilidade de licenciamento de predicado secundário, quanto a de construções com DPs circunstanciais. Em (14a), verifica-se a possibilidade de impessoalização do argumento nulo, por meio de construções com “*se*”, o que revela que existe um argumento nulo do tipo *pro* em posição de *Sujeito*. (14b) demonstra a impossibilidade de impessoalização porque o DP “Este jeito” encontra-se na posição de *Sujeito*. (14c e d) demonstram a impossibilidade de impessoalização com verbos intransitivos.

- (13) a. *Naquela loja* cv_i consertou o sapato bêbado $_i$.
 b. **Aquela loja* cv_i consertou o sapato bêbado $_i$.
 c. **Naquele quarto* cv_i dormiu as crianças feliz $_i$
 d. **Aquele quarto* cv_i dormiu as crianças feliz $_i$
- (14) a. *Deste jeito* se conserta os pontos centrais da discussão.
 b. **Este jeito* se conserta os pontos centrais da discussão.
 c. **Deste jeito* se telefona os secundaristas.
 d. **Este jeito* se telefona os secundaristas.

A julgar pelos testes apresentados em (13) e (14) parece-nos incompletas as análises que postulam um mesmo lugar de pouso para os PPs circunstanciais em primeira

posição nas sentenças, independentemente da transitividade do predicado (AVELAR, 2009; AVELAR & GALVES, 2016; QUAREZEMIN & CARDINALETTI, 2017; ALEXIADOU & CARVALHO, 2018). Enquanto com verbos intransitivos os PPs são claramente *Sujeito* das sentenças, com verbos transitivos esses constituintes estão deslocados à esquerda, pois claramente temos na posição de *Sujeito* um argumento nulo. É interessante notar, entretanto, o que ocorre quando no lugar de um PP temos um DP, ainda com valor circunstancial. O DP passa a ocupar lugar de *Sujeito* e impossibilita, por motivos óbvios, a detecção de argumentos nulos, o que ratifica a análise segundo a qual PPs circunstanciais em primeira posição em orações com verbos transitivos estejam deslocados à esquerda. Portanto, não são *Sujeitos* das sentenças, a categoria vazia é. Também são *Sujeitos* com verbos transitivos os DPs com papel temático circunstancial são. No próximo capítulo, vamos discutir essas questões a partir das implicações da teoria de Caso e da distinção dos modelos de conceituação de eventos para esse fenômeno em particular.

Na seção seguinte, estabeleceremos que os adverbiais do *Middlefield* não podem ser alçados à posição de *Sujeito* nas sentenças. Esse fenômeno sugere que existe um limite para a zona argumental, limite esse que extrapola o que temos estabelecido hoje; contudo, os adverbiais indubitavelmente adjuntos não são “englobados” na porção da sentença que pode vir a ser “argumental” (cf. figura 2).

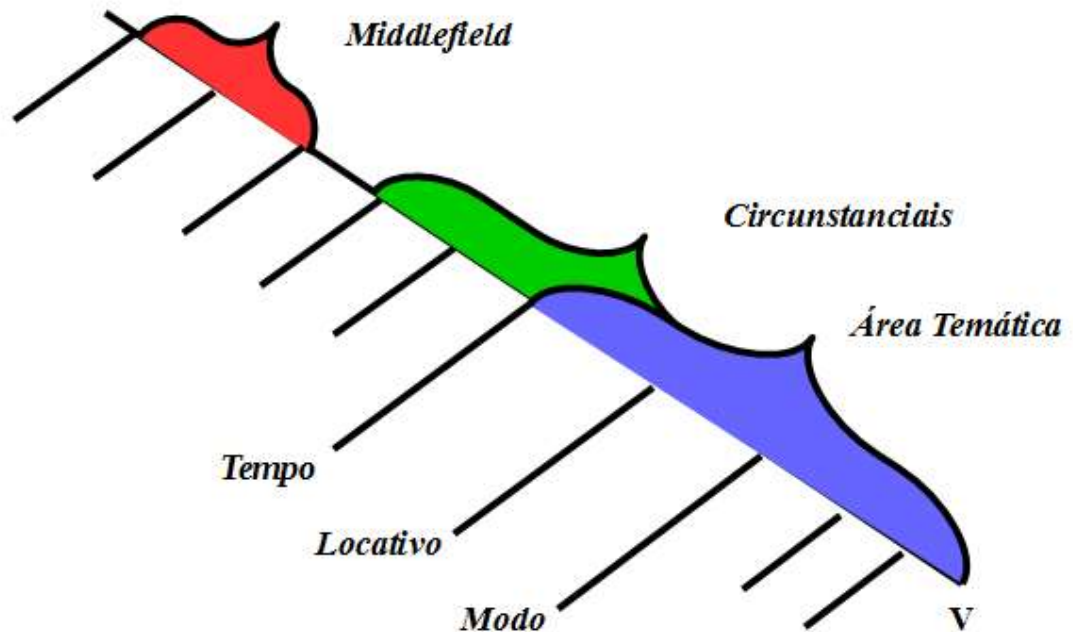


Figura 3: Alargamento das possibilidades argumentais

Na figura acima observamos a área temática avançando em direção à área dos circunstanciais até, pelo menos, os circunstanciais de tempo. Ao processo ilustrado por essa figura que denominamos alargamento das possibilidades argumentais. Expliquemo-nos: a área temática abarca os argumentos cujos papéis temáticos possam ocupar posição argumental do verbo, mas não engloba os complementos circunstanciais, em função da natureza um tanto fluida desses constituintes. A possibilidade de esses constituintes serem *Sujeito* abre possibilidades distintas da de constituir a sentença apenas como complemento e aproxima esses constituintes da área temática.

3.1.3. Adverbial frequentativo (II)

O *Middlefield* corresponde a cerca de 40 posições de pouso para constituintes que podem ser inseridos diretamente ou movidos para uma dessas posições a partir de uma hierarquia universal (cf. Capítulo 1). Considerando essa hierarquia, o primeiro adverbial a ser inserido na derivação é o adverbial *com frequência* ($Asp_{\text{frequentative(II)}}$) (cf. 15, abaixo). O

escopo deste advérbio estaria sobre o VP. Dito de outro modo, acima da zona argumental estariam os circunstanciais, que podem ser *Adjuntos* ou *Complementos* (CINQUE 2006), e, acima deles, os advérbios da hierarquia Universal, que são sempre adjuntos (cf. figura 1). Uma outra característica do *Middlefield* consiste no fato de que os advérbios não se movem dentro do *Middlefield*. Essa possibilidade se abre apenas para casos em que o *advérbio* compõe um constituinte maior, sendo carregado (“pied-piped”) dentro desse constituinte (CINQUE, 1999; 2006; 2010). *Advérbios* também se movem para checar algum traço na periferia esquerda da oração, como tópico ou foco. A partir dessa constatação podemos inferir que, se o adverbial frequentativo pudesse ocupar a posição de *Sujeito*, essa seria deslocada à esquerda, posição que, segundo nossa proposta, seria ocupada pelos circunstanciais quando em primeira posição de sentenças com predicados transitivos. Dito de outro modo, é teoricamente previsível que o adverbial frequentativo não funcione como *Sujeito* das sentenças, caso essa posição em PB estivesse no *Middlefield*.

(15) A Hierarquia Universal das Projeções Funcionais do *Middlefield* (CINQUE, 1999, 2006):

[<i>francamente</i> Modo _{Ato de fala} > [<i>surpreendentemente</i> Modo _{Mirativo} > [<i>felizmente</i> Modo _{Avaliativo} > [<i>evidentemente</i> Modo _{Evidencial} > [<i>provavelmente</i> Modalidade _{Epistêmica} > [<i>uma vez</i> T _{Passado} > [<i>então</i> T _{Futuro} > [<i>talvez</i> Modo _{Irrealis} > [<i>necessariamente</i> Modalidade _{Necessidade} > [<i>possivelmente</i> Modalidade _{Possibilidade} > [<i>normalmente</i> Asp _{Habitual} > [<i>finalmente</i> Asp _{Tardio} > [<i>tendencialmente</i> Asp _{Predisposicional} > [<i>novamente</i> Asp _{Repetitivo(I)} > [<i>frequentemente</i> Asp _{Frequentativo(I)} > [<i>de /com gosto</i> Modalidade _{Volitiva} > [<i>rapidamente</i> Asp _{Acelerativo(I)} > [<i>já</i> T _{Anterior} > [<i>não ... mais</i> Asp _{Terminativo} > [<i>ainda</i> Asp _{Continuativo} > [<i>sempre</i> Asp _{Contínuo} > [<i>apenas</i> Asp _{Retrospectivo} > [<i>(dentro) em breve</i> Asp _{Aproximativo} > [<i>brevemente</i> Asp _{Durativo} > [(?) Asp _{Genérico/Progressivo} > [<i>quase</i> Asp _{Prospectivo} > [<i>repentinamente</i> Asp _{Incoativo(I)} > [<i>obrigatoriamente</i> Modo _{Obrigaçao} > [<i>em vão</i> Asp _{Frustrativo} > [(?) Asp _{Conativo} > [<i>completamente</i> Asps _{SingCompleto(I)} > [<i>tudo</i> Asp _{PlurCompleto} > [<i>bem</i> Voz > [<i>cedo</i> Asp _{Acelerativo(II)} > [<i>do nada</i> Asp _{Incoativo(II)} > [<i>de novo</i> Asp _{Repetitivo(II)} > [<i>Com frequência</i> Asp _{Frequentativo(II)} > ... (Fonte: TESCARI NETO, 2017)

A hipótese teoricamente embasada se confirma ao compararmos (15), (16) e (17) abaixo. Nessas sentenças, o *adverbial* é testado como *Sujeito* de orações com verbos intransitivos. Em (15), o adverbial frequentativo não é exigido para a gramaticalidade da sentença, visto que sua presença não torna a sentença gramatical, como ocorre com a presença dos circunstanciais. Em (16), o adverbial foi submetido ao teste de alçamento e também não resulta em uma sentença gramatical. Em (17), submetemos o adverbial ao teste de co-indexação de *Sujeitos* de orações coordenadas e ele não pode ser retomado como *Sujeito* nulo da segunda oração. Dito de outro modo, (16), (17) e (18) confirmam que um constituinte adverbial, que ocupa uma posição do *Middlefield* (nos termos da proposta cartográfica), não

pode ser *Sujeito* – entendendo que essa posição em PB seja SpecTP. No entanto, como demonstraremos com os testes com verbos transitivos, e como prevê Cinque (2006), os circunstanciais parecem ser uma classe de constituintes que opera tanto como adjunto quanto como argumentos dos verbos. Como demonstraremos neste capítulo, a zona argumental (cf. figura 2 acima) do verbo parece sofrer algum tipo de variação paramétrica nas línguas naturais, pois, em PB, parece poder se estender até, pelo menos, o circunstancial de tempo. Quando em construções com verbos intransitivos, os *Sujeitos circunstanciais* apresentam-se como PPs, e, com verbos transitivos, como DPs.

(16) a. *Dorme várias pessoas²⁸.

b. **Com frequência* dorme várias pessoas

(17) a. *Parece *com frequência* trabalhar muita gente.

b. **Com frequência* parece trabalhar muita gente.

c. * Parece muita gente trabalhar *com frequência*

(18) a. [Muita gente]_i trabalha *com frequência* e *cv_i* mora do outro lado da cidade.

b. **Com frequência* trabalha [muita gente]_i e *cv_i* mora do outro lado da cidade.

c. **[Com frequência]_i* trabalha muita gente e ainda assim *cv_i* vai contratar mais cem funcionários até o final do ano.

Em (19), (20) e (21) abaixo, observamos que, com predicados transitivos, a leitura genérica é muito evidenciada com a inclusão de um advérbio, ou seja, apesar de o adverbial ocupar a primeira posição e a sentença ser gramatical, ele não está na posição de *Sujeito*. A posição de *Sujeito* é preenchida pelo pronome *pro* que possibilita uma leitura genérica do tipo “*Com frequência* ‘alguém’ conserta os pontos centrais da discussão”, em (19a); “*Com frequência* ‘alguém’ parece consertar os pontos centrais da discussão”, em (20a), que tem um pronome alçado a *Sujeito* da oração principal e o adverbial deslocado à esquerda. É importante salientar que a posição preferencial desse advérbio na sentença linearizada é pós-verbal, uma vez que o verbo finito em PB sobe obrigatoriamente até uma posição medial da estrutura (TESCARI NETO, 2013). Em (21), observamos que a categoria vazia da segunda sentença não recupera o advérbio nem na primeira posição, nem na posição canônica. A única maneira de conseguirmos uma leitura gramatical para a co-indexação de *Sujeitos* de orações coordenadas é postulando a existência de uma categoria vazia, como um *pro* genérico na

²⁸ O tempo verbal parece não interferir na gramaticalidade ou não da sentença (cf. apêndice). O uso do passado nos exemplos anteriores e do presente nesses exemplos se deve apenas à adequação discursiva para uma construção que nos pareceu mais natural.

posição de *Sujeito* da primeira oração. Esse seria co-indexado à categoria vazia da segunda oração, numa leitura como “*Com frequência* ‘alguém_i’ conserta os pontos centrais da discussão e ‘alguém_i’ resolve todas as questões, como em (21c).

- (19) a. *Com frequência* conserta os pontos centrais da discussão.
 b. *Conserta os pontos centrais da discussão.
- (20) a. *Com frequência* parece consertar os pontos centrais da discussão
 b. *Parece *com frequência* consertar os pontos centrais da discussão
 c. *Parece os pontos centrais da discussão consertar *com frequência*.
- (21) a. *[*Com frequência*]_i conserta os pontos centrais da discussão e *cv_i* resolve todas as questões.
 b. **Com frequência* conserta [os pontos centrais da discussão] e *cv_i* resolve todas as questões.
 c. *Com frequência* *cv_i* conserta os pontos centrais da discussão e *cv_i* resolve todas as questões

Nos testes de detecção de argumentos nulos, em construções com verbos transitivos, *com frequência* tem comportamento similar aos PPs *circunstanciais* em sentenças com o mesmo tipo verbal. Verificamos em (22a) e (23a) que o argumento nulo licencia predicado secundário e é passível de impessoalização por meio de construções com *se*. Quando o verbo é intransitivo, não licencia predicado secundário, nem é possível construções impessoais, como podemos verificar em (22b) e (23b). Construções sem preposição não são possíveis com esse advérbio.

- (22) a. *Com frequência* *cv_i* planta flores feliz_i.
 b. **Com frequência* *cv_i* dorme as crianças feliz_i.
- (23) a. *Com frequência* se planta flores.
 b. **Com frequência* se dorme as crianças.

A figura 3, acima, ilustra a possibilidade de os circunstanciais atuarem tanto como argumento, quanto como adjuntos das sentenças, sugerindo que a zona dos circunstanciais seja, como propõe Cinque (2006), uma zona híbrida com constituintes que podem ou não ser argumentos. Nesse caso, não apenas complementos dos verbos, mas também *Sujeito*. Na

próxima subseção, apresentamos um quadro comparativo com os resultados dos testes aplicados até aqui e propomos uma generalização em relação ao *Sujeito* do PB.

3.1.4. Quadro comparativo

Nas subseções 3.1.1, 3.1.2 e 3.1.3, apresentamos a aplicação dos testes que nos possibilitaram averiguar a posição que um constituinte ocupa na sentença, mais particularmente testes que verificaram se o constituinte PP circunstancial ocupa posição de *Sujeito* Spec,TP nas sentenças testadas. A partir da verificação da distinção observada entre a posição dos PPs nas sentenças com verbos transitivos e com verbos intransitivos, aplicamos também testes para verificação de argumentos nulos. O quadro abaixo resume os resultados dos testes. Verificamos que os PPs circunstanciais estão em posição de *Sujeito* com verbos intransitivos, mas não com verbos transitivos. Os verbos transitivos revelam a presença de argumentos nulos que ocupam a posição de *Sujeito* das sentenças com PPs circunstanciais em primeira posição. Com verbos intransitivos, não é possível construções com DPs (que mantêm papel temático circunstancial), enquanto com verbos transitivos esses DPs passam a ocupar a posição de *Sujeito*, gerando sentenças agramaticais quando aplicados testes para detecção de argumentos nulos. Para efeitos de comparação, efetuamos os mesmos testes com o primeiro adverbial na hierarquia cartográfica, esses indubitavelmente adjuntos e, portanto, deslocados à esquerda da sentença. Verificamos que o adverbial não pode ocupar posição de *Sujeito*, mas tem comportamento semelhante ao do PP circunstancial em primeira posição com sentenças de verbo transitivo. Noutras palavras, os testes com o adverbial nos mostram que os PPs circunstanciais com verbos intransitivos estão em posição de *Sujeito*, assim como os DPs circunstanciais, enquanto que os PPs circunstanciais em sentenças com verbos transitivos estão deslocados à esquerda e, portanto, apresentam comportamento similar a qualquer outro adjunto.

	Obrigatoriedade	Co-indexação	Alçamento	predicado secundário	Se impessoal
Intransitivos (PPs)	X	X	X		
Intransitivos (DPs)					
Transitivos (PPs)	X	X	X	X	X
Transitivos (DPs)	X	X	X		
Adverbial frequentativo (intrans.)					
Adverbial frequentativo (trans.)				X	X

Tabela 1: Quadro comparativo dos testes aplicados

Os resultados deste trabalho contribuem, de alguma maneira, para elucidar uma questão mais ampla dos estudos linguísticos tratada no início deste capítulo. Pelo apresentado aqui, podemos melhor caracterizar o PB em relação ao parâmetro do *Sujeito* nulo, uma vez que a zona argumental dos verbos pode se estender, pelo menos, até o circunstancial de tempo em construções com verbos transitivos (considerando a hierarquia proposta por Cinque (2010) para os PPs circunstanciais). Nesse sentido, talvez seja interessante, como investigação futura, especular sobre a relação entre este “alargamento” das possibilidades argumentais e a pobreza flexional observadas nas línguas que parecem “perder” o *Sujeito* nulo. Por outro lado, é possível que essa seja uma característica própria das línguas de *Sujeito* nulo parcial, como o PB vem sendo descrito até então. O que parece estar em jogo é a possibilidade desse alargamento temático (cf. figura 2), uma vez que locativos, por exemplo, podem ser *Sujeito* em diversas línguas do mundo. É preciso que se considere a natureza dos elementos que podem ser alçados à posição de *Sujeito*, pois se fosse apenas uma questão de preenchimento da primeira posição com elementos não-canônicos, os advérbios do *Middlefield* poderiam exercer o papel de *Sujeito* e isso, como demonstramos, não ocorre. É necessário um olhar cuidadoso para os constituintes que podem ser argumentos verbais em PB, sua natureza, ou sua posição hierárquica na arquitetura da oração. Como generalização, temos até aqui:

(23) DP_{Argumento} e DP/KP²⁹_{Circunstanciais} podem ocupar a posição de *Sujeito* (em PB).

Além da questão mais geral dos estudos linguísticos, este trabalho traz também evidências que dão suporte às postulações de Cinque (2006) em relação à organização hierárquica dos PPs circunstanciais logo acima da zona temática do verbo. Verificamos que tanto circunstanciais de modo (por exemplo, *daquele jeito*) – o mais baixo na hierarquia – quanto circunstanciais de tempo (por exemplo, *naquele dia*) – uma projeção acima da zona dos locativos, cujo *status* de *Sujeito* em PB é amplamente aceito pela literatura – podem ser licenciados na posição de *Sujeito* da sentença. Acreditamos ser necessário mais estudos considerando outros circunstanciais para que a “altura” da zona temática possível em PB brasileiro seja delimitada. Mira Mateus (2003) – bem como Perini (1995) e diversos outros gramáticos – nos alerta para o cuidado necessário na análise desses adverbiais: “há diferentes tipos de ligação estrutural e lexical dos SPs [PPs circunstanciais] e dos SADVS relativamente ao verbo”. Cinque (2006) reconhece que essa “zona” não pode ser interpretada da mesma maneira que os Advérbios do *Middlefield*. A estipulação de quais PPs podem ser relacionar de forma mais íntima (argumental) com o verbo em PB e em outras línguas ajuda, então, a entender melhor o comportamento das línguas naturais. Na próxima seção discutiremos a hierarquia dos PPs_{Circunstanciais}:

3.2. PPs circunstanciais *Sujeito* e a hierarquia dos circunstanciais

Os fatos ilustrados nas seções anteriores – a possibilidade de os circunstanciais de modo apresentarem propriedades de *Sujeito* sintático em PB – não são contingenciais; antes, são naturalmente esperados ou previstos pela hierarquia de Cinque (2010), uma vez que são c-comandados pelos locativos (que reconhecidamente podem atuar como *Sujeito* em PB (cf. Avelar, 2009; Avelar e Cyrino, 2008 e 2009 e Quarezemin e Cardinaletti, 2017) e, segundo a hierarquia em (Fig. 1), c-comandam o DP_{Agente}. Os circunstanciais de tempo igualmente podem ocupar a posição de *Sujeito* como demonstrado. Os testes aplicados nesta seção, por

²⁹ Para esclarecimentos sobre o uso de KP nesses casos, cf. nota 30, da pág. 55, nesta dissertação.

outro lado, nos ajudam a mostrar que essa hierarquia é válida à medida em que comprova que é sempre o constituinte mais alto na estrutura o que pode ser alçado à posição de *Sujeito*.

O programa cartográfico tem como metodologia para o estabelecimento da hierarquia dos constituintes nas sentenças, a transitividade. Dessa maneira se um constituinte A está mais alto na hierarquia que um constituinte B e um constituinte B está mais alto que um constituinte C, por transitividade, o constituinte A está mais alto que o constituinte C. A partir deste recurso metodológico, podemos inferir que a hierarquia apresentada por Cinque (2010) para os PPs circunstanciais *Temp* > *Loc* > *Manner* está correta. Observemos os exemplos (24), (25) e (26) abaixo:

- (24) a. *Naquele dia* dorme as crianças *daquele jeito*.
b. **Daquele jeito* dorme as crianças *naquele dia*.
- (25) a. *Naquele quarto* dorme as crianças *daquele jeito*.
b. **Daquele jeito* dorme as crianças *naquele quarto*.
- (26) a. *Naquele dia* dorme as crianças *naquele quarto*.
b. **Naquele quarto* dorme as crianças *naquele dia*.

Daquele jeito – o PP_{circunstancial} mais baixo na hierarquia – só será alçado à posição de *Sujeito*, caso outro PP_{circunstancial} “mais alto” não esteja presente na estrutura. Portanto, em uma dada sentença que abriga mais de um circunstancial, o PP_{manner} não será *Sujeito*. Em (24b) observamos um PP_{manner} como *Sujeito* e um PP_{temp} em posição canônica e a sentença resulta em agramaticalidade, principalmente se considerada a comparação com (24a) em que o PP_{temp} ocupa a primeira posição. Em (25b), acontece algo similar quando o PP_{manner} está em primeira posição e o PP_{loc} na posição pós-verbal: a sentença é agramatical; em (25a), com o PP_{loc} como *Sujeito*, a sentença é boa. Numa analogia com o apresentado sobre transitividade, suponhamos que PP_{manner} seja C, ou seja, o mais baixo na hierarquia, porquanto tanto “concorrendo” com PP_{temp}, quanto com PP_{loc}, não pode ser alçado à posição de *Sujeito*. Os testes corroboram, então, a posição mais baixa para o PP_{manner}.

Segundo a hierarquia proposta por Cinque (2010), o PP_{circunstancial} mais alto, dos três aqui considerados, é o de tempo. Em (23) observamos que é mais alto que o PP_{manner}, já em (26a) verificamos que, ao concorrer com PP_{loc}, o PP_{temp} é alçado à posição de *Sujeito* e não PP_{loc} que, como verificamos pela agramaticalidade de (26b), não pode ser alçado nessas

condições. No parágrafo anterior, já constatamos que PP_{loc} está mais alto e é alçado à *Sujeito* se concorre com PP_{manner}. Dito de outro modo, as sentenças (24), (25) e (26), por transitividade, corroboram a proposta de Cinque para a hierarquia dos PP_{circunstanciais}, no que diz respeito à posição de PP_{manner}, PP_{loc} e PP_{temp}. A seção seguinte traz as conclusões deste capítulo.

3.3. Conclusão

Este capítulo teve por objetivo defender a proposta de que PPs circunstanciais podem ser *Sujeito* em PB. Para isso, submeteu-se PPs circunstanciais de modo, de tempo e os locativos a testes amplamente utilizados para averiguar se um constituinte é ou não *Sujeito* das sentenças em PB. Verificamos que os PPs circunstanciais considerados parecem ocupar a posição de *Sujeito* quando os predicados originais são verbos intransitivos e ocupar posição deslocada à esquerda, quando os predicados originais são transitivos. Dessa forma, defendemos propostas distintas de estruturas para sentenças em que um PP circunstancial ocupa primeira posição da sentença. Cada um dos predicados (transitivos e intransitivos) considerados licenciam o PP circunstancial em uma posição própria. A derivação de cada uma dessas sentenças será feita no próximo capítulo. Não nos parece produtivo ignorar essa distinção, explícita a partir dos testes apresentados, ao analisar *Sujeitos* não-canônicos no PB. Até onde temos conhecimento, essa distinção não foi levada em consideração nos trabalhos sobre *Sujeitos* locativos – PPs_{circunstanciais} aceitos como *Sujeito* em PB sob a rubrica do fenômeno Inversão Locativa. Essa distinção pode, como pretendemos demonstrar no capítulo seguinte, estar relacionada a mudanças tipológicas relacionadas à conceituação de eventos dessa língua, o que influencia diretamente no tipo de alinhamento de atribuição de Caso do PB.

A última seção, antes desta conclusão, trata de uma questão cara à cartografia, a ratificação da hierarquia dos PPs circunstanciais a partir da consideração da possibilidade de esses constituintes serem (ou não) alçados à posição de *Sujeito* das sentenças. Demonstramos por meio de testes de transitividade que, quando em concorrência com outro PP circunstancial numa mesma sentença, o PP mais alto na hierarquia será alçado à posição de *Sujeito* e o mais baixo permanecerá na posição *default*.

As constatações deste capítulo instigam questões teóricas relevantes, dentro do framework da gramática gerativa, e propõem questionamentos de diferentes naturezas. Acreditamos ser necessário buscar respostas mais perenes e robustas do que as aqui apresentadas sobre a possibilidade de um circunstancial, mas não um adverbial, ser alçado à posição de *Sujeito* da Sentença. Também é importante discutir mais profundamente qual a natureza da distinção entre esses dois constituintes que têm funcionamento idêntico quando em primeira posição nas sentenças com verbos transitivos. Se essa possibilidade está relacionada ou não a satisfação de um traço EPP; ou se existe realmente um alargamento das possibilidades argumentais e em que medida isso se relaciona ao parâmetro *pro-drop* do PB ou a alguma outra mudança, que teria ocorrido/estaria em curso, tipológica ou paramétrica dessa língua. Nossas limitações de tempo e espaço, no entanto, nos obrigam a uma escolha. Optamos por deixar essas interessantes investigações para pesquisas futuras e propor duas maneiras para atribuição de Caso – para cada distinção que apresentamos neste capítulo. Dessa forma, o capítulo seguinte vai propor derivações para as sentenças com PP_{circunstancial}, em primeira posição com predicados, transitivos e intransitivos. A primeira proposta apresenta a atribuição de Caso a partir da constatação de conflito de Caso, baseada em Saab (2018). A segunda proposta propõe um *split* no alinhamento NOM-ACC do PB para *Sujeitos Circunstanciais* e advoga que o alinhamento nesses casos segue um padrão mais próximo de ERG-ABS, corroborando a ergativização do PB proposta por Negrão e Viotti (2011).

4. TEORIA DE CASO E PROPOSTA DE DERIVAÇÃO

*As ideias, todos sabemos, não nascem na cabeça das pessoas. Começam num
qualquer lado, são fumos soltos, tresvairados, rodando
à procura de uma devida mente.*

Mia Couto

No capítulo anterior, demonstramos, a partir dos testes apresentados, a necessidade de derivações distintas para sentenças com circunstanciais, uma vez que eles não ocupam sempre a mesma posição na estrutura da sentença, mesmo que linearizados em primeira posição (última, i. e., de pouso). A partir dos testes de argumentos nulos, verificamos que, em construções com verbos transitivos, o *Sujeito* da sentença é, na verdade, uma categoria vazia, um argumento nulo, enquanto que, com verbos intransitivos, o *Sujeito* é o PP_{circunstancial}. A junção dos testes de *subjecthood* com os testes de argumento nulo nos possibilita verificar que os PPs circunstanciais³⁰ (doravante KPs circunstanciais) são *Sujeito* das sentenças apenas com um tipo de verbo, mas isso não significa que não temos a possibilidade de que um constituinte com papel temático circunstancial seja *Sujeito* de verbos transitivos. Quando um constituinte com valor circunstancial está em posição de *Sujeito* na estrutura da sentença de um verbo transitivo, ele “perde” a preposição – que, para nós, é marca de Caso ergativo (K) – e atua como um *Sujeito* prototípico de línguas românicas, checando Caso nominativo e desencadeando movimento, quando T é inserido na derivação. Esse fato reforça a nossa proposta de alargamento das possibilidades argumentais, uma vez que circunstanciais – pelo menos os três analisados neste trabalho – podem ser *Sujeito* em PB,

³⁰ Como a preposição, com circunstanciais *Sujeito* de verbos intransitivos, checa Caso lexical ergativo, nos referiremos a este constituinte como KP (Case Phrase) para distingui-lo do PP circunstancial que se comporta como adjunto, cuja preposição checa algum outro Caso oblíquo.

quer seja DPs ou KPs. A diferença está na marca que eles carregam em razão de um distinto alinhamento de Caso para essas construções. Quando com verbos intransitivos, necessitam de uma preposição que atribui Caso lexical³¹ ergativo (k), quando com verbos transitivos, checam Caso estrutural nominativo.

A noção de transitividade que assumimos, como descrita, em nota³², no segundo capítulo, não se relaciona com o número de argumentos que o verbo seleciona, mas com, principalmente, a capacidade verbal de “transmitir” um efeito de um argumento a outro (HOPPER & THOMPSON, 1980). Nesse sentido, transitividade tem a ver com afetividade, o quanto o verbo auxilia na capacidade de um *Sujeito* atingir (ou mudar o estado) de um objeto. Assim, mesmo que, após a concatenação do constituinte circunstancial, o verbo tenha dois argumentos, ele não deixa de ser intransitivo pois o circunstancial não afeta o “*Objeto*” da sentença.

4.1 Alinhamento de Caso

Se levarmos em consideração o Conflito de Caso (SAAB, 2018), a sonda não pode atribuir o mesmo Caso estrutural para dois DPs e que existe um filtro de Caso, ou seja, todo DP precisa ter Caso checado para que a derivação convirja (CHOMSKY, 2000; LASNIK, 2008; BAKER, 2015). Em sentenças com verbos intransitivos, quando já temos um constituinte candidato a checar nominativo na sentença, o constituinte circunstancial preposicionado (KP) vem do léxico com Caso lexical, checado pela preposição. É o que acontece, por exemplo, em sentenças com verbos intransitivos, como (27a) e (27b), a seguir.

- (27) a. [Desse jeito]_{ERG} estuda [os alunos de letras]_{ABS}.
 b. *[Esse jeito]_{NOM} estuda [os alunos de letras]_{ABS}.

³¹ Segundo Woolford (2006: 111) “Caso lexical é um caso idiossincrático, lexicamente selecionado e licenciado por certos núcleos lexicais (certos verbos e preposições), que se diferem de Casos estruturais que para Baker (2015: 3) “têm valores semânticos consistentes e que parecem ser usadas de forma mais dinâmica” e são licenciados por núcleos funcionais.

³² Cf. nota 20, pág. 41 nesta dissertação.

Em (27a), o candidato esperado para checar Caso estrutural nominativo, via agree, é o DP *os alunos de letras*, porque não existe um outro DP na estrutura e, quando a sonda *T* (portadora de traços-*phi*) for concatenada à estrutura, o único alvo é o DP *os alunos de letras*. Importante lembrar que, por ser um verbo intransitivo, o núcleo funcional *v* é defectivo em traços-*phi* e não checa acusativo e, dessa forma, o DP *os alunos de letras* permanece com traço não interpretável de Caso até que *T* seja concatenado à estrutura. Como o núcleo funcional *v* é defectivo, existir na mesma sentença um outro DP com traço não interpretável de Caso seria conflituoso e a derivação não convergiria, pois uma mesma sonda não pode checar traços com dois alvos. Essa é a razão de não termos uma sentença bem formada quando o PP circunstancial passa a DP, perdendo a preposição (como demonstra 27b). A preposição, um atribuidor de Caso, tornaria aceitável o circunstancial presente na estrutura da oração, porque checa Caso lexical ao NP *esse jeito*, formando o KP *Desse jeito*. Sem a preposição, *esse jeito* teria de checar Caso nominativo, que já teria sido atribuído ao DP *os alunos de letras*. Caso nominativo e Caso absolutivo são os Casos sem marca nas línguas do mundo e, portanto, são sincréticos (ARREGI, 2018)³³. Isso nos permite considerar que o alinhamento presente nessas construções é ERG-ABS.

A distinção entre verbos inergativos e inacusativos é importante para a descrição de distintos fatos linguísticos e, inclusive, pode ser fator decisivo para apresentação de uma das propriedades da ergatividade, a propriedade argumento-estrutural. Não faremos distinção entre verbos inacusativos e inergativos pois, conforme demonstramos nos testes (e pode ser verificado no apêndice), a posição do circunstancial na estrutura da sentença é a mesma com esses dois tipos de verbos intransitivos. Dessa forma, em termos de propriedade de ergatividade, os dados apresentam apenas a propriedade ergativa, que descreveremos na seção 4.2 em que especificamos as razões que nos levam a propor um *split* de ergatividade em PB nessas construções. Trataremos, portanto, os dois tipos de verbos como intransitivos, pois isso satisfaz nossa necessidade explicativa. Mantivemos, no entanto, no *apêndice*, a distinção, porque acreditamos, inicialmente, que essa distinção poderia ter relação com o fato de, com verbos inergativos, o DP, que seria *Sujeito* lógico da sentença, seria argumento externo. Estamos postulando que é nessa posição – argumento externo ou especificador de *vP* – que o

³³ Comunicação pessoal em Seminário de Doutorado “Teoría del caso: interacciones en la sintaxis y después” na Universidade de Buenos Aires (ago a dez de 2018).

Circunstancial Sujeito é inserido na derivação e buscamos solução para essa questão, que permanece em aberto.

Em sentenças como (28a) e (28b), com verbos transitivos, a checagem de Caso se dá de forma distinta, uma vez que o DP presente na sentença não é candidato a receber Caso estrutural nominativo. Como o verbo é transitivo, o núcleo funcional *v* possui traços-*phi* de Caso que, entrando na derivação, constitui-se numa sonda em busca do alvo. O DP da sentença, como alvo para sondas com traços-*phi*, checa acusativo quando o núcleo funcional *v* entra na derivação. Portanto, não haveria conflito ou uma possível atribuição dupla de Caso nominativo pelo núcleo funcional *T*, para quaisquer constituintes que ocupassem uma próxima posição argumental na sentença. Contudo, em (28a), a posição de Spec, *v*P está vazia e a sonda não encontrará ali um argumento. O PP *desse jeito* entra na derivação como um adjunto e não pode checar Caso nominativo, quando *T* entra na derivação, uma vez que é um constituinte preposicionado e preposição checa Caso. Assim, a posição de Spec, TP é preenchida por uma categoria vazia que possui esses traços não interpretáveis que checa Caso nominativo. O PP_{circunstancial} que entrou na derivação como adjunto de *v*P, é então alçado à primeira posição para chegar traço de tópico. Nesse sentido, em sentenças com verbos transitivos, o PP_{circunstancial} é tópico da sentença. Quando se retira a preposição (28b), o DP com papel temático circunstancial é inserido na derivação em Spec, *v*P, pois é argumento externo do verbo e é alçado à posição de Spec, TP onde checa Caso nominativo. No capítulo anterior, verificamos não haver uma categoria vazia em sentenças com DP_{circunstancial} e, por isso mesmo, sua posição na estrutura da sentença é Spec, TP, pois está claramente em distribuição complementar com a categoria vazia da sentença com PP_{circunstancial} em primeira posição linearizada. Assim, em (28b), quando o núcleo funcional *v* entra na derivação checa acusativo com *os sapatos* e, o núcleo funcional *T*, ao entrar na derivação provoca movimento do DP_{circunstancial} *esse jeito* para Spec, TP para checar nominativo.

- (28) a. Desse jeito [*cv*]_{NOM} conserta [*os sapatos*]_{ACC}.
 b. [*Esse jeito*]_{NOM} conserta [*os sapatos*]_{ACC}.

Com os exemplos (27) e (28) acima, demonstramos que não há apenas uma diferença de posição do PP_{circunstancial} em sentenças com verbos transitivos e intransitivos, mas

também uma distinção de marca morfológica. Em sentenças com verbos intransitivos a preposição é marca de Caso ergativo, o que não acontece quando o PP está em posição deslocada na sentença. Nessa posição deslocada, a preposição marca um Caso oblíquo não relacionado ao alinhamento de Caso da sentença, pois o circunstancial é um adjunto, alçado a tópico; um adjunto circunstancial prototípico. Quando a língua quer evidenciar um argumento com valor circunstancial com verbos transitivos, atribuindo a esse constituinte o estatuto de *Sujeito* da sentença, esse constituinte entra na derivação sem marca morfológica. O PB adquiriu a capacidade de colocar em evidência constituintes não prototípicos de línguas com alinhamento NOM-ACC, a partir do que estamos chamando de alargamento das possibilidades argumentais, além da marca morfológica de Caso ergativo, uma característica que aproxima o PB das línguas ergativas. Portanto, *Sujeitos circunstanciais* em PB são marcados de forma distinta em razão da transitividade verbal – atendendo à propriedade ergativa, uma das propriedades que as línguas ergativas apresentam no mundo, segundo Deal (2015). Dito de outro modo, o PB tem, assim como as demais línguas românicas de alinhamento NOM-ACC, uma estratégia prototípica para situações discursivas em que desejam evidenciar um constituinte que não seja o *Sujeito* da sentença. Essa estratégia é a passivização (NEGRÃO & VIOTTI, 2011). Porém, a língua tem optado por uma outra estratégia que é utilizar esses constituintes como *Sujeito* mesmo com verbos de grande agentividade, uma estratégia típica de línguas com alinhamento ERG-ABS. Abaixo elaboramos um passo a passo da derivação de cada uma das sentenças prototípicas.

4.1.1. Derivação de sentenças com verbos intransitivos

Quando a sentença é intransitiva, temos um núcleo funcional *v* defectivo que não checa Caso acusativo. Dessa forma, apenas o núcleo *T* checa Caso via *agree*. Propomos, a seguir (fig. 4), como se daria a derivação da sentença “*Nessa sala telefona os diretores*”, que consideramos prototípica das derivações para sentenças com verbos intransitivos e *Circunstanciais* como *Sujeito*. Nesses casos, como descrevemos acima, o *Sujeito* da sentença tem Caso lexical ergativo, checado pela preposição *em*. Como contraste, podemos retomar a ideia de que, sem a preposição, a sentença “**Essa sala telefona os diretores*” não converge. Esse contraste é forte indicativo de a preposição ser marca de Caso ergativo (K), uma vez que

em estruturas com verbo transitivo, e circunstancial sem preposição, convergem. A derivação da sentença acima (ilustrada abaixo) se dá da seguinte maneira, primeiro o verbo *telefona* se concatena com o DP *os diretores*, formando um VP. Depois há a projeção do núcleo funcional v , defeutivo em traços- ϕ , uma vez que o verbo é intransitivo. O verbo se move então por sobre o DP até o núcleo de v' . Logo em seguida há a projeção máxima vP e em seu especificador é inserido o KP *nessa sala*, que teve seu traço de Caso checado pela preposição *em*, que estamos representando por K. T então é inserido na derivação e, como um sonda, busca o DP *os diretores* cujos traços- ϕ não foram checados como alvo e checa esses traços. O verbo sobe até o núcleo de T, seu especificador é projetado e recebe o constituinte KP, para checar traço EPP de *Sujeito*.

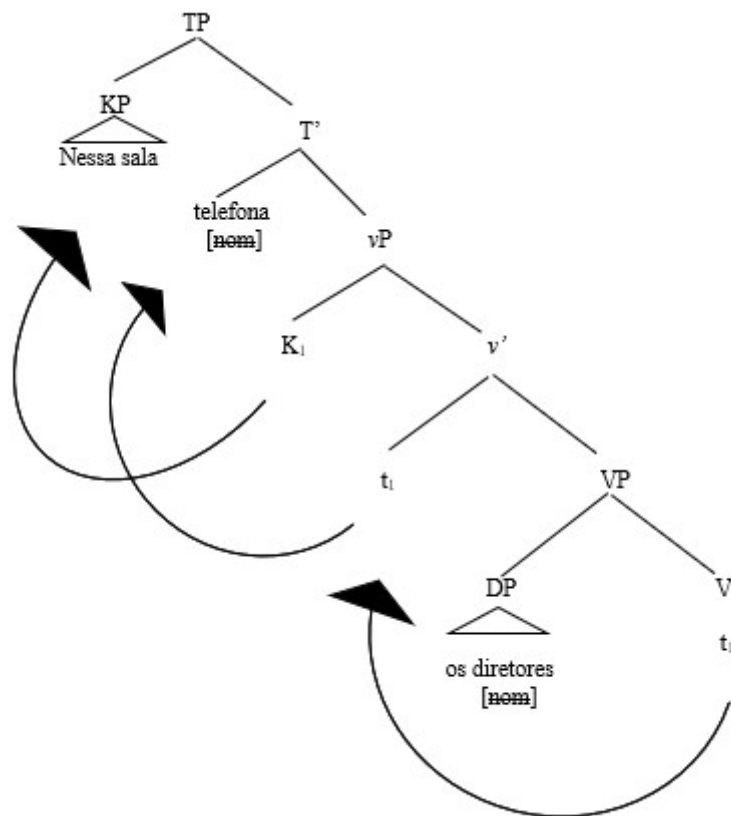


Figura 4: Derivação da sentença "Nessa sala telefona os diretores".

4.1.2. Derivação de sentença com verbos transitivos

Quando o verbo é transitivo, tanto o núcleo funcional *v* quanto o núcleo funcional *T* tornam-se sondas e checam traços de Caso; o primeiro acusativo e o segundo nominativo. Nesta subseção, propomos como se daria a derivação da sentença “*Aquela loja vende sapatos*” primeiramente por se contrapor à sentença da subseção anterior em que para um circunstancial ser *Sujeito* da sentença é necessária uma marca morfológica (K). Verificamos, então que, para ser *Sujeito* da sentença com verbos transitivos, o circunstancial não pode vir acompanhado da preposição. A derivação ocorre da seguinte maneira: o verbo *vende* se concatena ao DP *sapatos* formando um VP, depois o núcleo funcional *v*, com traços-*phi*, entra na derivação como uma sonda e checa Caso acusativo com o DP *os sapatos* cujo traço não interpretável de Caso ainda não havia sido valorado. O verbo se move então para esse núcleo funcional. A próxima projeção é *vP* e o DP *aquela loja* entra na derivação como seu especificador, esse DP possui traços de Caso não interpretáveis que precisam ser checados. Quando *T* entra na derivação, com traços de Caso nominativo, o verbo se move para esse núcleo para valorar seus traços de tempo. O DP *aquela loja* se move então ao especificador de TP que foi projetado para receber o DP com traços ainda não checados de Caso. O Caso nominativo é, então, checado (cf. fig 6).

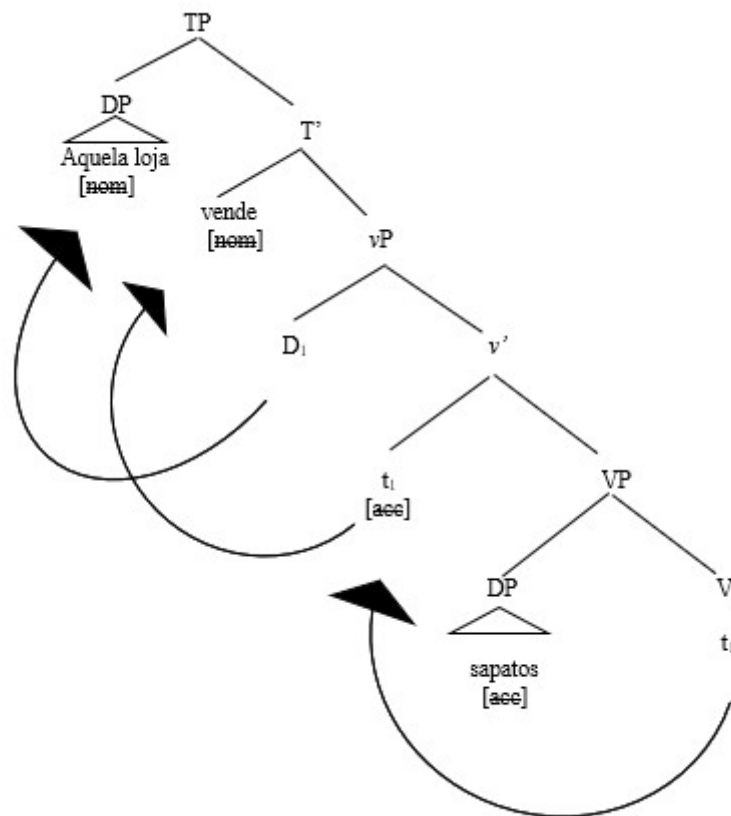


Figura 5: Derivação da sentença "Aquele loja vende sapatos".

“*Naquela loja vende sapatos*” é uma possibilidade de sentença em que o circunstancial está na primeira posição linearizada, mas não ocupa posição de *Sujeito*, conforme descrevemos nas seções acima e justificamos no capítulo anterior. Nessa sentença, a posição de *Sujeito* é ocupada por uma categoria vazia, que checa nominativo (cf. fig. 6). O circunstancial, que nesse caso obrigatoriamente vem acompanhado da preposição, é inserido como adjunto de vP^{34} e foi alçado à posição de Spec,CP para checar traço de tópico, que é retomado como um adjunto, que caracteriza as circunstâncias do evento verbal. A derivação se dá da seguinte maneira: o verbo *vende* se concatena com os DP *os sapatos*, formando VP. O núcleo funcional *v* é inserido na derivação, com traços-*phi* e checa Caso acusativo com o DP *os sapatos* que tinha traços-*phi* não checados. O verbo se move então para este núcleo funcional, que aqui é uma projeção máxima (vP) porque não há inserção de argumento externo. Essa projeção é então duplicada e tem em seu especificador a inserção do PP adjunto

³⁴ Ver nota 12, capítulo 2, pág. 27, a propósito da duplicação de vP

Naquela loja, com traços não interpretáveis de tópico sentencial que deverão ser checados. T entra, então, na derivação com traços de Caso nominativo, o verbo *vende* se move para este núcleo para checar seus traços de tempo e é projetado um especificador para a projeção máxima TP, em que é inserido um pronome *pro* que checa Caso nominativo localmente com T. CP é então projetado e o PP adjunto *Naquela loja* se move para checar seus traços de tópico.

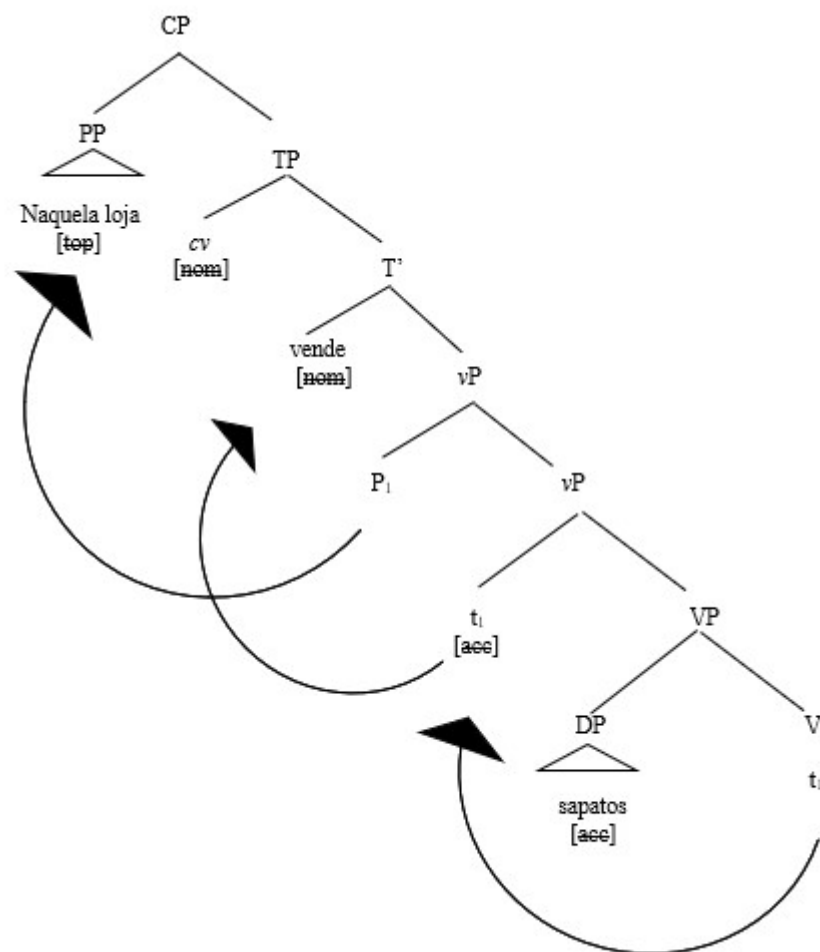


Figura 6: Derivação da sentença "Naquela loja vende sapatos"

Em construções com verbos transitivos e circunstanciais em primeira posição linearizada, ambas as derivações convergem, tanto a com preposição quanto a sem preposição. No primeiro caso, o circunstancial é *Sujeito* e no segundo está deslocado à esquerda, como tópico da sentença. Assim, por ocuparem posições distintas nas sentenças, construções com verbos transitivos e circunstanciais em primeira posição sempre convergem, quer o constituinte esteja ou não acompanhado de preposição. Sentenças com verbos

transitivos são privilegiadas para se observar como a preposição interfere na posição do constituinte e no sentido mesmo da sentença, evidenciando que a preposição marca algo relacionado não apenas ao PP, mas à toda estrutura sentencial, ao alinhamento de Caso.

4.1.3. Um direcionamento

Na seção anterior, propomos derivações distintas para sentenças com circunstanciais linearizados em primeira posição, a partir da análise da transitividade do verbo e da presença ou não da preposição no constituinte que está na primeira posição da sentença. A partir do exposto, parece-nos bastante fortes as evidências apresentadas para defender que os constituintes circunstanciais ocupam posições distintas na arquitetura das sentenças a depender da transitividade do verbo. Assim, com verbos intransitivos, o constituinte circunstancial em primeira posição pode ser somente um KP caso contrário a derivação não converge em LF; já com verbos transitivos, temos a possibilidade de tanto um PP quanto um DP com valor circunstancial estar em primeira posição na sentença. No entanto, um PP (KP) pode ser *Sujeito* somente com verbos intransitivos. Com verbos transitivos, o PP está deslocado ocupando uma posição na periferia esquerda da oração e, se queremos um constituinte com valor circunstancial³⁵ como *Sujeito*, precisamos retirar a preposição. Em termos preditivos, sempre que um PP_{circunstancial} estiver em primeira posição numa sentença com verbo transitivo, ele não será o *Sujeito* e sempre que um PP_{circunstancial} (KP) estiver em primeira posição da sentença com um verbo intransitivo ele será *Sujeito* do verbo. Para que um constituinte com papel temático circunstancial possa ser *Sujeito* de um verbo transitivo – atendendo à possibilidade de ergativização dada pelo alargamento das possibilidades argumentais do verbo – ele não pode vir acompanhando da preposição.

³⁵ Do ponto de vista da tipologia linguística, parece-nos interessante que o PB esteja aceitando circunstanciais em posição que claramente exigiria um agente, já que temos um acusativo paciente na segunda posição argumental da sentença. É sabido que as línguas escolhem um alinhamento preferencial para os constituintes na construção das sentenças que destacam um ou outro papel temático (VIOTTI, NEGRÃO, 2011). Tradicionalmente, línguas NOM-ACC elegem o *Agente* como constituinte a ser destacado e línguas ERG-ABS, constituintes com papéis temáticos de menor agentividade (paciente). O funcionamento dos circunstanciais com verbos transitivos, demonstrados neste trabalho, sugerem que o PB esteja adequando seu alinhamento – ou tenha adequado em algum momento de sua constituição como língua. Uma vez que a língua já dispõe de um mecanismo para privilegiar discursivamente o paciente, a passiva, parece-nos bem relevante entender esse mecanismo que faz o PB optar pelo circunstancial numa posição agentiva. Não nos debruçamos, neste trabalho, sobre explicações para a ocorrência desse fenômeno, que alguns autores atribuem à influência de línguas africanas (VIOTTI & NEGRÃO, 2014). Certamente, são questionamentos essenciais em investigações futuras.

As derivações que propomos nas subseções anteriores, pressupõe que a atribuição de Caso das sentenças se relacionem diretamente com o fato de: i) a preposição é um atribuidor de Caso (BAKER, 2015; DEAL, 2015; WOOLFORD, 2006) e ii) existe de um filtro de Caso (CHOMSKY, 2000; 2001; LASNIK, 2008). Nas construções com verbos intransitivos, teríamos Caso lexical ergativo, atribuído pela preposição e estaria garantida (via agree) checagem de nominativo, para o DP à direita do verbo, pelo núcleo funcional *T*. Em construções com verbos transitivos, a preposição atribui Caso oblíquo ao circunstancial, mas ele está numa posição deslocada da sentença, configurando-se como um adjunto prototípico. Quando a língua coloca o circunstancial em posição de *Sujeito*, ela retira a preposição, mas mantém o valor circunstancial e, assim, o constituinte pode checar nominativo. Um constituinte circunstancial ser *Sujeito* das sentenças só é possível em PB porque houve um alargamento das possibilidades argumentais nessa língua, como demonstramos no terceiro capítulo desta dissertação. Esses fatores contribuem como evidência de que estamos diante de um *Split* de ergatividade em PB: i) há uma distinção entre *Sujeitos* de verbos transitivos e de *Sujeitos* de verbos intransitivos; e ii) a língua coloca em evidência constituintes não agentivos, mesmo com verbos de grande agentividade (KROEGER, 2004; NEGRÃO & VIOTTI, 2014). Na próxima seção, argumentaremos em direção a comprovar essa ergatividade cindida para o PB.

4.2. Ergatividade cindida

O funcionamento peculiar de construções sintáticas do PB, em relação a como funcionam essas mesmas construções em PE³⁶ e outras línguas românicas, tem suscitado, ao longo do tempo, distintas hipóteses explicativas sobre sua origem e constituição e até mesmo sua filiação tipológica. Nos capítulos anteriores, tecemos comentários sobre algumas distinções entre essas variedades do Português já documentadas. Neste capítulo, a partir do que demonstramos acima, sobre checagem de Caso em construções com *Sintagmas Preposicionados Circunstanciais* em primeira posição nas sentenças, apresentaremos

³⁶ Mais uma vez, enfatizamos a questão de que a distinção entre PB e PE pode se dar sincronicamente, mas não podemos perder de vista as questões relativas à normatização e o que entendemos por português culto no Brasil hoje, que também não aceita esse tipo de construção.

argumentos para consideração dessa análise como evidência de um processo que vem sendo chamado de ergativização do PB (NEGRÃO & VIOTTI, 2001 e 2014).

Argumentos a favor de se considerar a análise desta dissertação como evidência de um processo de ergativização do PB se relacionam primeiramente com a entrada no sistema da língua de um mecanismo para colocar em evidência constituintes não-agentivos, quando a língua já prevê uma construção para isso (NEGRÃO & VIOTTI, 2011). Isso acontece, como demonstramos no capítulo dois com o que denominamos aqui alargamento das possibilidades argumentais. Ou seja, mesmo já dispondo do processo de passivização para a necessidade discursiva de evidenciar o *Objeto*, o PB vem usando, com verbos agentivos, *Sujeitos* com papéis temáticos de Tempo, Modo e Lugar. Evidenciar como *Sujeito* constituintes que, em línguas românicas, seriam tipicamente *Objeto* ou complementos verbais, está relacionado com o funcionamento de línguas ditas ergativas. Em suma, somente porque há um alargamento das possibilidades argumentais, o PB pode eleger como *Sujeitos* das sentenças constituintes não prototípicos ligados originalmente às circunstâncias dos eventos. Retomamos, aqui, o discutido como questão motivadora desta dissertação, a proposta de hierarquização dos PPs circunstanciais que podem ser tanto adjuntos quando complementos verbais, segundo Cinque (2006, 2010).

Uma outra maneira de apreender a ergatividade nas construções analisadas neste texto diz respeito às propriedades gerais da ergatividade. Apesar de haver consenso sobre ergatividade morfológica, existe ainda muito dissenso sobre uma ergatividade sintática. Observamos a partir dos dados uma marca morfológica – a preposição *em* ou *de* – para defender uma leitura ergativa das construções. Deal (2015) descreve várias características das línguas reconhecidamente ergativas e formula três propriedades que essas línguas apresentam. Para que uma língua seja considerada ergativa, basta apresentar uma das propriedades abaixo:

Propriedades da ergatividade:

- a. *A propriedade ergativa*: *Sujeitos* de sentenças transitivas comportam-se de maneira distinta dos *Sujeitos* de sentenças intransitivas para uma dada generalização gramatical.
- b. *A propriedade absoluta*: *Objetos* de sentenças transitivas e *Sujeitos* de sentenças intransitivas comportam-se de maneira idêntica para uma dada generalização gramatical.

c. *A propriedade argumento-estrutural*: *Sujeitos* de verbos inacusativos comportam-se de maneira distinta de *Sujeitos* de verbos inergativos e transitivos para uma dada generalização gramatical.³⁷ (DEAL, 2015: 654)

As propriedades listadas acima apresentam relações umas com as outras. Assim, uma língua pode apresentar uma única propriedade ou mais de uma. Como exemplo, podemos verificar o warlpiri, que apresenta tanto a propriedade ergativa quanto a propriedade absolutiva. Observamos que em (29a) o *Sujeito* da sentença transitiva *O homem* recebe marca de Caso ergativo, enquanto o *Objeto canguru* não possui marca. Já na sentença intransitiva, *a criança* que é o *Sujeito* não possui marca, assim como o *Objeto* da sentença anterior. Em outras palavras, o *Sujeito* das sentenças transitivas são diferentes dos *Sujeitos* de sentenças intransitivas e o *Sujeito* das sentenças intransitivas são iguais aos *Objetos* das sentenças transitivas.

- (29) a. *ngarrka-ngku ka wawirri panti-rni*³⁸
 man-ERG AUX kangaroo spear-NPST
 ‘The man is spearing the kangaroo.’
 ‘O homem está espetando o canguru’
- b. *kurdu ka wanka-mi*
 child AUX speak-NPST
 ‘The child is speaking.’
 ‘A criança está falando.’

Já os exemplos de nez perce apresentam apenas a propriedade ergativa, assim como o PB. Em (30a) o *Sujeito* da sentença transitiva *o menino* tem marca de Caso ergativo, enquanto o *Objeto o peixe* tem marca de Caso acusativo. Já o *Sujeito* da sentença intransitiva *o menino* tem marca de Caso nominativo. Em outras palavras, *Sujeitos* são diferentes, em sentenças transitivas e intransitivas e o *Objeto* também é diferente. Note que, em PB, para os *Sujeitos* circunstanciais, *Sujeitos* de sentenças transitivas têm Caso nominativo, *Sujeitos* de

³⁷ Tradução nossa do original: (1) Ergativity properties

- a. The ergative property: Subjects of transitive clauses behave differently from subjects of intransitive clauses for some grammatical generalization(s).
- b. The absolutive property: Objects of transitive clauses and subjects of intransitive clauses behave identically for some grammatical generalization(s).
- c. The argument-structural property: Subjects of unaccusative verbs behave differently from subjects of unergative and transitive verbs for some grammatical generalization(s). (DEAL, 2015: 654)

³⁸ Todos os exemplos de línguas ergativas são de diferentes autores e foram citadas em Deal (2015)

sentenças intransitivas têm Caso ergativo, *Objetos* têm Caso acusativo e o segundo elemento de construções com verbos intransitivos têm absolutivo.

- (30) a. *haacwal-nim* *pee-p-Ø-e* *cu'yeem-ne*
 boy-ERG 3SBJ-eat-P.ASP-REM.PST fish-ACC
 'The boy ate the fish.'
 'O menino comeu o peixe.'
- b. *haacwal* *hi-x'eeleewi-Ø-ye*
 boy.NOM 3SBJ-work-P.ASP-REM.PST
 'The boy worked.'
 'O menino trabalhou.'

A figura abaixo, apresenta uma construção esquemática das propriedades ergativas. No primeiro quadro, ilustramos, a partir da proposta de que cada figura geométrica corresponde a um constituinte da sentença, o fato de que os *Sujeitos* de verbos intransitivos são diferentes de *Sujeitos* de verbos transitivos e também são diferentes dos *Objetos*. Por diferentes entende-se que apresentam marcas diferentes. No quadro central, verificamos uma ilustração da propriedade absolutiva. O *Sujeito* dos verbos intransitivos se comportam, são iguais, possuem a mesma marca dos *Objetos* dos verbos transitivos. No último quadro, verificamos a ilustração da propriedade argumento-estrutural. *Sujeitos* de verbos inacusativos são de um jeito, *Sujeitos* de verbos inergativos são de outro jeito e *Sujeitos* de verbos transitivos de um outro jeito ainda. Os *Objetos* dos verbos transitivos das línguas que apresentam essa propriedade são também distintos.

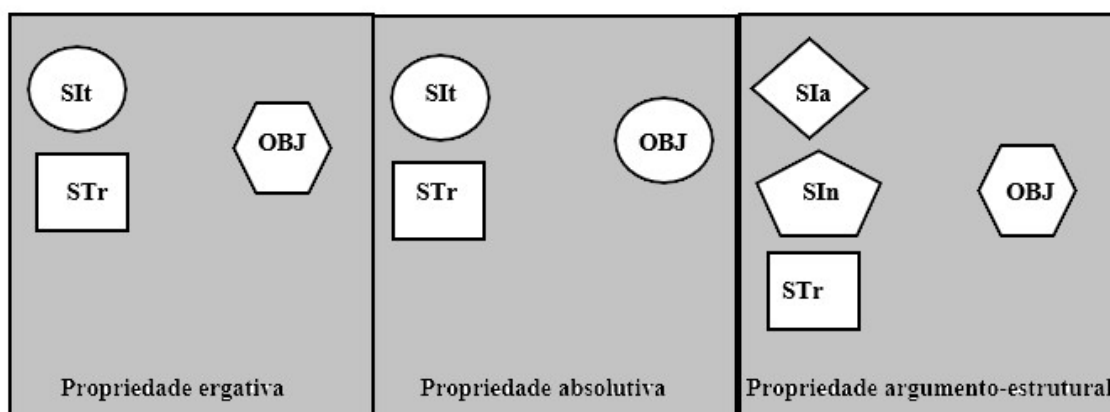


Figura 7: Propriedades da ergatividade

Observamos nos dados analisados, nesta dissertação, a propriedade ergativa, propriedade de línguas como o *nez perce*, bastante estudado por Deal (2015). Assim, em PB “*Sujeitos* de sentenças transitivas comportam-se de maneira distinta de *Sujeitos* de sentenças transitivas para uma dada generalização gramatical”. Dito de outro modo, *Sujeitos* de verbos intransitivos apresentam marca morfológica (K) e *Sujeitos* de verbos transitivos não apresentam marca morfológica. Estamos assumindo um *split* de ergatividade do PB como uma generalização gramatical. Em termos preditivos, essa propriedade funciona em casos em que o PB apresenta ergativização. A possibilidade de constituintes com papel temático circunstancial serem *Sujeitos* das sentenças é o resultado do que chamamos alargamento argumental do verbo, que possibilita ao PB destacar como *Sujeito* constituintes não-canônicos de outras línguas românicas. Essa possibilidade, a nosso ver, é evidência de um processo mais amplo de ergativização do PB. Então, entendemos ser adequado o reconhecimento da propriedade ergativa nos dados considerados nesta dissertação.

4.3 Conclusão

Neste capítulo, apresentamos a teoria de Caso e as derivações para as sentenças que analisamos. Propomos também como se dá a ergatividade cindida em PB. Em termos também preditivos, parece ser possível concluir que, o PB possui uma ergatividade cindida. Dito de outro modo, em alguns momentos o alinhamento de Caso é NOM-ACC em outros

ERG-ABS. Não nos parece plausível pensar que a língua toda esteja se tornando ergativa, mas não podemos negar a presença de ergativização, já descrita para sentenças absolutas por Negrão & Viotti (2011) – cf. nota 17. Quando apresentamos ergatividade, e um constituinte com papel temático circunstancial for *Sujeito* da sentença, ele carregará uma marca morfológica de Caso ergativo (uma preposição) em construções transitivas e não carregará essa mesma marca em orações intransitivas. Quando um constituinte preposicionado de valor circunstancial estiver na primeira posição de sentença com verbo transitivo, ele é um adjunto deslocado.

Dessa maneira, podemos concluir que: i) se o PB está colocando em destaque constituintes não agentivos como *Sujeito*, evidenciando esses constituintes mesmo que haja, na língua, uma estratégia para essa necessidade discursiva, a passivização; ii) se em PB, quando em primeira posição na sentença, o constituinte circunstancial se comporta de maneira distinta com verbos transitivos e verbos intransitivos, sendo essa uma propriedade ergativa; iii) se a posição na estrutura da sentença muda, quando eu retiro a marca de ergatividade, ratificando a propriedade ergativa; e iv) se o nominativo e absolutivo são sincréticos e eu posso considerar os DPs à direita do verbo como absolutivos, podemos pensar em ergatividade cindida para o Português Brasileiro nessas construções.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Não, Tempo, não zombarás de minhas mudanças!
As pirâmides que novamente construístes
Não me parecem novas, nem estranhas;
Apenas as mesmas com novas vestimentas.*
William Shakespeare

A proposta deste trabalho, inicialmente, esteve relacionada com a preocupação de entender que não apenas um tipo de PP_{circunstancial} poderia ser *Sujeito* em PB. Não seria apenas os locativos os constituintes que poderiam ser *Sujeito*. Essa proposta tinha uma forte motivação teórica, pois os circunstanciais, inicialmente tidos como desprovidos de posição na hierarquia (CINQUE, 1999), foram poucos anos depois incorporados à hierarquia universal (SCHWEIKERT, 2004; CINQUE, 2006;). A investigação de distintas posições para esses circunstanciais na estrutura da oração era um ponto de partida interessante. Porém, esse não foi o tema desenvolvido. As questões inicialmente propostas para esta pesquisa foram suplantadas por questões muito mais amplas envolvendo a tipologia do PB. Assim, uma proposta concebida a partir de um questionamento que tinha um apelo mais forte dentro de uma abordagem cartográfica da teoria de princípios e parâmetros foi desenvolvida de forma tal que se tornou um questionamento sobre a natureza tipológica da língua oficial do Brasil.

O percurso construído para apresentação nesta dissertação buscou, primeiramente, caracterizar as bases sob as quais se assentou este estudo. Assim, discutiu-se no primeiro capítulo os principais conceitos e a maneira como eles se relacionam com a temática central. A questão da possibilidade de, além dos Locativos, existirem outros *Sujeitos Circunstanciais* estar relacionada não apenas com um possível “alargamento” argumental do PB, mas com um distinto alinhamento de Caso para essa língua, está baseada na relação feita no primeiro

capítulo sobre os conceitos envolvendo outros *Sujeitos Preposicionados* em PB e as teorias de Caso e Ergatividade. Nesse sentido, aquela discussão possibilitou tanto a construção do percurso do segundo quanto do terceiro capítulo. No primeiro capítulo também promovemos uma discussão acerca da nossa opção metodológica, ancorada numa perspectiva formal da linguagem. Sendo assim, defendemos nossa opção pelo método negativo de julgamento de sentenças, a partir da aplicação de testes sintáticos.

No segundo capítulo, aplicamos os testes de *subjecthood* e demonstramos a possibilidade de outros circunstanciais serem *Sujeito* em PB, a partir do alargamento das possibilidades argumentais da sentença. A proposta de análise a partir da concepção desse alargamento nos possibilita questionar se o fato de estarmos preenchendo a primeira posição da sentença com esses constituintes não canônicos teria relação com uma mudança no parâmetro do *Sujeito* nulo, no sentido de o PB estar passando por um processo de mudanças linguística em direção a um parâmetro de *Sujeito* pleno, como propõe Kato & Negrão (2000). Essa mudança estaria atrelada a um traço EPP que desencadearia movimento de constituintes outros que não os argumentais para a primeira posição da sentença, geralmente em posição de *Sujeito*. A proposta de alargamento das possibilidades argumentais é condizente com a ideia de ergativização defendida no capítulo três, uma vez que línguas ergativas evidenciam constituintes não agentivos e os trata como *Sujeito* das sentenças, haja vista a produtividade de *Sujeitos* locativos em línguas do grupo bantu (AVELAR & CYRINO, 2008; AVELAR & GALVES, 2016). Assim, entendemos que uma análise que considera esses constituintes como argumentos do verbos, inseridos na derivação na posição de Spec,vP, mais adequada para explicar a presença desses constituintes como *Sujeito* das sentenças em PB.

Apresentamos também, no terceiro capítulo, a necessidade de uma proposta distinta para a posição do *Sintagma preposicionado* na arquitetura da oração a partir da transitividade do verbo. Os testes aplicados possibilitaram a construção da hipótese explicativa de que, quando fazem parte de sentenças com verbos intransitivos, esses constituintes ocupam posição de *Sujeito* (Spec,TP) e, quando em construções com verbo transitivo, uma posição na periferia esquerda da sentença. Demonstramos também que existe a possibilidade de um circunstancial ser *Sujeito* das sentenças com verbos transitivos, desde que sem a marca de ergatividade (no caso a preposição). Desse modo, essa explicação – de que a preposição nessas construções seria uma marca de ergatividade – ratifica a hipótese apresentada no capítulo dois de que existe um alargamento das possibilidades argumentais do verbo com vistas a colocar em evidência constituintes não agentivos, uma vez que não há

possibilidade de o circunstancial sem preposição não ser *Sujeito* das sentenças analisadas e nem ter valor outro que não circunstancial, e também a hipótese central do terceiro capítulo, a de que há, para essas construções, um alinhamento de Caso distinto do NOM-ACC.

A temática tratada nesta dissertação, além de se relacionar com as características tipológicas do PB, que, como demonstramos, parecem se aproximar de línguas cujo alinhamento de Caso seja ERG-ABS, e se relacionar com questões relacionadas à apresentação do parâmetro pro-drop, relaciona-se também com a constituição dessa língua. Há, pelo menos, quatro distintas possibilidades de se conceber a formação do PB: a hipótese crioulista forte, que entende que a língua portuguesa foi formada a partir da miscigenação com línguas africanas (GUY, 1981); a hipótese da deriva linguística (NARO *et al*, 2007) que apresenta análises que entendem o PB como uma deriva do PE cujas influências de línguas indígenas e africanas estariam restritas ao léxico; uma hipótese de transmissão linguística irregular leve (BAXTER, 1992; e a hipótese que propõe que, mesmo tendo sido constituídas em situações de contato distintas, as variedades africanas e brasileira do português apresentam similaridades (PETTER, 2008). Um ponto interessante sobre a abordagem desta dissertação seria a comparação com o mesmo fenômeno em outras variedades do português, principalmente do português falado na África, buscando evidências para o que Petter (2008) chama de *continuum* afro-brasileiro do Português.

A compreensão da natureza da tipologia distinta do PB é muito importante para a compreensão de fenômenos linguísticos e, também, para a proposição de políticas linguísticas para o país. Em se tratando de políticas linguísticas, o uso de descobertas científicas sobre a linguagem no ensino de língua e, nesse caso, no ensino de língua portuguesa no Brasil pode modificar substancialmente como as relações de ensino ocorrem em sala de aula. O reconhecimento da natureza distinta da língua, ou das línguas, faladas pelos alunos das escolas brasileiras, a compreensão de que, talvez, a melhor forma de se ensinar norma culta seja partindo do pressuposto de que esta é uma língua estrangeira para o aluno pode impactar positivamente a educação do país.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXIADOU, Artemis; CARVALHO, Janayna. The role of locatives in (partial) prodrop languages. In: SHEEHAN, Michelle; BAILEY, Laura R. (Org.). *Order and structure in syntax II: Subjecthood and argument structure*. Berlin: Language Science Press, 2018. p. 41-67.

AVELAR, Juanito Ornelas de. Inversão locativa e sintaxe de concordância no português brasileiro. *Matraga*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 24, p.232-253, jun. 2009. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/matraga/article/view/27805>>. Acesso em: 27 fev. 2018.

AVELAR, Juanito Ornelas de; CYRINO, Sonia. Sintagmas locativos e concordância no português brasileiro. XV Congresso da ALFAL, 18-22, ago.2008a.

AVELAR, Juanito Ornelas de; CYRINO, Sonia.. Locativos preposicionados em posição de *Sujeito*: uma possível contribuição das línguas Bantu à sintaxe do português brasileiro. *Estudos Linguísticos (Porto)*, vol.3, 2008b. p. 55-75.

AVELAR, Juanito Ornelas de; GALVES, Charlotte. Tópico e concordância em português brasileiro e português europeu. In: COSTA, Armanda; FALÉ, Isabel; BARBOSA, Pilar (orgs.) *Textos Seleccionados: Actas do XXVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística (Porto, 2010)*, 2011, pp. 49-65.

AVELAR, Juanito Ornelas de; GALVES, Charlotte. From European to Brazilian Portuguese: A parameter tree approach. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, Campinas, SP, v. 58, n. 2, p. 237-256, set. 2016. ISSN 2447-0686. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8647153>. Acesso em: 16 set. 2018. doi:<https://doi.org/10.20396/cel.v58i2.8647153>.

BAKER, Mark. *Case: Its principles and parameters*. Cambridge: Cambridge University Press, 2015. (Cambridge Studies in Linguistics).

BARBOSA, Pilar; DUARTE, Maria Eugênia L.; KATO, Mary Aizawa. Null Subjects in European and Brazilian Portuguese. *Journal Of Portuguese Linguistics*, [s.l.], v. 4, n. 2, p.11-52, 31 dez. 2005. Ubiquity Press, Ltd.. <http://dx.doi.org/10.5334/jpl.158>.

BAXTER, Alan. A contribuição das comunidades afro-brasileiras isoladas para o debate sobre a criouliização prévia: Um exemplo do estado da Bahia. In: D'ANDRADE, Ernesto; KIHM, Alain. (orgs.), *Actas do colóquio sobre crioulos de base lexical portuguesa*. Lisboa: Colibri. 1992. p. 7-35.

BORGES NETO, José. O empreendimento gerativo. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Ana Cristina. (Org.). *Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos*. V.3. São Paulo: Cortez, 2004. pp. 93-129.

BRESNAN, Joan. Locative Inversion and the Architecture of Universal Grammar. *Language*, vol.70, n.1, 1994, p.72-131.

CARDINALETTI, Anna. Toward a cartography of subject positions. In: RIZZI, Luigi (org.), *The Structure of CP and IP*. The Cartography of Syntactic Structures, Volume 2, New York: Oxford University Press, 2004. p. 115-165.

CHOMSKY, Noam. *O conhecimento da língua: sua natureza, origem e uso*. Lisboa: Caminho, 1994. 327 p. (Linguística). Tradução de Anabela Goncalves e Ana Teresa Alves.

CHOMSKY, Noam. *O programa minimalista*. Lisboa: Editorial Caminho, 1999. Tradução: Eduardo Paiva Raposo.

CHOMSKY, Noam. Minimalist Inquiries: The Framework. In: MARTIN, Roger; MICHAELS, David; URIAGEREKA, Juan (org.) *Step by Step: Essays on Minimalist Syntax in Honor of Howard Lasnik*, Cambridge, MA: MIT press. 2000. pág. 89-156.

CHOMSKY, Noam. Derivation by Phase. In: KENSTOWICZ, Michael (org.) *Ken Hale. A Life in Language*, Cambridge, MA: MIT press. 2001. pág. 1-52

CHOMSKY, Noam; LASNIK, Howard. Filters and control. *Linguistic Inquiry* 8. 1977. p. 425-504

CINQUE, Guglielmo. *Adverbs and Functional Heads: A cross-linguistic perspective*. NY: OUP, 1999.

CINQUE, Guglielmo. *Complement and Adverbial PPs: implications for Clause Structure. Restructuring and Functional Heads. The Cartography of Syntactic Structures*. NY: OUP, 2006.

CINQUE, Guglielmo. *The Syntax of Adjectives: A comparative study*. Cambridge, Mass., MIT Press, 2010.

CORBARI, Clarice Cristina. A abordagem da variação linguística em livros didáticos de Língua Portuguesa para o Ensino Fundamental. In: ANAIS DO IX CICLO DE ESTUDOS DE LINGUAGEM E II CONGRESSO INTERNACIONAL DE ESTUDOS DE LINGUAGEM, 9., 2017, Ponta Grossa. *Anais do IX Ciclo de Estudos de Linguagem e II Congresso Internacional de Estudos de Linguagem*. Campinas: Galoá, 2018. p. 1 - 12. Disponível em: <<https://proceedings.science/ciel-2017/papers/a-abordagem-da-variacao-linguistica-em-livros-didaticos-de-lingua-portuguesa-para-o-ensino-fundamental->>. Acesso em: 15 nov. 2018.

DEAL, Amy Rose. Ergativity. In: ALEXIADOU, Artemis (ed.) *Syntax: Theory and analysis*, vol. 1, Berlin: De Gruyter Mouton, 2015. pp. 654-707.

FERNANDEZ-SORIANO, Olga. Two types of impersonal sentences in Spanish: locative and dative subjects. *Syntax*, Blackwell Publishers, n. 2, 1999. p. 101-140

FREITAS, Sara Helena da Costa; TEIXEIRA, Josina Augusta Tavares; MACHADO, Miriam Raquel Piazzzi. Desafios no ensino da oralidade. *Revista Cadernos de Estudos e Pesquisa na Educação Básica*, Recife, v. 2, n. 1, p.197-215, nov. 2016. Anual.

GONÇALVES, Perpétua; CHIMBUTANE, Feliciano. O papel das Línguas Bantu na gênese do Português de Moçambique: o comportamento sintático de constituintes locativos e direccionais. In: *Papia*, 2004. 14, pp.7-30.

GONÇALVES, Perpétua. Lusofonia em Moçambique: com ou sem glotofagia? Comunicação apresentada no II Congresso Internacional de Linguística Histórica – Homenagem a Ataliba Teixeira de Castilho: São Paulo. 2012.

GUY, Gregory. *Linguistic variation in Brazilian Portuguese: Aspects of phonology, syntax and language history*. PhD. Dissertation. University of Pennsylvania, Ann Arbor: University Microfilms International, 1981.

KATO, Mary Aizawa; NEGRÃO, Esmeralda. (Org.). *Brazilian Portuguese and the Null Subject Parameter*. 1.ed. Frankfurt am Main/Madrid: Vervuert/Iberoamericana, 2000, p. 17-36.

HOPPER, Paul. J.; THOMPSON, Sandra A. Transitivity in grammar and discourse. *Language*, 56: 1980 pp. 251-299.

ILARI, Rodolfo. et al. Considerações sobre a Posição dos Advérbios, In: CASTILHO Ataliba Teixeira de, (org.), *Gramática do Português Falado – Vol.I: A ordem*, 1990.

KATO, Mary Aizawa. *No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística*. 7. ed. São Paulo: Ática, 2002a. 144 p. (Fundamentos).

KATO, Mary. A evolução da noção de parâmetros. *DELTA*, v. 18, n. 2, p. 309-337, 2002b.

KEENAN, Edward. Towards a universal definition of 'subject of'. In: LI, Charles N (org). *Subject and topic*. London: Academic Press. 1976. p. 303-33

LANGACKER, Ronald. *Foundations of Cognitive Grammar: descriptive application*. Stanford: Stanford University Press, 1987. 516 p.

Larson, Richard. On the Double Object Construction". *Linguistic Inquiry* 19, 1988. p. 335-391.

LASNIK, Howard. 2008. On the development of Case Theory: triumphs and challenges. In: FREIDIN, Robert; OTERO, Carlos Peregrin ; ZUBIZARRETA Maria Luisa (orgs.), *Foundational issues in linguistic theory: Essays in honor of Jean-Roger Vergnaud*, 17-41. Cambridge, Mass., MIT Press. 2008. P. 17-41.

LOPES-DAMÁSIO, Lucia Regiane. *Diacronia dos processos constitutivos do texto relativos a assim: um novo enfoque da gramaticalização*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

MIRA MATEUS, Maria Helena et al. *Gramática da língua portuguesa*. Cominho: Lisboa, 2003

NARO, Anthony Julius; SCHERRE, Maria Marta Pereira. *Origens do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2007. 205 p. (Linguagem).

NEGRÃO, Esmeralda Vailati. Português brasileiro: uma língua voltada para o discurso. Tese (Livre-Docência), USP, 1999.

NEGRÃO, Esmeralda Vailati; VIOTTI, Evani. A ergativização do português brasileiro: uma conversa continuada com Carlos Franchi. In: HORA, Dermeval da; NEGRÃO, Esmeralda Vailati. *Estudos da linguagem: Casamento entre temas e perspectivas*. João Pessoa: Ideia/editora Universitária, 2011. p. 31-61.

NEGRAO, Esmeralda Vailati; VIOTTI, Evani. Contato entre quimbundo e português clássico: impactos na gramática de impessoalização do português brasileiro e angolano. *Linguística*, Montevideo , v. 30, n. 2, p. 289-330, dic. 2014 . Disponível em <http://www.scielo.edu.uy/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2079-312X2014000200011&lng=es&nrm=iso>. Acesso em 16 set. 2018.

PIRES de OLIVEIRA, Roberta. A linguística sem Chomsky e o método negativo. *Revel*, [s. L.], v. 14, n. 8, p.01-19, mar. 2010. Disponível em: <http://revel.inf.br/files/artigos/revel_14_a_linguistica_sem_chomsky.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2018.

PAGOTTO, Emilio Gozze. A norma das constituições e a constituição da norma no século XIX. *Revista Letra: Linguagem & Preconceito*, Rio de Janeiro, p.31-50, 30 ago. 2013. Semestral.

PERINI, Mario A. *Gramática descritiva do português*. São Paulo: Ática, 1995.

PETTER, Margarida Maria Taddoni. O continuum afro-brasileiro do português. In: GALVES, Charlotte; GARMES, Helder; RIBEIRO, Fernando Rosa (Org.). *África-Brasil: caminhos da língua portuguesa*. Campinas: Editora da Unicamp, 2009. p. 159-174.

PILATI, Eloisa. *Sobre a ordem verbo sujeito no português do Brasil*. Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília. 2002.

PILATI, Eloisa. *Aspectos sintáticos e semânticos da ordem verbo-Sujeito no português*. Tese de Doutorado. Brasília: UnB, 2006.

QUAREZEMIN, Sandra. A arquitetura da sentença no Português Brasileiro: considerações sobre *Sujeito* e Tópico. *Revista Letras*, [S.l.], v. 96, out. 2017. ISSN 2236-0999. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/letras/article/view/51027>>. Acesso em: 12 set. 2018. doi:<http://dx.doi.org/10.5380/rel.v96i0.51027>.

QUAREZEMIN, Sandra; CARDINALETTI, Anna. Non-topicalized preverbal subjects in Brazilian Portuguese, compared to Italian. *Rivista Annali di Ca' Foscari*. v. 51, n. 1, p. 383-409, set/2017. Disponível em: <<http://edizionicafoscari.unive.it/en/edizioni/riviste/annali-di-ca-foscari-serie-occidentale/2017/1/non-topicalized-preverbal-subjects-in-brazilian-po/>>. Acesso em 12 set. 2018.

RIZZI, Luigi. The fine structure of the left periphery. In.: HAEGEMAN, L. (Ed.) *Elements of Grammar: Handbook in Generative Syntax*. Dordrecht: Kluwer Academic Press, 1997. _____. On the Cartography of Syntactic Structures. In: _____. *The Structure of IP and CP: The Cartography of Syntactic Structure*. New York: OUP, 2004a.

RIZZI, Luigi. On the form of chains: criterial positions and ECP effects. Ms. University Siena, 2004b.

RIZZI, Luigi.; SHLONSKY, Ur. Strategies of subject extraction. In: Gärtner, H.M.; SAUERLAND, U. (orgs.) *Interfaces +Recursion = Language?* Berlin: Mouton de Gruyter, 2005, p. 115-160.

ROBERTS, Ian; HOLMBERG, Anders. Introduction. In BIBERAUER, Theresa et al. *Parametric Variation: Null Subjects in Minimalist Theory*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010. p. 1-56.

ROGERI, Rosana.; TENANI, Luciani Ester. Pontuação e heterogeneidade da escrita: um estudo no ensino fundamental. In: CIC - Congresso de Iniciação Científica, 2005, Multi Campi. Os desafio da Pesquisa, 2005.

SAAB, Andres. Syntax or nothing: Some theoretical and empirical remarks on implicit arguments. *Borealis – An International Journal of Hispanic Linguistics*, [S.l.], v. 3, n. 2, p.

125-183, nov. 2014. ISSN 1893-3211. Available at:
 <<https://septentrio.uit.no/index.php/borealis/article/view/2952>>. Date accessed: 15 nov. 2018.
 doi:<http://dx.doi.org/10.7557/1.3.2.2952>.

SALZMANN, Martin. *Theoretical approaches to locative inversion*. MA Dissertation. Philosophical Faculty of the University of Zurich. 2004.

SCHWEIKERT, Walter, The Order of Prepositional Phrases. In: *Working Papers in Linguistics*. University of Venice: Venezia. n.15, 2004. p. 207-245

TESCARI NETO, Aquiles. On Verb Movement in Brazilian Portuguese: a Cartographic Study. Tese (Doutorado em ‘Scienze del Linguaggio’) – Università Ca’ Foscari di Venezia, Itália, 2013.

TESCARI NETO, Aquiles. A posição dos advérbios focalizadores na hierarquia universal. *Revista de Estudos da Linguagem*, v. 25, 2017. p. 44-84

VAN CRAENENBROECK, Jeroen (Ed.). *Alternatives to cartography*. Berlim: Walter de Gruyter GmbH & Co. KG, 2009. ((Studies in generative grammar).

WOOLFORD, Ellen. Lexical case, inherent case, and argument structure. *Linguistic inquiry* 37. 2006. p. 111–130.

APÊNDICE

Os testes descritos no capítulo dois e analisados no capítulo três desta dissertação são apresentados a seguir. A primeira parte traz julgamentos de gramaticalidade das sentenças consideradas, a partir da introdução de fatores que poderiam estar relacionados com a possibilidade de gramaticalidade dessas construções – como tempo, aspecto, alinhamento dos argumentos e presença ou não da preposição no constituinte circunstancial. Alguns desses fatores não interferiram na gramaticalidade das sentenças – tempo e aspecto – e, portanto, não precisam ser levados em consideração nas análises. Contudo, entendemos ser importante mantê-los neste apêndice para que se tenha acesso à completude de fatores que foram levados em consideração para a construção das hipóteses deste trabalho. O julgamento foi introspectivo, contou com algumas checagens com outros falantes, mas o julgamento da pesquisadora foi o considerado. A segunda parte traz o julgamento das sentenças de cada teste proposto e, como já haviam sido descartados como fatores interferentes no aspecto analisado, foram eliminados tempo e aspecto.

1. Julgamento de gramaticalidade das sentenças

1.1.1. Verbos inacusativos

Inacusativos – Passado

PP_{modo}

- a. Daquele jeito chegou as crianças.
- b. *Aquele jeito chegou as crianças.

PP_{locativo}

- a. Naquela loja chegou os cds.
- b. *Aquela loja chegou os cds.

PP_{tempo}

- a. *Naquele dia* chegou as contas.
- b. **Aquele dia* chegou as contas.

Adverbial_{FrequentativeII}

- a. **Com frequência* chegou as contas.

Inacusativos - Presente

PP_{modo}

- a. *Deste jeito* chega as crianças.
- b. **Este jeito* chega as crianças.

PP_{locativo}

- a. *Nesta loja* chega os cds.
- b. **Esta loja* chega os cds.

PP_{tempo}

- a. *Neste dia* chega as contas.
- b. **Este dia* chega as contas.

Adverbial_{FrequentativeII}

- a. **Com frequência* chega as contas.

Inacusativos – Futuro

PP_{modo}

- a. *Daquele jeito* chegará/vai chegar as crianças.
- b. **Aquele jeito* chegará/vai chegar as crianças.

PP_{locativo}

- a. *Naquela loja* chegará/vai chegar os cds.
- b. **Aquela loja* chegará/vai chegar os cds.

PP_{tempo}

- a. *Naquele dia* chegará/vai chegar as contas.
- b. **Aquele dia* chegará/vai chegar as contas.

Adverbial_{FrequentativeII}

- a. **Com frequência* chegará/vai chegar as contas.

Inacusativos - Imperfectivo

PP_{modo}

- a. *Daquele jeito* chegava as crianças.
- b. **Aquele jeito* chegava as crianças.

PP_{locativo}

- a. *Naquela loja* chegava os cds.
- b. **Aquela loja* chegava os cds.

PP_{tempo}

- a. *Naquele dia* chegava as contas.
- b. *Aquele dia* chegava as contas.

Adverbial_{FrequentativeII}

- a. **Com frequência* chegava as contas.

1.1.2 Verbos inergativos**Inergativos - Passado****PP_{modo}**

- a. *Daquele jeito* telefonou os atrasados.
- b. **Aquele jeito* telefonou os atrasados.

PP_{locativo}

- a. *Naquela sala* telefonou os calouros.
- b. **Aquela sala* telefonou os calouros.

PP_{tempo}

- a. *Naquele ano* telefonou os secundaristas.
- b. **Aquele ano* telefonou os secundaristas.

Adverbial_{FrequentativeII}

- a. **Com frequência* telefonou os secundaristas.

Inegativos – Presente

PP_{modo}

- a. *Deste jeito* telefona os atrasados.
- b. **Este jeito* telefona os atrasados.

PP_{locativo}

- a. *Nesta sala* telefona os calouros.
- b. **Esta sala* telefona os calouros.

PP_{tempo}

- a. *Neste momento* telefona os secundaristas.
- b. **Este momento* telefona os secundaristas.

Adverbial_{FrequentativeII}

- a. **Com frequência* telefona os secundaristas.

Inergativos – Futuro

PP_{modo}

- a. *Daquele jeito* telefonará/vai telefonar os atrasados.
- b. **Aquele jeito* telefonará/vai telefonar os atrasados.

PP_{locativo}

- a. *Naquela sala* telefonará/vai telefonar os calouros.
- b. **Aquela sala* telefonará/vai telefonar os calouros.

PP_{tempo}

- a. *Naquele ano* telefonará/vai telefonar os secundaristas.
- b. **Aquele ano* telefonará/vai telefonar os secundaristas.

Adverbial_{FrequentativeII}

- a. **Com frequência* telefonará/vai telefonar os secundaristas.

Inergativos - Imperfectivo

PP_{modo}

- a. *Daquele jeito* telefonava os atrasados.
- b. **Aquele jeito* telefonava os atrasados.

PP_{locativo}

- a. *Naquela sala* telefonava os calouros.
- b. **Aquela sala* telefonava os calouros.

PP_{tempo}

- a. *Naquele ano* telefonava os secundaristas.
- b. **Aquele ano* telefonava os secundaristas.

Adverbial_{FrequentativeII}

- a. **Com frequência* telefonava os secundaristas.

1.1.3 Verbo transitivos**Transitivos - Passado****PP_{modo}**

- a. *Daquele jeito* consertou os pontos centrais da discussão.
- b. *Aquele jeito* consertou os pontos centrais da discussão.

PP_{locativo}

- a. *Naquela loja* consertou os sapatos da Maria.
- b. *Aquela loja* consertou os sapatos da Maria.

PP_{tempo}

- a. *Naquele dia* consertou várias besteiras que tinha dito.
- b. *Aquele dia* consertou várias besteiras que tinha dito.

Adverbial_{FrequentativeII}

- a. *Com frequência* consertou os pontos centrais da discussão.

Transitivos - Presente

PP_{modo}

- a. *Deste jeito* conserta os pontos centrais da discussão.
- b. *Este jeito* conserta os pontos centrais da discussão.

PP_{locativo}

- a. *Nesta loja* conserta os sapatos de Maria.
- b. *Esta loja* conserta os sapatos de Maria.

PP_{tempo}

- a. *Neste dia* conserta várias besteiras que tinha dito.
- b. *Este dia* conserta várias besteiras que tinha dito.

Adverbial_{FrequentativeII}

- a. *Com frequência* conserta os sapatos de Maria.

Transitivos - Futuro**PP_{modo}**

- a. *Daquele jeito* consertará/vai consertar os pontos centrais da discussão.
- b. *Aquele jeito* consertará/vai consertar os pontos centrais da discussão.

PP_{locativo}

- a. *Naquela loja* consertará/vai consertar os sapatos de Maria.
- b. *Aquela loja* consertará/vai consertar os sapatos de Maria.

PP_{tempo}

- a. *Naquele dia* consertará/vai consertar várias besteiras que tinha dito.
- b. *Aquele dia* consertará/vai consertar várias besteiras que tinha dito.

Adverbial_{FrequentativeII}

- a. **Com frequência* consertará/vai consertar várias besteiras que tinha dito.

Transitivos – Imperfectivo**PP_{modo}**

- a. *Daquele jeito* consertava os pontos centrais da discussão.
- b. *Aquele jeito* consertava os pontos centrais da discussão.

PP_{locativo}

- a. *Naquela loja* consertava os sapatos de Maria.
- b. *Aquela loja* consertava os sapatos de Maria.

PP_{tempo}

- a. *Naquele dia* consertava várias besteiras que fazia.
- b. *Aquele dia* consertava várias besteiras que fazia.

Adverbial_{FrequentativeII}

- a. *Com frequência* consertava várias besteiras que fazia.

2. Testes de Subjecthood**2.1. Obrigatoriedade do Constituinte circunstancial****2.1.1. Verbos inacusativos****Constituinte agente**

- a. *João* chegou.
- b. *Chegou.

PP_{modo}

- a. *Daquele jeito* chegou as crianças.
- b. **Aquele jeito* chegou as crianças.
- b. *Chegou as crianças.

PP_{locativo}

- a. *Naquela loja* chegou os cds.
- b. *Chegou os cds.

PP_{tempo}

- a. *Naquele dia* chegou as contas.
- b. *Chegou as contas.

Adverbial_{FrequentativeII}

- a. **Com frequência* chegou as contas.
- b. *Chegou as contas.

2.1.2. Verbos inergativos**PP**_{modo}

- a. *Daquele jeito* telefonou os atrasados.
- b. *Telefonou os atrasados.

PP_{locativo}

- a. *Naquela sala* telefonou os calouros.
- b. *Telefonou os calouros.

PP_{tempo}

- a. *Naquele ano* telefonou os secundaristas.
- b. *Telefonou os secundaristas.

Adverbial_{FrequentativeII}

- a. **Com frequência* telefonou os secundaristas.
- b. *Telefonou os secundaristas.

2.1.3 Verbos transitivos**PP**_{modo}

- a. *Daquele jeito* consertou os pontos centrais da discussão.
- b. *Consertou os pontos centrais da discussão.

PP_{locativo}

- a. *Naquela loja* conserta os sapatos de Maria.
- b. *Conserta os sapatos de Maria.

PP_{tempo}

- a. *Naquele dia* consertou várias besteiras que tinha dito.
- b. *Consertou várias besteiras que tinha dito.

Adverbial_{FrequentativeII}

- a. *Com frequência* conserta várias besteiras que tinha dito.
- b. *Conserta várias besteiras que tinha dito.

2.2. Alçamento com verbo parecer**2.2.1 Verbos inacusativos****PP_{modo}**

- a. *Daquele jeito* parece aparecer as pirâmides.
- b. *Parece *daquele jeito* aparecer as pirâmides.

PP_{locativo}

- a. *Naquela loja* parece que chegou os cds.
- b. *Parece *naquela loja* que chegou os cds.

PP_{tempo}

- a. *Naquele dia* parece que chegou as contas.
- b. *Parece *naquele dia* que chegou as contas.

2.2.2 Verbos inergativos**PP_{modo}****Locativo**

- a. *Parece naquele shopping trabalhar muita gente.
- b. Naquele shopping parece trabalhar muita gente.
- c. * Parece *muita gente* trabalhar naquele shopping.

PP_{locativo}

- a. *Parece naquele shopping trabalhar muita gente.
- b. Naquele shopping parece trabalhar muita gente.
- c. * Parece *muita gente* trabalhar naquele shopping.

PP_{tempo}**2.3.3. Verbos transitivos****PP_{modo}**

- a. *Daquele jeito* parece que consertou os pontos centrais da discussão.
- b. *Aquele jeito* parece que consertou os pontos centrais da discussão.
- c. *Parece *daquele jeito* que consertou os pontos centrais da discussão.

PP_{locativo}

- a. *Naquela loja* parece que conserta sapatos.
- b. *Aquela loja* parece que conserta sapatos.
- c. *Parece *naquela loja* que conserta sapatos.

PP_{tempo}

- a. *Naquele dia* parece que consertou todas as vidraças.
- b. *Aquele dia* parece que consertou todas as vidraças.
- c. *Parece *naquele dia* que consertou todas as vidraças.

2.3. Correferencialidade em orações coordenadas**2.2.1 Verbos inacusativos****PP_{modo}**

- a. *Daquele jeito* aparece as pirâmides e chega até o faraó.
- b. **Aquele jeito* aparece as pirâmides e chega até o faraó.

PP_{locativo}

- a. *Naquela loja* chegou os cds.
- b. *Aquela loja que* chegou os cds.

PP_{tempo}

- a. *Naquele dia* parece que chegou as contas.
- b. *Parece *naquele dia* que chegou as contas.

2.2.2 Verbos inergativos

PP_{modo}

- a. *Parece *daquele jeito* trabalhar muita gente.
- b. *Daquele jeito* parece trabalhar muita gente.
- c. * Parece *muita gente* trabalhar *daquele jeito*.

PP_{locativo}

- a. *Parece naquele shopping trabalhar muita gente.
- b. Naquele shopping parece trabalhar muita gente.
- c. * Parece *muita gente* trabalhar naquele shopping

PP_{tempo}

- a. *Parece *naquele dia* trabalhar muita gente.
- b. *Naquele dia* parece trabalhar muita gente.
- c. * Parece *muita gente* trabalhar *naquele dia*.

2.3.3. Verbos transitivos

PP_{modo}

- a. *Daquele jeito* parece que consertou os pontos centrais da discussão.
- b. *Aquele jeito* parece que consertou os pontos centrais da discussão.
- c. *Parece *daquele jeito* que consertou os pontos centrais da discussão.

PP_{locativo}

- a. *Naquela loja* conserta sapatos e arruma cintos.
- b. *Aquela loja* parece que conserta sapatos.
- c. *Parece *naquela loja* que conserta sapatos.

PP_{tempo}

- a. *Naquele dia* parece que consertou todas as vidraças.
- b. *Aquele dia* parece que consertou todas as vidraças.
- c. *Parece *naquele dia* que consertou todas as vidraças.

Adverbial_{FrequentativeII}

- a. *Com frequência* parece que consertou todas as vidraças.
- b. *Parece *com frequência* que consertou todas as vidraças.

3. Teste de detecção de argumento nulo**3.1. Licenciamento de predicado secundário****3.1.1 Verbos inacusativos****PP_{modo}**

- a. **Daquele jeito* cv_i chegou as crianças cansado $_i$.
- b. **Aquele jeito* cv_i chegou as crianças cansado $_i$.

PP_{locativo}

- a. **Naquela loja* cv_i chegou as crianças cansado $_i$.
- b. **Aquela loja* cv_i chegou as crianças cansado $_i$.

PP_{tempo}

- a. **Naquele dia* cv_i chegou as crianças cansado $_i$.
- b. **Aquele dia* cv_i chegou as crianças cansado $_i$.

Adverbial_{FrequentativeII}

- a. **Com frequência* cv_i chegou as crianças cansado $_i$.

3.2.2. Verbos inergativos

PP_{modo}

- a. **Daquele jeito* cv_i telefonou os atrasados cansada $_i$.
b. **Aquele jeito* cv_i telefonou os atrasados cansada $_i$.

PP_{locativo}

- a. **Naquela sala* cv_i telefonou os calouros cansada $_i$.
b. **Aquela sala* cv_i telefonou os calouros cansada $_i$.

PP_{tempo}

- a. **Naquele ano* cv_i telefonou os secundaristas cansada $_i$.
b. **Aquele ano* cv_i telefonou os secundaristas cansada $_i$.

Adverbial_{FrequentativeII}

- a. **Com frequência* cv_i telefonou os secundaristas cansada $_i$.

3.3.3 Verbos transitivos

PP_{modo}

- a. ?*Daquele jeito* cv_i consertava várias besteiras sóbrio $_i$.
b. **Aquele jeito* cv_i consertava várias besteiras sóbrio $_i$.

PP_{locativo}

- a. *Naquela loja* cv_i consertava várias besteiras sóbrio $_i$.
b. **Aquela loja* cv_i consertava várias besteiras sóbrio $_i$.

PP_{tempo}

- a. *Naquele dia* cv_i consertava várias besteiras sóbrio $_i$.
b. **Aquele dia* cv_i consertava várias besteiras sóbrio $_i$.

Adverbial_{FrequentativeII}

- a. *Com frequência* cv_i consertava várias besteiras sóbrio_i.

3.2. Impessoalização por meio do se**3.2.1. Verbos inacusativos****PP_{modo}**

- a. **Daquele jeito* se chegou as crianças.
b. **Aquele jeito* se chegou as crianças.

PP_{locativo}

- a. **Naquela loja* se chegou os cds.
b. **Aquela loja* se chegou os cds.

PP_{tempo}

- a. **Naquele dia* se chegou as contas.
b. **Aquele dia* se chegou as contas.

Adverbial_{FrequentativeII}

- a. **Com frequência* se chegou as contas.

3.2.2. Verbos inergativos**PP_{modo}**

- a. * *Daquele jeito* se telefonou os atrasados.
b. **Aquele jeito* se telefonou os atrasados.

PP_{locativo}

- a. **Naquela sala* se telefonou os calouros.
b. **Aquela sala* se telefonou os calouros.

PP_{tempo}

- a. **Naquele ano* se telefonou os secundaristas.
- b. **Aquele ano* se telefonou os secundaristas.

Adverbial_{FrequentativeII}

- a. **Com frequência* telefonou os secundaristas.

3.3.3 Verbos transitivos**PP_{modo}**

- a. *Daquele jeito* se consertava os pontos centrais da discussão.
- b. **Aquele jeito* se consertava os pontos centrais da discussão.

PP_{locativo}

- a. *Naquela loja* se consertava os sapatos de Maria.
- b. **Aquela loja* se consertava os sapatos de Maria.

PP_{tempo}

- a. *Naquele dia* se consertava várias besteiras que fazia.
- b. **Aquele dia* se consertava várias besteiras que fazia.

Adverbial_{FrequentativeII}

- a. *Com frequência* se consertava várias besteiras que fazia.

4. Testes de concorrência entre os circunstanciais**4.1. PP_{temp} > PP_{manner}**

- a. *Naquele dia* dorme as crianças *daquele jeito*.
- b. **Daquele jeito* dorme as crianças *naquele dia*.

4.2. PP_{loc} > PP_{manner}

- a. *Naquele quarto* dorme as crianças *daquele jeito*.
- b. **Daquele jeito* dorme as crianças *naquele quarto*.

4.3. $PP_{loc} > PP_{manner}$

- a. Naquele dia dorme as crianças naquele quarto.
- b.*Naquele quarto dorme as crianças naquele dia.